



**VINCULAÇÃO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS POR QUOTAS**  
**ESTRUTURA ORGANIZATÓRIA E INTERESSE DA SOCIEDADE**  
**NAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

**LAURA POPA**

*Dissertação de Mestrado Profissionalizante apresentada à Faculdade de Direito da  
Universidade de Lisboa na área de especialização em Ciências Jurídico-Empresariais,  
sob a orientação da Exma. Senhora Professora Doutora Adelaide Menezes Leitão*

**Lisboa, 2018**

# Índice

INTRODUÇÃO .....	1
I. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	3
I.1. PRIMEIRA DIRECTIVA: A DIRECTIVA 68/151/CEE DO CONSELHO, DE 9 DE MARÇO DE 1968.....	3
I.2. TRANSPOSIÇÃO DA PRIMEIRA DIRECTIVA .....	11
I.3. AS DIVERGÊNCIAS NA DOCTRINA RELATIVAMENTE AOS ART.(S) 260 E 261 DO CSC 12	
II. REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES POR QUOTAS.....	17
II.1. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA DAS S.Q NO DIREITO PORTUGUÊS ANTERIOR A VIGÊNCIA DO CSC.....	17
II.2. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA DAS SOCIEDADES POR QUOTAS NO CSC .....	19
II.2.1. ESTRUTURA ORGÂNICA: A GÊRENCIA .....	20
II.2.2. COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA ORGÂNICA .....	25
II.2.3. ASSEMBLEIA GERAL .....	27
II.2.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL versus GERÊNCIA.....	27
II.2.4. ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO .....	31
III. VINCULAÇÃO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS POR QUOTAS .....	32
III.1. ENQUADRAMENTO LEGAL DA REPRESENTAÇÃO E VINCULAÇÃO SOCIETÁRIA .....	32
III.2. A QUALIDADE DE GERENTE: A INDICAÇÃO DESSA QUALIDADE.....	38
III.3. LIMITAÇÕES LEGAIS E NÃO LEGAIS AOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO E VINCULAÇÃO .....	40
III.3.1. A ACTUAÇÃO DOS GERENTES EM NOME DA SOCIEDADE E DENTRO DOS PODERES QUE A LEI LHEZ CONFERE.....	41
III.3.2. LIMITAÇÕES ESTATUTÁRIAS OU RESULTANTES DE DELIBERAÇÕES DE SÓCIOS E DE OUTROS ÓRGÃOS .....	44
III.4. LIMITAÇÕES RESULTANTES DO OBJECTO SOCIAL .....	46
III.5. CAPACIDADE JURÍDICA DA SOCIEDADE, OBJECTO E O FIM SOCIAL .....	49
III.6. MODO DE EXERCÍCIO DO PODER REPRESENTATIVO-ORGÂNICO: REPRESENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA GERÊNCIA PLURAL .....	52
III.6.1. CONJUNÇÃO SUPLETIVA E RATIFICAÇÃO.....	52

III.6.2. DERROGAÇÕES ESTATUTÁRIAS À CONJUNÇÃO SUPLETIVA .....	54
III.6.3. EMISSÃO DE DECLARAÇÕES CONTRADITÓRIAS E VICIOS DE VONTADE .....	57
III.7. NEGÓCIOS PRATICADOS PELOS GERENTES EM CONLUÍO COM TERCEIROS COM O INTUITO DE PREJUDICAR A SOCIEDADE .....	58
III.8. NEGÓCIOS DOS GERENTES CONSIGO MESMOS .....	59
IV. O INTERESSE DA SOCIEDADE E AS DELIBERAÇÕES SOCIAIS.....	60
V. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL .....	63
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	81

### ***Nota Prévia – Agradecimentos***

*Aos meus queridos e estimados pais e marido, por todo o amor, carinho, paciência e apoio incondicional revelado no percurso desta etapa académica e por todo seu contributo para obtenção de um melhor traquejo no meu crescimento profissional.*

*Agradeço igualmente pela atenção sem reservas do meu marido, pelas palavras constructivas que nunca faltaram naqueles momentos menos bons em que a vontade parece que nos queira abandonar...*

*À Ilustre e Distinta Professora Doutora Adelaide Menezes Leitão, expresso a minha profunda gratidão, pelas suas qualidades humanas e principalmente profissionais que evidenciou, pela sua disponibilidade em orientar a elaboração da presente dissertação, sempre incansável no seu contributo, disponível e interessada.*

## RESUMO

Com a presente dissertação pretende-se essencialmente abordar a temática da vinculação das sociedades por quotas, que apesar de não constituir uma matéria inovadora continua fortemente pautada de controvérsia, quer a nível doutrinal, quer jurisprudencial, contribuindo de forma a poder ser encontrada uma solução consensual relativamente à questão da vinculação societária.

Pretende-se igualmente efectuar uma análise do regime vigente da vinculação das sociedades por quotas face a terceiros, abordando a temática da representação da sociedade, do interesse social e o eventual conflito de interesses entre os sócios e a sociedade.

Na perspectiva de que a sociedade comercial se assume como um instrumento privilegiado de satisfação das necessidades da vida económica, no seu contacto com o mundo, aquando da celebração de negócios jurídicos e em regra em todos os actos perante terceiros, as sociedades comerciais enquanto pessoas colectivas, emitem a sua vontade por intermédio de órgãos com poderes representativos, nomeadamente pelos seus gestores, e poderão ficar vinculadas pelos actos por aqueles praticados. Nesse contexto propomo-nos responder à um conjunto de questões, como por exemplo, *quem representa e vincula a sociedade de forma válida e eficaz e de que modo se processa essa vinculação*.

Impende sobre os sócios o dever de agir conforme a lei, os estatutos sociais com respeito pelo fim social, não subordinando os seus direitos aos seus interesses particulares, podendo vir a prejudicar a sociedade e os restantes sócios, levando por conseguinte à um afastamento do interesse social e à tomada de deliberações abusivas.

O eventual conflito de interesses entre os sócios e a sociedade, é reflectida pelo princípio do interesse social num verdadeiro não-direito, traduzido pelo impedimento do exercício de voto por banda do sócio que sacrificou o interesse da sociedade em prol do seu interesse pessoal.

E nessa esteira de pensamento, almejamos analisar outras questões, como por exemplo, *em que medida o interesse social é relevante para a vinculação ou não da sociedade face a terceiro, quais os limites da actuação do órgão que vincula a sociedade, quem merece tutela se a actuação do órgão se situar fora do interesse social ou violando*

*as limitações existentes, e se atendendo aos interesses em causa merecedores de tutela: o da sociedade ou de terceiro, a sociedade fica ou não vinculada.*

**Palavras-chaves:** representação das sociedades por quotas, vinculação da sociedade por quotas perante terceiros, limites de actuação dos órgãos de gestão, interesse da sociedade, conflitos de interesses entre sócios e sociedade.

## **ABSTRACT**

By this dissertation thesis we essentially seek to approach the thematic of the commitment of the limited liability companies, that despite not constitute an innovative material, it's still remains a strongly controversial subject, whether the doctrinal level or jurisprudential, aiming to contribute in finding a consensual solution regarding this question.

We also pretend to make an analysis of the current legal framework of the limited liability companies' commitment before third parties, approaching the thematic of the representation of the society, of the social interest and the potential conflict between the charter members and the society.

In the perspective that the trading company is viewed as an privileged tool of satisfaction of the economic life's needs, in its contact with the world, when celebrates legal businesses and generally in all acts in which take part with third parties, the commercial societies as legal persons, they express their will through the board administration with legal representative powers, namely through his directors or managers, and the society might be bound by their acts performed by them. In this context we propose to respond to a set of questions, for example, *who represents and binds the society in a valid and effective way and how this binding is processed.*

The charter members are responsible to act in accordance with the law, the corporate bylaws and respecting the social purpose, not subordinating their rights to their particular interests, and may be detrimental to society and other partners, leading to a gap from interest and abusive deliberations.

The possible conflict of interest between the partners and society is reflected by the principle of social interest, in a true non-right, translated by preventing the voting

exercise for the board member who sacrificed the interest of society in favor of personal interest.

And in this vein of thought, we aim to analyze other issues, such as *the extent to which the social interest is relevant for the society commitment before third parties, what limits the performance of the board administration members that commits the company, who deserves protection if the society action falls outside the social interest or violating the existing limitations, and if we taking into account the interests in question- of the company or the third party, the company is bounded or not.*

**Key words:** representation of the limited liability companies, corporate commitment of the limited liability companies with third parties, limits of the performance of management bodies, interest of the company, conflicts of interest between partners and society.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AA.VV. - Autori Vari (“Varios Autores”)

Ac. - Acórdão

Al. - Alínea

Art./ Arts. - Artigo (s)

BMJ - Boletim do Ministério da Justiça

CC - Código Civil

C.Com. - Código Comercial

CRCom.- Código do Registo Comercial

CEE - Comunidade Económica Europeia

Cfr. - Conforme

Col. Jur.- Colectânea de Jurisprudência

Coord. - Coordenação

CN - Código do Notariado

CSC - Código das Sociedades Comerciais

CVM - Código dos Valores Mobiliários

Ed. - Edição

E.g. - exempli gratia (latim “ por exemplo”)

Et.al. - et alii (latim “e outros”)

Fls. - Folhas

LSQ - Lei das Sociedades Comerciais



nº/nºs - Número (s)

Ob.cit. - Obra citada

Pág. - Página (s)

Proc. - Processo

Prof. - Professor

Reimp. -Reimpressão

RLJ - Revista de Legislação e Jurisprudência

ROA - Revista da Ordem dos Advogados

ROC - Revisor Oficial de Contas

SA - Sociedades Anónima

SQ - Sociedades por Quotas

Ss. - Seguintes

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

TRC - Tribunal da Relação de Coimbra

TRE - Tribunal da Relação de Évora

TRL -Tribunal da Relação de Lisboa

TRP -Tribunal da Relação do Porto

Vide - Veja

V.g.- Verbi gratia

Vol. - Volume

VV. - Vários

## INTRODUÇÃO

O presente estudo centra-se na examinação do regime jurídico da vinculação das sociedades por quotas, no actual direito societário português.

A abordagem é feita pela examinação da *estrutura orgânica da sociedade por quotas* e pela interpretação dos artigos 260º e 261º do Código das Sociedades Comerciais, normas nucleares na determinação da *forma como ela se vincula válida e eficazmente para com terceiros*, com recurso, para um melhor entendimento das normas, ao art.º9 da Primeira Directiva Comunitária.

A sociedade comercial não detém vontade própria, sendo indispensável a existência de órgãos sociais, que por ela formem e manifestem a vontade. Sendo a capacidade de exercício das sociedades comerciais determinada pela actuação dos seus órgãos sociais, importa em primeiro lugar identificar os órgãos detentores dos necessários poderes de representação e que levam à uma vinculação jurídica perante terceiros, passando em seguida a uma análise da competência representativa dos respectivos órgãos sociais, do modo de exercício dos seus poderes e das limitações legais ou convencionais daqueles poderes à vinculação da sociedade e à (in) oponibilidade relativamente a terceiros que com a sociedade contactem.

Posteriormente, será feita uma breve abordagem do *interesse da sociedade* e uma análise dinâmica daquele no seio da vida societária.

A formação da vontade social, designadamente a tomada de deliberações pelos órgãos sociais deve atender sempre a satisfação do interesse da sociedade, a orientação máxima da gestão da sociedade, sendo que em caso de conflito de interesses entre aquele e o interesse próprio de um titular do órgão, verifica-se quanto a este, o impedimento do exercício do direito de voto.

Ora, a temática do *conflito de interesses* entre o sócio e a sociedade, relativamente ao impedimento do direito de voto, surge como um mecanismo de prevenção ao abuso do direito, tendo em vista prevenir situações em que o sócio se depara com uma situação de conflito de interesses, entre os seus próprios interesses e os interesses da sociedade, provocando um afastamento da sociedade. Neste contexto, procede-se à abordagem da temática das deliberações abusivas, nomeadamente aquelas que visam a prossecução de

um interesse particular em detrimento do interesse dos restantes sócios e do interesse da sociedade, das invalidades e das consequências dessas deliberações.

Por fim, o estudo irá incidir sobre a vinculação societária das sociedades por quotas, dando ênfase às questões que têm vindo a suscitar maiores desenvolvimentos doutrinários e jurisprudenciais, agregar diversas posições e não por último, tecer considerações próprias.

## I. ENQUADRAMENTO LEGAL

### I.1. PRIMEIRA DIRECTIVA: A DIRECTIVA 68/151/CEE DO CONSELHO, DE 9 DE MARÇO DE 1968

Como ponto de partida para o nosso estudo, impõe-se uma breve análise dos normativos constantes da Primeira Directiva<sup>1</sup>, visto que o legislador português, procurou adaptar ao direito interno as regras contidas naquela directiva comunitária.

A Directiva 68/151/CEE, de 9 de Março de 1968, sobre o Direito das Sociedades Comerciais, doravante designada por Primeira Directiva, procurou efectivar a liberdade de estabelecimento<sup>2</sup>, mediante a coordenação de “*garantias que, para protecção dos interesses associados e de terceiros, são exigidos nos Estados-Membros às sociedades*”.

A directiva visou coordenar as garantias que eram exigidas nos Estados-membros às sociedades comerciais<sup>3</sup>, principalmente no que diz respeito a publicidade, á validade das obrigações contraídas e a sua invalidade, preocupando-se em assegurar uma *protecção dos interesses de terceiros*<sup>4</sup>.

O objectivo desta directiva se encontra resumido no Ac. do STJ de 30.09.2003, no qual se afirma que “*A Directiva 68/151/CEE do Conselho, de 9 de Março de 1968, (...) estabelece três medidas que têm por objectivo proteger os terceiros que tratam com essas sociedades: a abertura de um processo contendo determinado número de informações obrigatórias, mantido para cada sociedade no registo comercial territorialmente*

---

<sup>1</sup> Directiva 68/151/CEE do Conselho, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nº L-65, 8-12, de 14 de Março de 1968, e que tinha por objecto a harmonização da legislação nacional dos Estados-membros, com o objectivo de coordenar as garantias exigidas às sociedades comerciais para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros. Actualmente, está em vigor a Directiva 2009/101/CE do Parlamento e do Conselho, de 16 de Setembro, cuja numeração foi alterada. No caso em concreto, importa referir que o actual artigo 10º corresponde ao anterior artigo 9º, cujo texto permanece igual. Todavia, por uma questão de facilidade de correspondência com as obras e jurisprudência adiante invocadas, manteremos a referência à numeração antiga

<sup>2</sup> A liberdade de estabelecimento foi consagrada no art.º54, nº1 do Tratado de Roma. O Tratado no seu art.º2, procura estabelecer a criação do mercado comum europeu, progressivamente realizado ao longo de um período de transição de 12 anos (cfr. art.º8). O estabelecimento do mercado comum implicava, além da criação de uma união aduaneira, a abolição dos obstáculos à livre circulação de pessoas, serviços e capitais entre os Estados-membros (cfr.art.º3). Assim, o Tratado de Roma consagrou o direito de estabelecimento (artigos 52º a 58º do Tratado de Roma) e a liberdade de prestação de serviços (artigos 59º a 66º do Tratado de Roma).

<sup>3</sup> A Directiva foi elaborada para ser posta em aplicação à certos tipos de sociedades, nomeadamente às sociedades por acções e às sociedades de responsabilidade limitada: sociedades anónimas, sociedades em comandita por acções e sociedades por quotas.

<sup>4</sup> Implementando “*disposições que limitem, na medida do possível, as causas de invalidade das obrigações contraídas em nome da sociedade*”, bem como pela limitação “*dos casos de nulidade, assim como o efeito retroactivo da declaração de nulidade, e fixar um prazo curto para a oposição de terceiros a esta declaração*”.

*competente; a harmonização das regras nacionais relativas à validade e à oponibilidade das obrigações contraídas em nome de uma sociedade (inclusivamente quanto às sociedades em formação); e o estabelecimento de uma lista exhaustiva dos casos de invalidade do contrato de sociedade”.*

Ora, o empenho de harmonização legislativa da Directiva sobre as sociedades comerciais, surge especialmente focado para os interesses das grandes sociedades, em matéria de representação e vinculação das sociedades comerciais, pelo que o nosso estudo se irá centrar sobre as normas preceituadas no art.º9, relevante para o nosso tema, tendo sido transposto para a ordem jurídica portuguesa através dos art.(s)º 6, 192, 260 , 261, 408 e 409 do CSC.

Este preceito foi influenciado pelo ordenamento jurídico inglês<sup>5</sup> e alemão<sup>6</sup>, pela discussão e evolução doutrinária e jurisprudencial que ocorreu nestes países quanto à natureza da personalidade colectiva, à capacidade das sociedades comerciais e aos poderes de representação dos seus órgãos.

Ora, no ordenamento jurídico alemão, predominou a *teoria da ilimitação* ou da *realidade da personalidade colectiva*<sup>7</sup>, que surgiu como meio de reacção contra a *doutrina ultra vires* e de superação das críticas que lhe eram dirigidas.

Esta teoria, ao contrário da teoria *ultra vires*, conferia *primazia aos interesses dos terceiros em desfavor dos sócios*<sup>8</sup>. Considerava-se que cabia à sociedade saber se um determinado acto fazia ou não parte do seu objecto social e se correspondia ou não ao seu interesse, sendo compreensível que os terceiros confiassem nessa ponderação. Os administradores ao praticarem um determinado acto em nome da sociedade, implicitamente asseguravam aos terceiros que estavam autorizados, o que criava uma situação de confiança que não podia ser ignorada.

---

<sup>5</sup> Neste sentido, vd. PEDRO PAIS DE VASCONCELOS in “*Vinculação das Sociedades Comerciais*”, Direito das Sociedades em Revista,nº12, 2011, pág.65

<sup>6</sup> Neste sentido vd. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO in “*Direito Europeu das Sociedades*”, 2005, pág. 164.

<sup>7</sup> Esta teoria equiparava as pessoas colectivas às pessoas singulares e reconhecia às sociedades comerciais uma capacidade jurídica plena ou genérica, o que implicava a sua vinculação e responsabilização por todos os actos praticados pelos seus órgãos dentro dos poderes que lhes eram conferidos.

<sup>8</sup> Segundo JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in “*Curso de Direito Comercial-Das Sociedades*”, Vol. II, 2015, pág.178, “*o sistema da capacidade jurídica geral protege mais a segurança e a rapidez do comércio jurídico - os terceiros que queiram negociar com as sociedades não têm de investigar se os negócios serão ou não compatíveis com o objecto ou com o fim social (ou com outros limites fixados estatutariamente)*”.

O ordenamento jurídico anglo-saxónico pautou-se predominantemente pela *doutrina da ultra vires*<sup>9</sup>. A pessoa colectiva “*legal entity*” era entendida como uma construção artificial que o ordenamento jurídico admitia exclusivamente para a prossecução do fim ou objecto das pessoas colectivas, tal como resultava do seu acto constitutivo. Assim, os actos praticados em nome da pessoa colectiva além do objecto social<sup>10</sup> eram considerados nulos e não as vinculavam, não podendo sequer ser ratificados pelos sócios, em assembleia geral, mesmo que unanimemente<sup>11</sup>.

A *doutrina ultra vires* viria sucessivamente a ser objecto de diversos desenvolvimentos e precisões jurisprudenciais em casos julgados pelos tribunais posteriormente a 1875, alguns dos quais não deixaram de demonstrar certos efeitos perversos da sua aplicação<sup>12 13</sup>. Destacamos, a distinção entre actos patentemente *ultra vires*, porque claramente estranhos à *object clause*<sup>14</sup> contida no *memorandum of association* e que são absolutamente inválidos e actos que não são, ou seja, que em abstracto podem constituir-se como meios para realizar os *objects*, muito embora tenham sido, em concreto, realizados para a obtenção de uma finalidade *ultra vires* e que são considerados relativamente nulos (*inoponíveis*), não podendo essa nulidade ser oposta pela *company* ao terceiro que, no momento da sua realização, não sabia, nem tinha razões para crer, que o acto se destinava a uma finalidade *ultra vires*<sup>15</sup>.

---

<sup>9</sup> JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU in “*Da Empresariabilidade - As Empresas no Direito*”, 1996, pág.197, adoptou uma posição muito crítica relativamente à doutrina da *ultra vires* e às restantes teorias sobre a natureza da personalidade colectiva e a capacidade das sociedades comerciais.

<sup>10</sup> Tratava-se de actos praticados para além das forças da sociedade ou seja, *ultra vires*. O objecto social – *object clauses*- limitava a capacidade da sociedade e situava o vício no nível da *própria capacidade de direito* e não apenas num defeito dos poderes dos directores.

<sup>11</sup> In JOÃO ESPIRITO SANTO, in “*Sociedades por Quotas e Anónimas, Vinculação: Objecto Social e Representação Plural*”, 2000, pág.241 e ss.

<sup>12</sup> In JOÃO ESPIRITO SANTO, ob.cit., pág.244

<sup>13</sup> Um dos efeitos perversos mais destacados pela doutrina foi o que se manifestou na decisão do caso *Bell Houses v. City Wall Properties Ltd. (1966)*, na qual se evidenciou que o funcionamento da *ultra vires doctrine* poderia chegar a proteger a má fé do terceiro, permitindo-lhe o não cumprimento de um contrato de que havia retirado benefícios, sob a argumentação de ser o mesmo *ultra vires* relativamente à “sociedade”, sua contraparte; a tal decisão é, todavia, assinalado pela doutrina adversa à *ultra vires* o *object clauses*, o que reduzia muito o âmbito de aplicação daquela, in JOÃO ESPIRITO SANTO, ob.cit., pág.244 e ss.

<sup>14</sup> In JOÃO ESPIRITO SANTO, ob.cit., pág. 240 e 241, “... as *registered companies* só poderiam realizar validamente os actos ou operações consentidas por lei ou que se apresentassem como meios para atingir os fins traçados na *object clause*- muito embora alguns autores assinalem que a raiz dessa doutrina se encerra no Direito Público, no âmbito do qual os tribunais, para protecção dos direitos dos particulares, teriam utilizado semelhante argumentação para impedirem as autoridades públicas, e, mais tarde, as *companies* dotadas de funções públicas, de praticarem actos não autorizados pelos seus estatutos, o que é evidenciado, quanto a este último aspecto, de uma concepção do objecto social como elemento demarcador dos limites da capacidade de direito de tais sociedades.”

<sup>15</sup> In JOÃO ESPIRITO SANTO, ob.cit, pág.244

A doutrina *ultra vires* era interpretada de acordo com o princípio da *constructive knowledge*. Segundo a doutrina, os terceiros eram protegidos quando não conhecessem a limitação que resultava do objecto da sociedade, e o princípio da *constructive knowledge* dispensava a prova do conhecimento efectivo desta limitação e considerava suficiente a demonstração pela sociedade de circunstâncias que permitiam afirmar que os terceiros podiam ter tomado conhecimento do seu objecto social.

A doutrina *ultra vires* em harmonia com princípio de *constructive knowledge* atribuía prevalência aos interesses dos sócios<sup>16</sup>. O seu fundamento consistia em proteger os sócios contra desvios na administração da sociedade em detrimento dos interesses de terceiros, sendo profundamente criticada com o argumento de que podia conduzir a resultados injustos e provocava uma insegurança no tráfego jurídico, uma vez que obrigava os terceiros a uma consulta prévia dos estatutos para tomarem conhecimento do objecto social. Na sequência das críticas, registou-se um avanço progressivo na protecção dos interesses de terceiros. A jurisprudência recusou uma aplicação rigorosa da doutrina *ultra vires* e perante casos concretos de situações de conflito de interesses entre sócios e terceiros era afastada.

Neste contexto de relacionamento entre a *capacidade de direito das sociedades comerciais*, o *objecto social* e a *vinculação societária*, esse impacto manifestou-se essencialmente nos Estados-membros que tradicionalmente consagravam para aquelas uma limitação da capacidade de direito ou de poderes dos seus órgãos representativos (com eficácia externa) decorrente do objecto social<sup>17</sup>.

Segundo PEDRO DE ALBUQUERQUE, o legislador “*consagrou (...) uma solução baseada, essencialmente, na teoria alemã da aparência, mitigada por uma limitada e eventual relevância do objecto social.*”<sup>18</sup>

Atentos à delimitação do nosso tema em análise, centramos o nosso foco nas soluções preconizadas pelo art.º 9 da Directiva que preceitua: “*1.A sociedade vincula-se perante terceiros pelos actos realizados pelos seus órgãos, mesmo se tais actos forem alheios aos seu objecto social, a não ser que esses actos excedam os poderes que a lei atribui ou permite atribuir a esses órgãos. Todavia, os Estados-membros podem prever que a sociedade não fica vinculada, quando aqueles actos ultrapassem os limites do objecto social, se ela provar que o terceiro sabia, ou não o podia ignorar, tendo em conta as circunstâncias, que o acto ultrapassava*

---

<sup>16</sup> JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, ob.cit., pág.178, afirma “ (...) os sistemas de capacidade específica, limitada ou funcional tutelam mais os interesses dos sócios (sobretudo dos minoritários) (...)”

<sup>17</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, ob.cit., pág.276 e ss.

<sup>18</sup> In “A vinculação das Sociedades Comerciais por Garantia de Dívidas de Terceiros”, ROA, 1995, pág.692

*esse objecto; a simples publicação dos estatutos não constitui, para esse efeito, prova bastante;*

2. *As limitações aos poderes dos órgãos da sociedade que resultem dos estatutos ou de uma resolução dos órgãos competentes, são inoponíveis a terceiros, mesmo que tenham sido publicadas;*

3. *Quando a legislação nacional preveja que o poder de representar a sociedade é atribuído por cláusula estatutária, derogatória da norma legal sobre a matéria, a uma só pessoa ou a várias pessoas agindo conjuntamente, essa legislação poderá prever a oponibilidade de tal cláusula a terceiros, desde que ela seja referente ao poder geral de representação; a oponibilidade a terceiros de uma tal disposição estatutária é regulada pelas disposições do artigo 3.*”

Ora, sobressaem deste preceito que consagra várias regras, um denominador comum, que é a *vinculação da sociedade*, sendo a sua esfera de actuação exclusivamente sita no âmbito das relações daquela com terceiros<sup>19</sup>.

Observamos que, o art.º9 da Primeira Directiva, pode ser dividido em duas partes, uma primeira parte que abrange o número 1 e 2 e que tratam da *vinculação das sociedades comerciais pelos actos que excedem o seu objecto social*<sup>20</sup> e uma segunda correspondente ao número 3 que se ocupa com a *vinculação societária nos casos de gerência plural*.

---

<sup>19</sup> Cfr. RAÚL VENTURA in “Adaptação do Direito Português à 1ª Directiva do Conselho da Comunidade Económica Europeia sobre direito das sociedades comerciais” in Documentação e Direito Comparado (BMJ), nº2, 1980” cit., pág. 142: «[o art.º9, nº1, c] começa por dizer “ a sociedade é vinculada “pelos actos realizados pelos seus órgãos. Ser a sociedade vinculada por actos de certas pessoas significa que entre a sociedade e essas pessoas existe um laço de representação, pelo qual os actos praticados por estas em nome da sociedade produzem o seu efeito na esfera jurídica da sociedade. Afirmar, portanto, que parece desnecessária, desde que existam-como existem nas legislações nacionais preceitos criadores de órgãos com competência representativa da sociedade; afirmação, portanto, que só se justifica desde que o preceito tenha um seguimento, seja ele uma excepção à regra ou um esclarecimento da regra. A seguir lê-se no preceito 2 relativamente a terceiros”. Novamente parece que a frase seria desnecessária. A vinculação só pode existir relativamente a terceiros; não se compreenderia que a sociedade se vinculasse para com ela própria ou para com um estranho que não assumisse aspectos da administração interna e da representação externa, mas essa distinção já é feita quando o preceito diz “a sociedade ‘vinculada”, pois esta frase basta para nos situar no campo da representação. Não estão, pois, em causa a relevância ou as consequências internas dos actos dos órgãos (designadamente quanto às funções limitativas internas do objecto social”».

<sup>20</sup> Segundo JOÃO ESPIRITO SANTO, ob. cit., pág.281 “as linhas de força que dominam as soluções vazadas no preceito, quanto às limitações de que tratam os nºs 1 e 2, e que procuraremos subsequentemente demonstrar, são os seguintes: a) total inexistência da função delimitadora do objecto social relativamente á capacidade de direito da sociedade; b) (i) inexistência de uma função delimitadora externa do objecto social relativamente aos poderes representativos dos órgãos que, nos termos da lei, os detêm; ou, (ii) existência dessa função, embora em termos (de eficácia perante terceiros) muito limitados; c) inexistência de qualquer função delimitadora externa dos poderes dos órgãos representativos da sociedade ou da sua capacidade de direito, decorrente de cláusulas estatutárias (cfr. art.2, nº1, a) da Directiva) - que não a fixação do próprio objecto social- ou de resoluções dos órgãos competentes; d) máxima tutela dos interesses típicos dos terceiros de boa-fé, com sacrifício dos interesses típicos da sociedade, perante a prática de um acto alheio ao objecto social pelo órgão representativo da sociedade, desde que a actuação desse órgão se tenha circunscrito aos poderes que lhe são legalmente atribuídos, directa ou indirectamente.”



No que tange à *vinculação das sociedades comerciais pelos actos que excedem o seu objecto social*, o legislador consagrou como regra, a *ilimitação dos poderes representativos dos órgãos* e estabeleceu que a *sociedade se vincula perante terceiros pelos actos realizados pelos seus órgãos mesmo se forem alheios ao seu objecto social*<sup>21</sup>. Ou seja, o núcleo fundamental da regra é que o *objecto social não limita os poderes legais dos órgãos representativos*<sup>22</sup>.

Resulta, assim, do nº1 do art.º9 da Directiva, que os actos realizados pelos órgãos representativos vinculam a sociedade desde que se enquadrem no âmbito dos seus poderes legais, e tratando-se de actos estranho ao objecto social a sociedade fica, igualmente, vinculada, a menos que se trate de acto simultaneamente violador dos poderes legais desses órgãos<sup>23</sup>.

O nº1 do preceito em análise, tem uma natureza mista, imperativa e facultativa, na medida em que na sua primeira parte obriga que os Estados-membros a transponham para o direito interno vigente e na segunda parte permite que estes introduzam uma *excepção* àquela regra onde se admite que a sociedade não ficara vinculada no caso de se provar que o terceiro “*sabia ou não o podia ignorar*”<sup>24</sup>. No que respeita às limitações aos *poderes dos órgãos representativos da sociedade que resultem dos estatutos*<sup>25</sup> ou de *resoluções dos órgãos competentes*, são sempre *inoponíveis a terceiros*, ainda que publicadas - nº2 do preceito em análise<sup>26</sup>.

---

<sup>21</sup> A primeira norma do nº 1 do art.º9 aponta, pois, para a solução germânica da *ilimitabilidade* dos poderes representativos (legais) do órgão, na linha do mais duro organicismo - cfr. v.g., o §82 da *AktG* de 1965 [(I) Os poderes de representação do *Vorstand* não podem ser limitados. (II) Nas relações dos membros do *Vorstand* com a sociedade estes são obrigados a observar as limitações que os estatutos, o *Aufsichtsrat*, a assembleia geral e o regulamento do *Vorstand* tenham estabelecido para os poderes de gestão social no âmbito dos preceitos sobre sociedades por acções” in JOÃO ESPIRITO SANTO, ob.cit., nota 797, pág. 287.

<sup>22</sup> In JOÃO ESPIRITO SANTO, ob.cit., nota 802, pág. 291

<sup>23</sup> O acto simplesmente estranho ao objecto, ou seja, que não viole simultaneamente os limites legais aos poderes do órgão são eficazes perante a sociedade.

<sup>24</sup> Sendo a norma facultativa, caso algum dos Estados-membros não transpusesse tal disposição, o acto praticado em total desconformidade com o objecto social, será válido, não havendo qualquer consequência jurídica para tal situação, verificando-se assim o afastamento da *doutrina ultra vires*.

<sup>25</sup> Cfr. o art.º2, nº1, al. a) da Directiva

<sup>26</sup> O facto de tais limitações serem sempre inoponíveis a terceiros, ainda que publicadas, demonstra que a posição do terceiro é tutelada, contra a da sociedade, mesmo que efectivamente desconheça a sua verificação. Pese embora, a actuação dos órgãos representativos da sociedade em violação de uma limitação legal, configura um caso de *abuso do poder de representação*, a possibilidade de excepcionar a inoponibilidade a terceiros das limitações aos poderes representativos legais dos órgãos que os detêm-estatutárias ou resultantes de resolução dos órgãos competentes, com fundamento em abuso do poder de representação não resulta da Directiva.

Surge, assim, a necessidade de consagração pelas legislações nacionais do princípio de inoponibilidade a terceiros daquelas limitações, em virtude de o nº2 ser completamente imperativo.

Foi facultado aos Estados-membros, a opção de preverem a possibilidade de a sociedade não se vincular por actos que ultrapassem os limites do objecto social, porque tais actos são situados fora dos poderes legais daqueles órgãos, se aquando a realização do acto, o terceiro conhecesse ou não pudesse ignorar o seu carácter excessivo em relação ao objecto e que seja a sociedade a demonstrar a verificação da condição anterior. Os Estados-membros que optarem pela consagração da regra “*a sociedade não ficará vinculada por actos que ultrapassem os limites do objecto social*” não podem fazer incidir sobre o terceiro o ónus da prova de que ignorava efectivamente o carácter excessivo do acto em relação ao objecto social, cabendo à sociedade a inversão do ónus da prova, isto é, que o terceiro conhecia efectivamente ou que o não podia ignorar sublinhando que para o efeito “*a simples publicação dos estatutos, não constitui prova bastante*”<sup>27 28</sup>.

Segundo JOÃO ESPIRITO SANTO, a formulação do preceito “*o terceiro sabia...*” faz depender a oponibilidade pela sociedade da ultrapassagem do acto em relação ao seu objecto da demonstração de dois factores: (i) que, aquando da realização do acto, o terceiro tinha conhecimento da cláusula do objecto social (prova que pode fazer-se com a mera consequência do princípio da publicidade positiva; e (ii) que tinha consciência de que o acto excedia esse objecto<sup>29</sup>, por exemplo, o mesmo terceiro havia já sido a contraparte de um anterior negócio, de idêntico conteúdo, celebrado pelo órgão

---

<sup>27</sup> Segundo JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 294, “*extrair desse conhecimento, efectivo ou presumido, que, no momento da realização do acto, o terceiro conhecia, ou não podia ignorar, o seu carácter excessivo em relação ao objecto consubstancia um salto lógico que a norma não legitima, reconhecendo, e bem, que o primeiro aspecto não tem o segundo por consequência necessária; ou seja, ainda que o terceiro tenha conhecimento efectivo da actividade que constitui o objecto social da sociedade em causa, isso não significa de imediato que esteja em condições objectivas de poder reconhecer que o acto a ultrapassa*”.

<sup>28</sup> A possibilidade de um Estado-membro prever a situação de uma sociedade não ficar vinculada, se provar que os terceiros sabiam ou não podiam ignorar, tendo em conta as circunstâncias, que os actos excediam o seu objecto social, representa uma concessão à doutrina *ultra vires* conjugada com o princípio de *constructive knowledge*. A doutrina *ultra vires* defende que a sociedade prossegue certos actos e determinados fins específicos, sendo que fora desse âmbito a sociedade deixa de se justificar e os actos praticados *ultra vires* são nulos. O princípio de *constructive knowledge* dispensa a prova do conhecimento efectivo quando as circunstâncias sejam tais que seja lícito concluir que, se o terceiro não sabia devia o saber. Quem contrata, deve supostamente conhecer as limitações. O legislador manteve esta parte da doutrina, considerada positiva porque protegia as sociedades comerciais, permitindo-lhes que não ficassem vinculadas por actos que excediam o seu objecto social e, simultaneamente, protegia os terceiros ao afastar a relevância da mera publicidade dos estatutos, dispensando assim a consulta prévia do registo.

<sup>29</sup> In ob.cit., pág.297.

representativo da sociedade, negócio esse que fora judicialmente declarado estranho ao objecto social<sup>30</sup>.

Ora, conforme o mencionado Autor, a formulação do preceito “*não poder o terceiro ignorar que o acto ultrapassava os limites do objecto social, tendo em conta as circunstâncias ...*” coloca questões mais delicadas.

Segundo RAÚL VENTURA<sup>31</sup> as *circunstâncias que rodearam a prática do acto* tanto poderiam ser interpretadas como sendo de tal ordem que *criariam uma **presunção do conhecimento** de carácter excessivo ou alheio do acto relativamente ao objecto da sociedade* ou como *demonstrativas de que a efectiva ignorância seria culposa*.

Contra essa posição, apresenta-se JOÃO ESPIRITO SANTO<sup>32</sup>, posição com a qual concordamos, que considera que a expressão “*não podia ignorar*” significar que, tendo em conta as circunstâncias, o terceiro podia saber que o acto ultrapassava os limites do objecto da sociedade, ou pelo menos, que o devia saber<sup>33 34</sup>.

Ora, no que respeita à vinculação das sociedades comerciais em situações de *composição plural simultânea da gerência*<sup>35</sup>, o legislador consagrou no nº3 do preceito em análise, o regime de *oponibilidade a terceiros* das cláusulas estatutárias que regulem o *modo de exercício* do poder representativo pelos titulares dos órgãos que legalmente o detêm<sup>36</sup>.

Pretendeu-se conceder aos Estados-membros a possibilidade de prever a oponibilidade a terceiros da cláusula estatutária derogatória da norma legal, desde que aquela se refira ao *poder geral de representação*, ou seja, pretendeu-se possibilitar a criação de uma norma interna que regule a forma de exercício do poder de representação que permita que no contrato social se decida por um regime distinto.

---

<sup>30</sup> In ob.cit., nota 809, pág.297

<sup>31</sup> In “*Adaptação do Direito Português à 1ª Directiva...*” cit., pág.144

<sup>32</sup> In ob.cit., pág.298

<sup>33</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág.298, o Autor considera que a ignorância efectiva de que o acto ultrapassa os limites do objecto da sociedade é culposa e, portanto, deve ser o terceiro a suportar as consequências da estraneidade do acto àquele objecto, nomeadamente de *não vinculação da sociedade*, porque essa estraneidade seria cognoscível. O Autor afirma que o que está em causa é fundamentalmente a má-fé do terceiro, entendida, não como comportamento objectivamente exigível, mas como facto intelectual, ou seja, o conhecimento ou a cognoscibilidade dessa estraneidade.

<sup>34</sup> Destacamos neste sentido o Ac. do STJ de 11/03/1969 em RLJ, 103, in ABILIO NETO “Código das Sociedades Comerciais, Jurisprudência e Doutrina, 2ª Edição, 2003.

<sup>35</sup> É demasiada conhecida a classificação do modo de funcionamento dos órgãos plurais (*pluralidade simultânea*), na qual se distinguem como categorias principais a organização *conjunta* e *disjunta*, sobre os quais iremos mais adiante nos vamos debruçar.

<sup>36</sup> Neste sentido vd. RAÚL VENTURA, in “*Sociedades por Quotas*”, vol. III, 1999, pág. 185 para quem “*a directiva parece ter alguma ideia sobre a regra estabelecida pela legislação nacional, visto que considera derrogação de tal regra, a representação por uma só pessoa ou por várias pessoas agindo conjuntamente*”.

A possível oponibilidade prevista no n.º3 pode ser encarada como uma *excepção* à inoponibilidade de certas cláusulas estatutárias a terceiros, prevista no n.º2<sup>37</sup>. Assim, o n.º3 permite que o legislador de cada Estado-membro atribua o poder de representação a um administrador isoladamente ou a vários mediante a introdução de uma cláusula no contrato social nesse sentido e venha a exigir uma representação por dois ou mais gerentes, maioria ou totalidade dos administradores, soluções que iremos equacionar mais adiante em sede de análise do próprio regime de representação da sociedade.

## I.2. TRANSPOSIÇÃO DA PRIMEIRA DIRECTIVA

A Primeira Directiva foi transposta no direito interno português, pelo Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-lei n.º262/86, de 2 de Setembro e pelo Código do Registo Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º403/86, de 3 de Dezembro.

Na sequência da respectiva directiva comunitária, caracterizada pela preocupação com a defesa dos terceiros que com a sociedade interagem e a protecção dos seus interesses, o legislador nacional consagrou no art.º6 do CSC, a *regra geral*, segundo a qual a *sociedade comercial fica vinculada mesmo que os seus órgãos de representação actuem além do objecto social*<sup>38</sup> (art.º 6, n.º4 do CSC).

Com a consagração deste preceito afastou-se expressamente do Direito positivo português, em matéria de sociedades comerciais e civis sob forma comercial, o *princípio da especialidade* constante do art.º160 do CC<sup>39</sup>, na concepção britânica a *ultra vires - the company – doctrine*, de onde resultaria que seriam *nulos*, todos os actos praticados pelos órgãos de representação, se estes excedessem o objecto social<sup>40</sup>.

Segundo JOÃO ESPIRITO SANTO pode extrair-se da segunda parte do n.º4 do art.º6 do CSC, que o objecto social “*limita, pelo menos, a competência dos (de todos os)*

---

<sup>37</sup> Cfr. RÁUL VENTURA, in “Adaptação do Direito Português à 1ª Directiva...” cit. pág. 157 “[o n.º3 do art.º9] está relacionado com o n.º2 do mesmo artigo e esclarece que apesar desse n.º 2, é lícito às legislações nacionais, criar as referidas disposições quanto às modalidades de representação da sociedade”

<sup>38</sup> Antes da transposição da Primeira Directiva, seguia-se o *princípio da ilimitação dos poderes dos administradores*, pelo que a sociedade não podia invocar qualquer limitação da sua capacidade nas relações com os terceiros que com ela contratasse. A sociedade podia opor aos terceiros tudo o que se encontrava além do objecto social, com fundamento na Doutrina Ultra Vires.

<sup>39</sup> Em Portugal não existia qualquer regra específica no que tange à capacidade jurídica das sociedades comerciais, não obstante encontrava-se previsto no art.º160 CC o *princípio da especialidade*: “1.A capacidade das pessoas colectivas abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins. 2. Exceptuam-se os direitos e obrigações vedados por lei ou que sejam inseparáveis da personalidade singular”.

<sup>40</sup> Sobre a doutrina *ultra vires*, vide RÁUL VENTURA, in “Objecto da sociedade e actos *ultra vires*”, em ROA, Ano 40, Janeiro/ Abril, 1980, pp.18 e ss

*órgãos sociais, sendo discutível, em relação a alguns tipos societários, se limita também, com eficácia externa, os poderes dos seus órgãos representativos (agindo nessa qualidade)”<sup>41</sup>.*

Quanto à representação e vinculação das sociedades comerciais, o art.º9 da Directiva tem expressão nos arts.º260 e 261 do CSC quanto às sociedades por quotas, que serão analisados oportunamente.

Focados nas sociedades por quotas, objecto do nosso estudo, o legislador abordou primeiramente a questão da *vinculação desse tipo societário pelos actos que excedem o seu objecto social* e em segundo lugar o *modo de exercício dos poderes de gestão da sociedade*, ou seja, o *modo de funcionamento da gerência plural*.

Segundo PAIS DE VASCONCELOS<sup>42</sup> que procedeu à uma classificação dos respectivos preceitos comunitários, resultam as seguintes limitações:

- ✓ Limitações legais que serão sempre oponíveis a terceiros, e
- ✓ Limitações estabelecidas pelo objecto social: são em princípio inoponíveis a terceiros. Na transposição da Directiva, os Estados-membros gozam da faculdade de optarem por um regime de oponibilidade, desde que façam a prova que estes conheciam ou não deviam desconhecer aquelas limitações.

### **I.3. AS DIVERGÊNCIAS NA DOUTRINA RELATIVAMENTE AOS ART.(S) 260 E 261 DO CSC**

Tal como já tivemos a oportunidade de mencionar, o legislador tratou de distinguir nos arts.º 260 e 261, entre a *vinculação das sociedades pelos actos que excedem o seu objecto social* e a *vinculação das sociedades em razão da sua forma de representação*.

Relativamente ao disposto no art.º260 do CSC, o legislador seguiu a orientação que resultava do art.º9, n.ºs 1 e 2 da Primeira Directiva, consagrando a *inoponibilidade*

---

<sup>41</sup> In JOÃO ESPIRITO SANTO, ob.cit., pág.215. Com efeito, essa função limitativa surge claramente nas sociedades em nome colectivo (cfr. art.º192, n.ºs 2 e 3, mas já não é tão claro, segundo o autor, nos termos do art.º260, n.ºs.1 e 2 para as sociedades por quotas, que o objecto social tenha a virtualidade de limitar, com eficácia externa, o âmbito dos poderes representativos legalmente conferido aos gerentes.

<sup>42</sup> Vd. PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, in ob.cit, pág.115

*aos terceiros aos poderes dos gerentes que resultam dos estatutos ou de deliberações dos sócios, mesmo que tenham sido publicadas*<sup>43 44</sup>.

Nos termos do art.º261 do CSC, a sociedade por quotas fica *vinculada pelos negócios jurídicos concluídos pela maioria dos seus gerentes*, salvo se o contrato de sociedade dispuser de forma diversa. Ora, em concreto, o pacto social das sociedades por quotas pode fixar para o efeito, um número inferior ou superior à maioria dos gestores.

Em face desta consagração legal e atentos ao disposto no art.º260, nos termos do qual, os actos praticados pelos gerentes “*em nome da sociedade e dentro dos poderes que a lei lhe confere, vinculam-na para com terceiros, não obstante as limitações constantes do contrato de sociedade*”, coloca-se a questão de saber se uma sociedade se pode considerar validamente vinculada, caso o número de gerentes que intervenham num determinado negócio seja inferior ao número previsto, para o efeito, na lei ou no pacto social.

Ora, essa questão de se saber se esta circunstância é ou não oponível a terceiros é fortemente controvertida quer na doutrina, quer na jurisprudência. A base desta controvérsia radica nas diferentes formas de interpretação do que tem sido objecto os arts.º260 e 261 do CSC.

Destacamos duas correntes doutrinárias, uma *clássica*, que defende que, caso a sociedade esteja incorrectamente representada, o negócio jurídico celebrado entre a sociedade e terceiros, é *ineficaz* para com esta<sup>45</sup> e outra *moderna*, que entende que a *representação irregular*<sup>46</sup> num determinado negócio jurídico é inoponível a terceiros, não podendo ser por esta invocada, pelo que mesmo que ainda que não intervenha a maioria

---

<sup>43</sup> Vd. Ac. TRP, de 22/11/2001, segundo o qual “*As pessoas colectivas ficam vinculadas perante terceiros pelos actos em seu nome praticados pelos seus administradores, dentro dos poderes que a lei lhes confere, não obstante as limitações constantes dos estatutos ou resultantes das deliberações dos associados; estas limitações só devem ser oponíveis a terceiros que, no caso em concreto, as conheça ou não as devam desconhecer, não podendo concluir-se conhecimento dessas limitações a partir da simples publicidade dada por lei aos respectivos estatutos.*”

<sup>44</sup> ALEXANDRE SOVERAL MARTINS in “*Código das Sociedades Comerciais em Comentário*”, (coord. de Coutinho de Abreu), Vol. IV, 2013, pág.158, afirma “*atendendo a que foi manifesta a intenção de adaptar o nosso direito ao disposto na Primeira Directiva sobre direito das sociedades só se pode concluir que o preceito aplica-se mesmo que as limitações estejam publicadas*”. No mesmo sentido, JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág.430

<sup>45</sup> Este entendimento é defendido por autores como ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, in “*Sociedades Comerciais*”, 2006, pág. 370; MIGUEL PUPO CORREIA, in “*Direito Comercial-Direito da Empresa*”, 2005, pág.249 e ALEXANDRE SOVERAL MARTINS in “*Capacidade e Representação das Sociedades Comerciais*”, *Problemas do Direito das Sociedades*, 2002, pág.469 e ss.

<sup>46</sup> A irregularidade na representação das sociedades comerciais se verifica por falta de intervenção do número mínimo de gerentes e que em regra daria origem à ineficácia do negócio celebrado e, como consequência jurídica prevista como sanção aplicável à um acto praticado com falta de poderes de representação.

dos gerentes prevista no pacto social para o efeito, este é plenamente *eficaz* e *vincula a sociedade*<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Posição defendida por PAULO OLAVO CUNHA, in “*Direito das Sociedades Comerciais*”, Coimbra, 2012, pág.716; PEDRO PAIS VASCONCELOS, in ob.cit, pág. 115, que entende que a divergência entre o número de gerentes, previsto no pacto social para intervir e o número inferior de gerentes que efectivamente intervieram no negócio jurídico é uma questão de relação interna que não deve ser oposta aos terceiros, salvo se a sociedade provar que este sabia ou que não podia ignorar.

Atendendo ao *elemento literal*<sup>48</sup>, *sistemático*<sup>49</sup>, *histórico*<sup>50</sup> e *teleológico*<sup>51</sup> da norma, concordamos com a solução apresentada pela doutrina maioritária<sup>52</sup>, aquela de

---

<sup>48</sup> O *elemento literal* do n.º1 do art.º261 do CSC, aponta para a ineficácia do negócio perante a sociedade irregularmente representada, ou seja, para que a sociedade por quotas fique vinculada é necessária, em regra, a intervenção da maioria dos gerentes; se, porém, intervierem gerentes em número inferior, a sociedade não ficara vinculada. No sentido de *não vinculação da sociedade por quotas*, temos autores como JOSÉ OLIVEIRA DE ASCENSÃO, in ob.cit., pág. 484, JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit. pág.471, TIAGO MIGUEL DOS SANTOS ESTEVES, pág.395; DIOGO PEREIRA DUARTE, in “*Código das Sociedades Comerciais Anotado*” (coord. António Menezes Cordeiro); pág.756, JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in “*Curso de Direito Comercial-Das Sociedades*”, Vol. II, 2015, pág.551. Vd. Ac. STJ, de 04/07/2002, Proc. N.º 02B1808 e Ac. STJ, de 05/12/2006, Proc. N.º06A3870.

Em sentido contrário, há certos autores que sustentaram que as limitações resultantes do contrato social são inoponíveis a terceiros, incluindo as limitações relativas à forma de representação da sociedade e defenderam assim, a solução de inoponibilidade a terceiros face a representação irregular, sendo o negócio plenamente eficaz perante a sociedade. RICARDO CANDEIAS, in “*Os Gerentes e os Actos de Mero Expediente*” ROA, Ano 60, Vol. I, 2000, pág.280, considera que vigora o *princípio da ilimitação dos poderes representativos dos administradores*, não tendo qualquer eficácia os limites impostos pelo pacto que exige a assinatura de mais gerentes; PEDRO ALBUQUERQUE, in “*Vinculação das sociedades Comerciais por garantias de dívidas a terceiros*”, ROA, Ano de 1955, pág.701 e ss., entende que “a sociedade só não fica vinculada pela actuação dos seus órgãos quando eles não couberem, simultaneamente nos poderes que a lei confere ou permite conferir a tais órgãos de forma directa ou indirecta. Não basta uma proibição relativa para libertar a sociedade dos compromissos assumidos pelos gerentes. É necessária uma proibição legal absoluta”. Esta posição também vem a ser defendida no Ac. TRL, de 17/03/2009, P.N.º802/05.1YXL-SB.L1.

<sup>49</sup> O *elemento sistemático* aponta para a mesma solução do elemento literal, no sentido de que a inoponibilidade das limitações previstas no n.º1 do art.º260 do CSC não abrange a forma de representação das sociedades por quotas, mas sim a questão da *extensão dos poderes de representação dos gerentes* reportado ao objecto social, sendo o *modo de exercício da representação societária* tratado a parte no art.º261 do CSC. Assim, a violação desses preceitos tem como consequência a *ineficácia*.

<sup>50</sup> A distinção entre a *extensão dos poderes de representação* e a *forma de exercício dos poderes de representação* está patente na Primeira Directiva. Se tomamos em conta que o n.º1 do art.º9 da presente directiva, relativa à *extensão dos poderes de representação*, estatui a vinculação da sociedade perante terceiros, mesmo quando os actos excedem o objecto social, a não ser que esses actos excedam os poderes que a lei atribui ou permite atribuir a esses órgãos” e que relativamente à *forma de exercício dos poderes de representação*, o n.º3 do art.º9, consagra a possibilidade de um Estado-membro prever, caso queira, a *oponibilidade de cláusula derogatória a terceiros*, desde que seja referente ao *poder geral de representação*, conclui-se que o art.º261 do CSC enquadra-se perfeitamente neste n.º3 e que o propósito da Directiva foi de proibir a oponibilidade a terceiros face a ineficácia dos negócios jurídicos celebrados entre a sociedade e estes, em virtude de se ter excedido o objecto social e de permitir que a irregular representação societária possa ser oponível a terceiros. Em defesa desta posição, nomeadamente da oponibilidade a terceiros por violação da norma 261, n.º1 do CSC *ex vi* art.º168 do CSC, temos o ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob. cit., pág.484 e ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, in ob.cit.,pág. 371, segundo o qual “o funcionamento da gerência plural é regulado em preceito diverso, o art.º 261, n.º1 do Código das Sociedades Comerciais, que transpõe o n.º3 do art.º9 da Primeira Directiva, o qual prevê expressamente a oponibilidade das cláusulas estatutárias derogatórias do regime legal supletivo de funcionamento da gerência plural, desde que sujeitas a registo”.

<sup>51</sup> O *elemento teleológico* da norma orienta-nos para a eficácia do negócio jurídico celebrado entre a sociedade e terceiro depender da verificação de vários aspectos, nomeadamente, o número de gerentes intervenientes no acto e a contagem dos mesmos. Segundo FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, in “*Estrutura associativa e participação capitalística - contrato de sociedade, estrutura societária e participação do sócio nas sociedades capitalísticas*”, 2006, pág.300 e ss., o terceiro é obrigado a saber qual o número de administradores que vinculam a sociedade, informação que pode ser extraída com facilidade através da consulta da certidão permanente do Registo Comercial.

<sup>52</sup> Destacam-se autores como JORGE COUTINHO DE ABREU in ob.cit., Vol. II, Pág.589, ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, in ob.cit., pág.369, MIGUEL PUPO CORREIA in ob.cit., pág.615, ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit, pág.484, JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob. cit., pág.495 e PAULO TARSO DOMINGUES, in “*A vinculação das Sociedades Comerciais por Quotas no Código das Sociedades Comerciais*”, Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2004, pág.298.



que a *sociedade irregularmente representada perante terceiros não se considera validamente vinculada*, excepto se a sociedade *ratificar* o respectivo negócio.

Por sua vez, a doutrina minoritária, concentrou toda a matéria da vinculação das sociedades por quotas no art.º260 do CSC, considerando que o preceito em causa regulava tanto a vinculação das sociedades face aos terceiros, pelos actos praticados fora do objecto social como a vinculação societária em caso de funcionamento da gerência plural, sendo que o art.º261 do CSC tinha um âmbito de aplicação interna, ou seja, regulava apenas as questões de funcionamento da gerência nas relações entre os sócios e os gestores<sup>53</sup>.

Ora, para esta corrente doutrinária, o preceito do art.º261, nº1 do CSC, deve ser interpretado no seguinte sentido “*a intervenção da maioria dos gestores na celebração do negócio supre a necessidade da prévia deliberação que se consome num acto misto de deliberação e celebração do negócio*”<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Neste sentido, vide PAULO OLAVO DA CUNHA, in *ob.cit.*, pág.683, segundo o qual “*para os terceiros, o que interessa é a qualidade de gerente; os terceiros não têm, por isso, de conhecer a forma pela qual a sociedade se obriga*”. Na mesma esteira de pensamento, vide PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, in *ob.cit.*, pág.115, refere-se aos arts.º260, 261 relativamente às SQ e arts.º408 e 409 relativamente às SA “*bem interpretados, os quatro artigos (...) determina que, no seio do órgão de gestão, as deliberações são tomadas por maioria. Na relação externa com terceiros, na execução daquela vontade funcional, a sociedade vincula-se com a intervenção de apenas um dos seus gestores, sem prejuízo do que os seus estatutos estipularem em diferente*”.

<sup>54</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO in *ob.cit.* pág.92. Neste sentido, temos autores como PEDRO ALBUQUERQUE in *ob.cit.*, pág.702, ILÍDIO DUARTE RODRIGUES in “*Administração das Sociedades por quotas e Anónimas-Organização e Estatuto dos Administradores*”, pág.69, DIOGO PEREIRA DUARTE in *ob.cit.*, pág.756, RITA ALBUQUERQUE in “*A vinculação das Sociedades Anónimas e a Limitação dos Poderes de Representação dos Administradores*”, O direito, 2007, Tomo I, pág.126 e RICARDO CANDEIAS in *ob.cit.*, pág.280.

## II. REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES POR QUOTAS

### II.1. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA DAS S.Q. NO DIREITO PORTUGUÊS ANTERIOR A VIGÊNCIA DO CSC

Antes da entrada em vigor do Código das Sociedades Comerciais vigente hoje em dia, o regime jurídico das S.Q. encontrava-se regulado pela Lei de 11 de Abril de 1908<sup>55</sup>. À semelhança das S.A., as S.Q. apresentavam uma estrutura organizat6rica composta por tr6s 6rg6os, pese embora o 6ltimo com car6cter facultativo, a saber: a Ger6ncia, Assembleia Geral e Conselho Fiscal<sup>56</sup>.

Relativamente 6 gest6o da sociedade, na respectiva LSQ, n6o havia nenhuma norma que atribu6sse a administra76o *stricto sensu* 6 alguns dos seus 6rg6os.

Por6m, comparando com as compet6ncias funcionais dos restantes 6rg6os<sup>57</sup>, em sede do cap6tulo intitulado “*Da Administra76o e Fiscaliza76o*”, aos quais n6o lhes incumbia qualquer compet6ncia da administra76o societ6ria, n6o se pode duvidar que a mesma pertencia 6 ger6ncia.

Segundo as disposi76es da respectiva lei, os gerentes poderiam ser designados no contrato social ou posteriormente eleitos por delibera76o dos s6cios, cargo exercido por pessoas estranhas 6 sociedade<sup>58</sup>, podendo ser exercido por 6rg6o singular ou plural, apesar de n6o haver qualquer refer6ncia ao modo de exerc6cio dos poderes de ger6ncia em caso de funcionamento plural. A express6o contida no 62 do art.º29 (sociedade por quotas com *firma*) “*Delibera76es dos gerentes em n6mero legal*” segundo RA6L VENTURA<sup>59</sup> reportar-se-ia 6 *administra76o da sociedade* e que o *n6mero legal*, pese embora a ambiguidade da f6rmula, deveria referir-se 6 *maioria dos gerentes*<sup>60</sup>.

Relativamente aos *poderes de representa76o da sociedade*, tais cabiam ao(s) *gerente (s)*<sup>61</sup>, por6m os *m6todos de funcionamento da ger6ncia plural simult6nea na representa76o activa da sociedade*, a *responsabilidade dos gerentes* e a *efic6cia perante a sociedade dos actos por eles concluidos*, eram objecto de discuss6o controvertida quer pela doutrina, quer pela jurisprud6ncia, ao qual acrescia o regime de representa76o e

---

<sup>55</sup> Lei das Sociedades por Quotas tamb6m conhecida por LSQ.

<sup>56</sup> Cfr. Arts.º33 a 34, 61º da LSQ

<sup>57</sup> Cfr. Arts.º33 e 35 da LSQ

<sup>58</sup> Cfr. Arts.º26 e 27 da LSQ

<sup>59</sup> RA6L VENTURA, in “*Funcionamento da ger6ncia das sociedades por quotas*”, Almedina, 1968, p6g.168 e ss.

<sup>60</sup> JO6O ESPIRITO SANTO, in *ob.cit.*, p6g.344

<sup>61</sup> Cfr. Art.º26 da LSQ

vinculação das sociedades por quotas, consoante se tratasse de sociedades com *firma* ou com *denominação particular*<sup>62</sup>.

Salienta-se que o tratamento jurídico dado pela LSQ à questão da vinculação para com a sociedade dos actos praticados pelos gerentes, era encarado da perspectiva do *modo de exercício dos poderes representativos* e não da eficácia resultante das *limitações aos poderes representativos dos gerentes face ao objecto social* e às *deliberações da assembleia geral*<sup>63</sup>, com particular atenção à distinção entre a sociedade por quotas com *firma* e com *denominação*.

Ora, o regime jurídico da vinculação das sociedades por quotas com *firma* apontava para o regime de *representação disjuntiva*, enquanto o das sociedades por quotas com *denominação* afigurava o regime da *representação conjuntiva maioritária*<sup>64</sup>.

A questão da eficácia para com a sociedade dos actos praticados pelos gerentes, da perspectiva da limitação dos poderes representativos pelo objecto social, gerou duas correntes doutrinárias e jurisprudências antagónicas. Uma concluía por um regime idêntico ao da vinculação das sociedades anónimas<sup>65</sup>, e outra que entendia com algumas restrições, que os actos eram eficazes para a sociedade.

Atentos ao preceito 29, §1 “*para que a sociedade fique obrigada basta que um dos gerentes assine com a firma*” e § 2 “*é pessoalmente responsável para com a sociedade o gerente que assinar a firma em actos que envolvam violação quer da lei ou do contrato social, quer de deliberações dos sócios, ou dos gerentes em número legal*”, conclui-se que, a questão da eficácia perante a sociedade dos actos nele consignados, não era resolvida. Uma parte da doutrina e da jurisprudência resolveu tal lacuna, interpretando como havendo uma estreita ligação entre a responsabilidade dos gerentes para com a sociedade e a vinculação societária que se encontrava implícita na norma, da seguinte

---

<sup>62</sup> LSQ-art.º29 “*Só podem usar da firma social os gerentes. §1.º Para que a sociedade fique obrigada basta que um dos gerentes assine com a firma social. §2. É pessoalmente responsável para com a sociedade o gerente que assinar a firma em actos que envolvam violação quer da lei ou do contrato social, quer das deliberações dos sócios, ou dos gerentes em número legal*” e art.º30 “*Quando a sociedade não tiver firma mas uma denominação particular, só ficará obrigada se os actos forem assinados em seu nome pela maioria dos gerentes, salvo qualquer estipulação em contrário na escritura social*”. O art.º3 da referida lei, no seu §1 “*A firma, quando não individualize todos os sócios, deve conter o nome ou firma de um deles. A denominação deve, quanto possível, dar a conhecer o objecto das sociedades*”.

<sup>63</sup> Cfr.arts.º29, §1 e 30 da LSQ.

<sup>64</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág.346

<sup>65</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob. cit., pág.340 “Os actos praticados pelos directores de sociedades anónimas violadores de preceitos legais, dos estatutos ou de deliberações da assembleia geral, não vinculam a sociedade (art.186, §2 C.Com) – o que equivalia a considerar que a sociedade podia limitar, com eficácia externa, os poderes dos seus órgãos representativos, quer através do contrato de sociedade quer através de deliberação social.

forma: “*se existia responsabilidade do gerente, pela prática de tais actos, para com a sociedade, tal só se justificaria porque a mesma ficava por eles vinculada, para com os terceiros, pois se o não ficasse não se compreenderia a razão de ser dessa responsabilidade*”<sup>66</sup>.

VAZ SERRA ao interpretar a norma 29, §2 da LSQ pelos acórdãos do STJ de 27.07.1962, de 18.02.1966<sup>67</sup> em anotação ao Acórdão de 11.03.1969 <sup>68</sup> afirmou “*se a sociedade tem direito de responsabilidade contra o gerente que tenha assinado com a firma social actos que envolvam violação da lei ou do contrato social é porque ela fica vinculada pela assinatura dos seus gerentes, pois se não ficasse, não se justificaria tal direito*”.

## **II.2. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA DAS SOCIEDADES POR QUOTAS NO CSC**

As sociedades por quotas, como qualquer outra pessoa colectiva não têm vontade própria<sup>69</sup>, pelo que necessitam de órgãos que formem e exteriorizem a sua vontade.

O órgão é um *centro institucionalizado de poderes funcionais*<sup>70</sup> que serão encabeçados por uma ou várias pessoas físicas, singulares, de plena capacidade jurídica com o objectivo, no caso do órgão deliberativo, de formar a vontade juridicamente imputável à sociedade, cabendo assim ao órgão executivo, a administração e gestão da sociedade como também a exteriorização da vontade formada no seio do órgão deliberativo<sup>71</sup>.

As sociedades comerciais não possuem um organismo “*fisio-psíquico*”<sup>72</sup>, pelo que necessitam de alguém que intervenha por elas, e, no seu interesse, formem e manifestem a vontade social. Essa formação e manifestação da vontade social têm lugar através de órgãos sociais<sup>73</sup>.

---

<sup>66</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág.352 e ss.

<sup>67</sup> Cfr. Ac do STJ, de 27.07.1962, in BMJ, 119, pág. 556 e ss; de 18.02.1966, in BMJ, 154, pag.360 e ss.

<sup>68</sup> Cfr. Ac. do STJ, de 11.03.1969, in RLJ, nº3422, Ano 103º, pág.261 e ss.

<sup>69</sup> JOSÉ OLIVEIRA ASCENSÃO, in “*Direito Comercial, Sociedades Comerciais, Parte Geral*”, Vol. IV, Lisboa, 2000, pág. 421 e MANUEL ANDRADE, in “*Teoria geral da relação jurídica-Sujeitos e Objecto*”, Vol. I, Coimbra, Reimp., pág.114

<sup>70</sup> JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., Vol. II, Coimbra, 2015, pág.62

<sup>71</sup> ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit, Vol. IV, pág.135.

<sup>72</sup> MANUEL DE ANDRADE, in ob.cit., Vol. I, cit., pág.114

<sup>73</sup> ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in “*Da Personalidade....*”, pág. 117

Salienta-se que na sua organização estrutural, as sociedades comerciais gozam de uma liberdade de *conformação orgânica*, podendo uma sociedade deter quanto órgãos quiser, pese embora os órgãos deliberativos serão apenas aqueles que a lei contempla, com respeito pelo *princípio da tipicidade* dos órgãos sociais<sup>74</sup>.

Assim, as sociedades intervêm de forma eficaz em actos jurídicos, ou seja, vinculam-se por meio desses órgãos sociais ou seus titulares e de representantes voluntários.<sup>75</sup>

Do ponto de vista da composição orgânica, as sociedades por quotas tem uma estrutura bicéfala necessária, nomeadamente - a Assembleia Geral e a Gerência<sup>76</sup>, podendo ainda ser dotadas de um terceiro órgão - Conselho Fiscal.<sup>77</sup>

### II.2.1. ESTRUTURA ORGÂNICA: A GÊRENCIA

No tipo societário, objecto do nosso estudo, a gerência é um órgão de cariz executivo<sup>78</sup>, de administração<sup>79</sup>, gestão<sup>80</sup> e representação, a quem compete a *manifestação* da vontade da sociedade perante terceiros.

Nos termos do art.º252, nº1 do CSC, à Gerência, além da representação, é lhe confiada a gestão social<sup>81</sup> da mesma. Assim, nos termos do invocado preceito, “*a sociedade é administrada e representada por um ou mais gerentes (...)*”<sup>82</sup>. Trata-se de uma *representação orgânica*<sup>83</sup>, em virtude de os órgãos serem parte da sociedade e os

<sup>74</sup> JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, in ob.cit. pág.426.

<sup>75</sup> JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., Vol. II, pág.537.

<sup>76</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág.359

<sup>77</sup> Cfr. arts.º 252, nº1 e 262, nº1 do CSC. A determinação da existência de um conselho fiscal, quando pretendida deve constar do contrato de sociedade, não podendo ser deliberada pelos sócios. Não existindo conselho fiscal instituído, deve a sociedade designar um ROC, cuja designação é da competência da Assembleia Geral (nº3 do art.º262). Vd. PAULO OLAVO CUNHA, in ob.cit., pág.690, qualifica a regra de não obrigatoriedade de fiscalização orgânica como absoluta no momento de constituição da sociedade.

<sup>78</sup> O cariz executivo traduz-se na manifestação e na exteriorização da vontade formada em Assembleia Geral pela colectividade dos sócios

<sup>79</sup> À gerência é lhe confiada a administração de uma sociedade tal como ela existe ao tempo da designação, não lhe competindo por isso alterá-la. A suspensão, a cessação de uma actividade exercida, compete deliberar aos sócios. Cfr.art.º11, nº2 do CSC, e por maioria da razão não podem os sócios decidir que a sociedade exerça uma actividade que não caiba no objecto social.

<sup>80</sup> A gerência é responsável pela administração e exercício do objecto da sociedade, cfr. art.º 9, nº1, al. d) do CSC.

<sup>81</sup> O art.º252, nº1 do CSC é uma norma imperativa no que tange à repartição das competências orgânicas de uma sociedade por quotas.

<sup>82</sup> Os poderes de representação cabem à Gerência, mas quem efectivamente exercem esse poder são os gerentes. Vd. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in “*Capacidade...*” pág.477 e ss.

<sup>83</sup> A par da *representação orgânica* pode coexistir a *representação voluntária*, cfr. art.º252, nº6 do CSC. Contudo os procuradores deverão ser nomeados pelos gerentes e não pela colectividade de sócios. Vd. RÁUL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág.27

seus titulares não querem nem actuam como terceiros em substituição ou em vez da sociedade<sup>84</sup>.

Segundo a doutrina, a gerência é o *órgão necessário*<sup>85</sup> e *legalmente obrigatório*<sup>86</sup> de administração da pessoa jurídica, que no âmbito das suas funções, como órgão representativo, cabe *formar, manifestar e exteriorizar a vontade da sociedade e realizar todos os actos necessários ou convenientes para a realização do objecto social*.

Ora, no entendimento de RAÚL VENTURA<sup>88</sup>, a gerência é o órgão externo da sociedade, criado para proporcionar a sua actuação no comércio jurídico, *criando, modificando e extinguindo* relações jurídicas com outros sujeitos de direito.

Em regra, os sócios não podem assumir poderes de representação da sociedade perante terceiros, nem nomear representantes, outros que não sejam os gerentes, para actuar em nome da sociedade<sup>89</sup>. Resulta, assim, que uma cláusula estatutária<sup>90</sup> ou uma deliberação dos sócios<sup>91</sup> que atribua tal poder à colectividade dos sócios é *nula*.

Neste contexto, impende sobre terceiros que contratam com a sociedade, indagar sobre quem se apresenta a agir em nome da sociedade é efectivamente quem invoca que é, circunstância fácil de sindicar, atentos que se trata de um facto sujeito a registo obrigatório, nos termos do arts.º3, nº1, al. m) e 5, ambos do CRCom<sup>92</sup>.

---

<sup>84</sup> Note-se que os membros do órgão social, no caso em concreto -os gerentes- a quem compete exercer os poderes de representação da sociedade, não se devem considerar *representantes legais da sociedade*. A relação que entre ambos se estabelece é uma relação de organicidade, pois o órgão faz parte da própria estrutura da sociedade, e por isso, os actos e a vontade por eles manifestadas são afinal os actos e a vontade da própria sociedade. As regras de direito privado comum, relativas à representação (arts.º258 a 269 do CC) não são directamente aplicáveis à representação orgânica. Contudo não quer dizer que as sociedades comerciais só possam ser representadas pelos seus órgãos de representação, pois estes podem nomear procuradores ou mandatários que representem a sociedade, e isso resulta do art.º252, nº6 do CSC. Vd. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in “*Os poderes de representação...*” pág.35 e ss., COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., Vol. II, pág. 538 e ss., JOSÉ OLIVEIRA ASCENSÃO, in ob.cit., Vol. IV, pág. 421 e ss

<sup>85</sup> “A gerência é um órgão necessário, no sentido de que a lei impõe a sua existência, a qual não pode ser afastada pelo contrato de sociedade-art.º252, nº1”. Cit. RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, Coimbra, 1991, pág. 8 e ss.

<sup>86</sup> PAULO OLAVO CUNHA, in ob.cit., pág.523 e ss.

<sup>87</sup> Ao referir a gerência como órgão necessário, pretende-se afirmar que este órgão existe sempre, pode determinação legal, não dependendo a sua existência da vontade dos sócios, como pode suceder com o Conselho Fiscal ou Fiscal Único- cfr. art.º262, nºs 1 a 3 do CSC.

<sup>88</sup> RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág. 10 e 132 e ss.

<sup>89</sup> Porém, há certas situações, em que a lei prevê uma excepção à regra ao atribuir o tal poder de representação aos sócios. É o caso do disposto no art.º75, nº1 do CSC, que estipula que a colectividade dos sócios pode designar um representante especial para propor a acção de responsabilidade contra os gerentes ou administradores, em casos de manifesto conflito de interesses que se verifica entre os gerentes e a própria sociedade que esses deviam representar.

<sup>90</sup> Por violação de norma legal imperativa, cfr. art.º294 do CC.

<sup>91</sup> Cfr. art.º 56, nº1, al. d) do CSC.

<sup>92</sup> Para tutela de terceiros previu-se no art.º168 do CSC, um regime quanto à oponibilidade a esses mesmos terceiros dos actos sociais. In ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, “*Da personalidade ...*” pág.119

Em suma, a gerência reveste uma natureza dupla, uma *interna*, na medida em que é o órgão responsável pela gestão social da sociedade, que respeita tanto à organização e funcionamento interno da sociedade, quer relativamente à gerência em si, quer em relação aos restantes órgãos<sup>93</sup> e uma *externa* que se traduz no exercício do objecto da sociedade, podendo para o efeito, praticar todos os actos necessários para prossecução do objecto social<sup>94</sup> (cfr. art.º259 *ab initio* do CSC).

Portanto, a par deste dever de *facere*<sup>95</sup>, impende igualmente sobre os gerentes o dever de *non facere*, que se traduz no dever de não praticar actos que excedam o objecto social, nos termos do art.º6, n.º4 do CSC<sup>96</sup>. Porém, apesar de ultrapassarem o objecto social, em regra a sociedade ficará vinculada pelo acto praticado<sup>97</sup>. Sublinhamos o facto de que a violação deste dever legal, em regra, conduz a responsabilidade do (s) gerente (s), podendo até levar à sua destituição, nos termos do art.º72 do CSC.

A gerência pode ser composta por um ou mais sócios, bem como por não sócios, ou seja, pessoas estranhas à sociedade<sup>98</sup>, disjuntiva ou copulativamente<sup>99</sup>.

---

<sup>93</sup> RICARDO COSTA/ CAROLINA CUNHA, in “*Código..., Art.º252*”, ob.cit, vol. IV, pág.80, denominam este tipo de organização e funcionamento interno de “*Administração Técnica ou organizativa*”. Vd. Também JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in “*Governança das Sociedades Comerciais*”, 2006, pág. 42, que a chama de “*administração da própria sociedade*” e JOSÉ VASQUES, in “*Estruturas e conflitos de poderes nas sociedades anónimas*”, 2007, pág.128 e ss., que as apelidam de “*questões organizacionais societárias*”.

<sup>94</sup> Objecto social da sociedade por quotas, consta de cláusula estatutária, cfr. art.º9, n.º1, al. d) do CSC e consiste no exercício das actividades que os sócios se propõem exercer, devendo nos termos do art.º980 do CC ser certo e segundo ALEXANDRE SOVERAL MARTINS in ob.cit., pág.144 “*e quanto mais certo for, mais limitado ficam os gerentes*”.

<sup>95</sup> No entendimento de ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., pág.145, o dever de *facere* consiste no dever de praticar todos os actos necessários ou convenientes à realização do objecto social, ou seja, os actos que se revelam *úteis* para prática dos actos *necessários*. Os actos *úteis* são, segundo o autor, os actos meramente convenientes para a realização do objecto social, ao passo que os *necessários* são os que permitem o desenvolvimento.

<sup>96</sup> O art.º6 do CSC consagra a capacidade jurídica das SQ, pelo que qualquer acto praticado pelos gerentes em nome da sociedade que extravaze aquela capacidade será um acto nulo. Ora, no ordenamento jurídico português tal como já foi dito em sede de análise da Primeira Directiva que influenciou o direito interno, consagra-se uma solução intermédia entre a chamada *teoria da ilimitação da capacidade* (em que se entende que a sociedade tem capacidade para praticar todos e quaisquer actos ainda que contrários ao objecto e fim sociais, doutrina acolhida já antes da Primeira Directiva na Alemanha, e a *teoria ultra vires*, segundo a qual os actos praticados por uma sociedade para além do seu objecto são actos nulos, não podendo sequer ser ratificados pelos sócios, solução acolhida e consagrada no direito britânico, antes da sua alteração imposta pela mencionada directiva sobre sociedades. Com efeito, resulta do art.º6 do CSC, *limitações à capacidade resultantes do fim social*, cfr. art.º6, n.º1 do CSC e *resultantes do objecto social*, que ao abrigo da Primeira Directiva transposta para o nosso ordenamento interno, *resulta não limitar a capacidade da sociedade*-cfr.art.º6, n.º4 do CSC, matéria que será devidamente desenvolvida em sede do ponto IV.5.

<sup>97</sup> ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., pág. 135.

<sup>98</sup> Sobre as vantagens da separação entre a qualidade de sócio e a gestão, vd. DIOGO PEREIRA DUARTE, in “*Código das Sociedades Comerciais Anotado*”, (coord. de António Menezes Cordeiro) –“Art.º252”, 2011, pág.736

<sup>99</sup> RAÚL VENTURA, in ob.cit., pág.10.

Compete aos sócios, nos termos do art.º 252, n.º 2 do CSC, a designação dos gerentes, cujo mandato pode ser por um determinado prazo ou indeterminado<sup>100</sup>, a definição de um limite mínimo e máximo de gerentes<sup>101</sup>, assim como estabelecer requisitos ou qualidades pessoais<sup>102</sup> dos mesmos.

Note-se o facto de, segundo a doutrina maioritária<sup>103</sup>, não pode uma pessoa colectiva ingressar neste cargo, em virtude de a lei exigir pessoas singulares com capacidade jurídica própria<sup>104</sup>.

A designação dos gerentes<sup>105</sup> adquire-se no momento de constituição da sociedade nos próprios estatutos sociais<sup>106</sup> (art.º 252, n.º 2 do CSC), por vontade unânime dos sócios, mediante deliberação social, tomada por maioria dos votos emitidos em assembleia geral (art.º 250, n.º 3 do CSC). Poderá resultar de uma outra forma prevista nos estatutos<sup>107</sup> ou de nomeação judicial, (art.º 253, n.º 3 do CSC).

A nomeação dos gerentes carece de *aceitação*, expressa ou tácita, aceitação essa que é requisito de *eficácia* para a aquisição da qualidade de administrador e da constituição da relação orgânica de administração<sup>108</sup>.

---

<sup>100</sup> Vd. Art.º 257, n.º 7 do CSC, para o caso de indemnização ao gerente por destituição sem justa causa na hipótese não haver prazo determinado.

<sup>101</sup> Note-se que, o CSC não determina um número máximo de gerentes, nem obriga à que no pacto social se fixe o número exacto de elementos que constitui a gerência. Ora, ao contrário do que está previsto para SA, no art.º 390, n.º 1 do CSC.

<sup>102</sup> É permitido aos sócios estabelecer como condição de elegibilidade para o cargo de gerente, entre outras, determinadas qualificações académicas, formação e experiência profissional, incompatibilidades com outras actividades, etc., desde que a escolha por via estatutária das respectivas qualidades não seja arbitrária e desprovida de fundamentos. Vd. RICARDO COSTA/CAROLINHA CUNHA in “*Código das Sociedades*”, (coord. de Jorge Manuel Coutinho de Abreu), pág.80

<sup>103</sup> JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in “*Governança das sociedades comerciais*”, 2010, pág.40, “*Curso de direito comercial ...*”, Vol. II, 2015, pág.545 e ss. e RICARDO COSTA, in “*Os administradores de facto das sociedades comerciais*”, Coimbra, 2014, pág.745.

<sup>104</sup> A nomeação de um incapaz para o cargo de gerência, gera *nulidade*, ao contrário do que acontece com as SA., cfr. art.º 390, n.º 4 do CSC.

<sup>105</sup> Segundo PAULO TARSO DOMINGUES, “*dada a importância (...) de se saber quem são os elementos que compõem a gerência da sociedade, este facto está sujeito a registo e publicações obrigatórias (cfr. artigo 3.º, n.º 1, al.m), artigo 15.º e artigo 70.º, todos do CRegCom, devendo o extracto da inscrição conter ainda a forma de obrigar a sociedade (cfr. artigo 16.º, al. b), in fine do CRegCom)*”, in “*A vinculação das sociedades por quotas no código das sociedades comerciais*”, ..., cit., pág.282, “

<sup>106</sup> Também poderá ser previsto em momento posterior ao de constituição, mediante alteração do pacto social. Vd. JOÃO ESPIRITO SANTO, in *ob.cit.*, pág.364.

<sup>107</sup> Por exemplo, pode estabelecer-se no pacto social, o direito especial á gerência para um determinado sócio, ou o direito especial de um sócio designar os gerentes- cfr. art.º 252, n.º 2 *in fine* e 246, n.º 2 *ex vi* art.º 83, n.º, todos do CSC.

<sup>108</sup> “A imprescindibilidade da vontade do designado para o surgimento da relação jurídica respectiva, entre a sociedade e designado, é doutrinariamente pacífica, sendo apontada concretamente quando à relação de administração, tanto pela corrente contratualista como pela unilateralista” in Parecer IRN, P.º C.CO 53/2010 SJC-CT. Sobre desenvolvimento desta matéria, vd. RAÚL VENTURA, in *ob.cit.*, vol. III, pág.29 e ss.; FERRER CORREIA, in “*Lições de direito comercial- Sociedades Comerciais, Doutrina Geral*”, Vol.II, Coimbra, 1968, pág.323 e ss.; e ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in “*Os poderes de representação...*”, *ob.cit.*, pág. 59. A defender uma relação contratual encontramos o RAÚL VENTURA,



Defendemos a relação contratual entre a sociedade e gerentes, interpretada no sentido de que entre os dois se estabelece uma relação bilateral, pois uma vez aceite o cargo<sup>109</sup>, o gerente presta uma série de serviços à sociedade, serviços que terão como prestação-uma remuneração, podendo até afirmar-se que estaremos na presença de um contrato de prestação de serviços (art.º1154 do CC<sup>110</sup>).

Salientamos que, a designação tal como a cessação de funções dos membros dos órgãos de administração das sociedades por quotas, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, são factos sujeitos a registo obrigatório (cfr. art.º3, nº1, al.m) do CRCCom), actos de registo que, estão sujeitos a publicação obrigatória, a qual é anotada aos mesmos (cfr. arts.º70, nº1, al. a) e nº2 e 71, nº5 do CRCCom)<sup>111</sup>.

Destacamos ainda, as *características principais da gerência*, a saber, em primeiro lugar, o carácter *intuitu personae*<sup>112</sup> da posição jurídica de gerente, nos termos do art.º252, nº4 do CSC, fundamentada na confiança depositada pelos sócios na pessoa escolhida, o que impede que se transmita quer *mortis causa*<sup>113</sup> quer por acto *inter vivos*<sup>114</sup>, ou *isolado*

---

em oposição com FERRER CORREIA e ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, que entenderam que se tratava de um negócio jurídico unilateral.

<sup>109</sup> Entendemos que ninguém poderá ser coagido a aceitar o cargo de gerente ou ser alvo de sujeição a este cargo, pelo que para ser eficaz dependerá de aceitação por parte do designado para o respectivo cargo.

<sup>110</sup> Vd. ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, in “*Sociedades Comerciais*”, completamente reformulados de acordo com o Decreto-Lei nº76-A/2006, 4ª Edição, Coimbra Editora, 2006, pag.219-221.

<sup>111</sup> Neste sentido vd. Parecer IRN, PºC.CO 53/2010 SJC-CT, relativamente à *aceitação do cargo de gerente* aquando do registo do acto de designação do gerente, proferiu-se a seguinte deliberação, cit: “(...) 3. Consonante estejam sujeitos a publicação obrigatória ou não, assim a produção de efeitos de designação e da cessação contra terceiros se dá depois da data da publicação ou depois da data do registo 8 art.º14, nº1 e 2 do CRCCom; 4.O conhecimento das ditas designação e cessação, concretamente aquele que é facultado através de certidão, inclui assim duas vertentes temporais, de um lado a que é pertinente ao facto e que a lei adota como requisito especial do registo e, do outro, aquela que por força do efeito que a mesma lei atribui a esse registo e/ou sua publicação, respeita à eficácia do respectivo objecto contra terceiros; 5. No que respeita à designação e abstraindo a lei, para o respectivo registo, da prova da vontade do designado, não está (legalmente) garantido que não ocorra situação em que a designação se torne oponível a terceiros por via do registo, antes ou sem que o designado a tenha aceite, ou dela tenha sequer tido conhecimento, já que deste também a lei não exige prova. Em obediência à finalidade da publicidade registral e no sentido de evitar que o registo possa ficar constituído em factor causador de prejuízos para as pessoas «apenas» designadas, impõe-se que, de iure condendo, a lei passe a exigir prova da referida e inclua a data da respectiva manifestação entre as menções obrigatórias do registo.(...)”

<sup>112</sup> Carácter estritamente pessoal da relação estabelecida entre a sociedade e o gerente. Vd. RAÚL VENTURA, in ob.cit, Vol. III, pág.26, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, in ob.cit., 2007, pág.419

<sup>113</sup> Em caso de falecimento de sócio-gerente produz-se a extinção da relação de gerência, sem prejuízo de transmissão da quota aos seus herdeiros legais, nos termos dos art.º2025, nº1 do CC e art.º225 do CSC, pelo que configura um caso de caducidade daquela relação.

<sup>114</sup> A cessão da quota de sócio-gerente *inter vivos*, não pressupõe a transmissão do cargo de gerente, pois sua transmissão é proibida por lei. Neste caso, em que os gerentes nomeados são sócios, facto que não é imposto pelo preceito 252, nº1 do CSC, a perda da qualidade de sócio determina a perda da qualidade de gerente, ou seja, a caducidade. Vd. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in “*Curso de direito...*”, Vol. II, Coimbra, 2015 pág.569.

ou *conjuntamente* com a quota, pelo que os actos praticados com violação deste preceito, serão *nulos*<sup>115</sup>.

Segue-se a *impossibilidade de delegar o cargo de gerência*. Está excluído assim, a possibilidade de uma delegação genérica do cargo de gerência (art.º 252, nº5 e 6, e 261, nº2 do CSC). A lei apenas admite no nº6, do art.º252, a *representação voluntária*, através de nomeação de mandatário para prática de determinados actos ou categoria de actos<sup>116</sup> ou através de uma delegação de poderes.

Por fim, no exercício das suas funções, os gerentes devem ter presentes a observância dos *deveres de cuidado* e de *lealdade*, que nos termos do art.º64, nº1 do CSC<sup>117</sup>. Subjacente a estes deveres, assenta o *dever de vigilância geral*, que incide sobre a gestão da sociedade<sup>118</sup>, através do exercício do direito à informação e de oposição e de respeito pelas deliberações dos sócios.

Todos os gerentes possuem poderes iguais e independentes para administrar a sociedade, se o pacto não dispuser de forma diversa, podendo qualquer um deles opor-se<sup>119</sup> à prática de um acto por outro, no cumprimento do dever de vigilância<sup>120</sup>.

## II.2.2. COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA ORGÂNICA

No que respeita à *composição da gerência*, esta pode ser composta por *um* ou *mais* gerentes, e em função do número de gerentes determinado pelos sócios, o órgão apresenta-se como *singular* ou *plural* (o art.º252,nº1 do CSC).

---

<sup>115</sup> Segundo DIOGO PEREIRA DUARTE, in ob.cit., 2011, pág. 737, o acto dirigido a operar essa transmissão será nulo por violação do art.º294 do CC.

<sup>116</sup> Relativamente a esta limitação, Vd. Ac. TRL, de 5/2/2015, Proc.Nº797/10.0TYLSB-B.L1-6.

<sup>117</sup> O art.º64 do CSC, consagra na sua norma, o dever de diligência, segundo o qual na sua actuação o gerente deve agir com a bitola de um gestor criterioso e ordenado, no interesse da sociedade e tendo em conta os interesses dos sócios e dos trabalhadores. Ora, o D.L.76-A/2006, de 29 de Março, introduziu a al.a) do nº1 do mesmo preceito, nos termos da qual os gerentes devem observar os deveres de cuidado, revelando a disponibilidade, a competência técnica e o conhecimento da actividade da sociedade adequados às suas funções, empregando um comportamento criterioso e ordenado.

<sup>118</sup> Segundo ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, in “Código das Sociedades Comerciais Anotado”, 2014, “Art.º64”, pág.250 e ss., a gestão e a representação da sociedade são poderes-deveres dos gerentes, que não sua concretização, lançarão mão do dever de lealdade e de cuidado, deveres fundamentais dos gestores, tal como a epígrafe o indica.

<sup>119</sup> O *direito de oposição* exerce-se mediante comunicação escrita a todos os sócios na qual será logo convocada para deliberar sobre o mérito da oposição, a Assembleia Geral.

<sup>120</sup> O *direito de vigilância real* incide sobre a gestão da sociedade, manifestando-se através do exercício do direito a informação e de oposição.

Nas sociedades que têm apenas um único gerente, o modo de funcionamento da sociedade não suscita qualquer problema<sup>121</sup>, ao contrário das sociedades, nas quais o órgão é plural, e o modo de funcionamento afigura-se mais complexo<sup>122</sup>.

O art.º261, nº1 do CSC fixa *o modo de funcionamento da gerência plural*. Os casos em que a gerência é exercida por vários gerentes, os poderes podem ser exercidos de forma *conjunta*<sup>123</sup> ou *disjunta*<sup>124</sup>, sendo previsto também um terceiro método, o *colegial*<sup>125</sup>.

No entendimento de JOÃO ESPIRITO SANTO<sup>126</sup>, o preceito em questão no seu nº1 estabelece uma *forma supletiva*<sup>127</sup> relativamente ao *modo de exercício dos poderes de gerência*, aquando da gerência plural, que dispõe, que os poderes dos gerentes deverão ser exercidos em conjunto, considerando-se válidas as deliberações que reúnam os votos da maioria. Defende o autor que a conjunção se refere às manifestações de vontades em número correspondente à maioria, cuja convergência pode ser alcançada em momentos distintos.

Daí que, quando no preceito se alude o método colegial, considerando “*válidas as deliberações dos gerentes que reúnam os votos da maioria*”, a norma está a referir-se aos *poderes internos de gestão dos gerentes* e já não aos *poderes externos de representação*, entendimento com o qual concordamos.

---

<sup>121</sup> O gerente único obriga a sociedade perante terceiros, excepto quando seja necessário que o acto a praticar seja precedido por deliberação da Assembleia Geral.

<sup>122</sup> Objecto de análise em sede de capítulo IV.6

<sup>123</sup> O método conjunto prevê a actuação de pelo menos dois gerentes, bastando a manifestação convergente de vontades de ambos, exercida em simultâneo ou sucessivamente. Este método aponta como vantagens, uma maior ponderação na formação das decisões, justamente pela necessidade de conjugação das concepções diferentes de interesse social (da sociedade, dos sócios, dos stakeholders, etc. ...) e como desvantagens para a falta de concordância entre os gerentes que poderá se revelar prejudicial para a sociedade.

<sup>124</sup> *O método disjuncto* significa que, cada gerente pode agir (proceder à practica de actos de administração e/ ou representação) individual e autonomamente, ficando a sociedade vinculada em princípio. Como desvantagens à este método são apontadas as eventuais divergências entre os gerentes, que poderá levar a que um gerente impeça o outro de praticar um acto em nome da sociedade. Como pontos a favor, aponta-se uma maior celeridade na tomada de decisões, possibilidade de multiplicar as actividades dos administradores e até à uma maior confiança entre os sócios. Vd. RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág.183.

<sup>125</sup> O terceiro método de funcionamento da gerência plural – *método colegial*, que, segundo RAÚL VENTURA, in ob.cit., pág.183 não é de todo adequado para todas as funções de gerentes, ou seja, para as funções representativas. De acordo com este método, as vontades são apuradas em assembleia, através do exercício do direito a voto, uma vez que permite determinar a vontade do órgão deliberativo mas não a pode exteriorizar.

<sup>126</sup> In ob.cit., pág.366.

<sup>127</sup> Trata-se de uma regra supletiva de exercer a gerência, em virtude da norma poder ser afastada por cláusula contratual, que estipule de forma diversa, por exemplo, que a sociedade passa a obrigar-se com um determinado número de assinaturas de gerentes, ou de todos os gerentes, ou de um determinado gerente assinar necessariamente em conjunto com outros.

Na sequência daquilo que já foi afirmado em sede dos deveres dos gerentes de *facere e non facere*<sup>128</sup>, sublinhamos que no âmbito da competência que lhes for atribuída, estes *devem sempre actuar com respeito pelas deliberações dos sócios*<sup>129</sup>.

Destacamos que a gerência, como qualquer outro órgão social, sofre várias *limitações* no âmbito da sua competência, quer resultantes da própria capacidade de direito da sociedade, quer das competências que são atribuídas por força da lei à outro órgão e as que decorrem do objecto social<sup>130</sup>.

### II.2.3. ASSEMBLEIA GERAL

Nas sociedades por quotas, o *órgão deliberativo -interno*, no qual tem assento a colectividade dos sócios, que visa a formação da vontade social sobre assuntos fulcrais da vida societária<sup>131</sup> é a Assembleia geral.

Este órgão adopta decisões, expressando assim a vontade convergente de todos os sócios, mas que nunca a manifestem para o exterior, tem o seu modo de funcionamento consagrado nos arts.º246 e ss. do CSC<sup>132</sup>.

Este órgão social detém uma importância tremenda na tomada de deliberações sobre a vida societária, mesmo que não se tratem de deliberações desta, constatando-se, assim, uma *primazia*<sup>133</sup>, em matérias em que é competente o órgão de gestão.

#### II.2.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL versus GERÊNCIA

Após a análise dos dois órgãos necessários do tipo societário, impõe-se uma reflexão sobre qual a relação que se estabelece entre os mesmos, nomeadamente para determinar se existe alguma relação de hierarquia, alguma relação de dependência da

---

<sup>128</sup> O dever de praticarem os actos compreendidos pelo objecto social e de não extravasar o seu âmbito.

<sup>129</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág.372.

<sup>130</sup> As limitações ao âmbito de competência da gerência serão objecto de análise no capítulo III.

<sup>131</sup> Vd. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in “Curso de Direito ...”, Vol. II, pág.63

<sup>132</sup> Sendo que às Assembleias Gerais aplicam-se o disposto para as SA, em tudo o que não seja deste tipo societário específico, cfr. arts.º248 e 375 e ss. do CSC.

<sup>133</sup> Tendo em conta a ampla competência dos sócios, para deliberar medidas estruturais societárias e empresariais, importantes para vida da sociedade são considerados um órgão superior, quase-soberano, pois relativamente à gerência, os sócios além de designarem e destituírem os gerentes, tem poder muito amplo para determinar a gestão da sociedade. Relativamente ao Conselho Fiscalizador, quando existir, essa superioridade é manifestada pela escolha dos seus membros, tal como a destituição, porém não podem comandar no exercício da função fiscalizadora daqueles. Vd. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., “Art.246”, pág.22.

Gerência face a Assembleia relativamente às deliberações sociais e sobre a distribuição ou confronto das competências dos respectivos órgãos.

No que tange a possível *separação* ou *dependência* na actuação desses órgãos, o legislador no art.º259 *in fine* do CSC, vem balizar a actuação do órgão executivo- a *gerência na gestão quotidiana da sociedade*, no sentido de que no processo de formação das deliberações sobre a administração, gestão e representação da sociedade, este deve pautar-se sempre pelas deliberações tomadas pelos sócios em sede de assembleia geral.

Trata-se de deliberações dirigidas aos gerentes quanto ao *exercício dos poderes próprios destes*, excluindo as deliberações tomadas no âmbito da competência legal ou convencional da assembleia, que se destinam a definir os poderes dos gerentes que integram o âmbito de competência destes (art.º252, nº1 do CSC<sup>134</sup>).

Segundo JOÃO ESPIRITO SANTO<sup>135</sup>, o art.º259 do CSC tem como objectivo de uma certa maneira, delimitar o âmbito das competências dos gerentes, visto que esta sofre certas limitações<sup>136</sup> e afirmar os *poderes funcionais* inerentes à sua competência própria<sup>137</sup>, e, por último e não o mais desprovido de valor, determinar que o exercício desses poderes próprios e funcionais dos gerentes, obedecem a um *princípio de subordinação às deliberações dos sócios*.

DIOGO PEREIRA DUARTE<sup>138</sup> por sua vez, defende que o art.º259 do CSC, permite aos sócios a criação de limites aos poderes de gerentes, estando estes submissos às deliberações dos sócios e adstritos à um *dever de obediência*.

Decorre também do art.º11, nº2 do CSC, que os sócios podem deliberar “*sobre as actividades compreendidas no objecto contratual que a sociedade efectivamente exercerá, bem como sobre a suspensão ou cessação de uma actividade que venha sendo exercida*”.

Posto isto, entendemos que, a Assembleia pode deliberar qual será efectivamente a actividade a ser exercida dentro do âmbito do objecto social, podendo suprimir ou até coarctar certas actividades do objecto social, *cabendo aos gerentes respeitar a respectiva deliberação*.

---

<sup>134</sup> In ob.cit., pág.390

<sup>135</sup> In ob.cit., pág.373

<sup>136</sup> As *limitações* em questão, reportam-se ao âmbito da sua competência, quer resultantes da própria capacidade de direito da sociedade, quer das competências que são atribuídas por força da lei à outro órgão e as que decorrem do objecto social.

<sup>137</sup> A competência própria da Gerência resulta do art.º252, nº1, *ab initio* do CSC, i.é, a administração e representação da sociedade.

<sup>138</sup> In ob.cit., (coord. de António Menezes Cordeiro), “Art.º260”, pág.750.

RAÚL VENTURA<sup>139</sup> refere-se um *princípio de dependência* de ordens ou instruções da colectividade dos sócios<sup>140</sup>, a que corresponde um *princípio de obediência por parte dos gerentes*<sup>141</sup>. O autor entende que o art.º259 do CSC define os poderes dos gerentes de forma genérica, permitindo aos sócios limitarem esses poderes, subordinando-os às deliberações dos sócios, enquanto o art.º246, nº1 do CSC faz depender certos actos da deliberação dos sócios<sup>142</sup>.

Apesar da Assembleia ser um órgão de cariz interno, não significa que não tem *eficácia externa*, pese embora a doutrina, na sua generalidade, o qualifica como um órgão a quem não cabe a actuação intersubjectiva da sociedade<sup>143</sup>.

Nas palavras do JOÃO ESPIRITO SANTO<sup>144</sup>, a eficácia externa traduz-se no facto de a vontade da sociedade formada pela deliberação no seio da colectividade dos sócios produz efeitos na esfera jurídica de terceiros.

Quanto a *auto-suficiência da deliberação*<sup>145</sup> da Assembleia em produzir efeitos jurídicos na esfera de terceiros, a doutrina<sup>146</sup> divide-se.

Uma parte da doutrina considera que a deliberação da assembleia corresponde à sua *formação* e não à sua *declaração*, pelo que os *efeitos externos* visados pela deliberação só seriam atingidos com um acto executivo daquela, através da qual se exteriorize a vontade da sociedade, que normalmente caberia ao órgão externo da

---

<sup>139</sup> In ob. cit., pág.133 e ss.

<sup>140</sup> Sobre o direito de os sócios dirigirem instruções aos gerentes, vd. ILIDIO DUARTE RODRIGUES, in “*Administração das sociedades por quotas e anónimas-Organização e Estatutos dos Administradores*”, Lisboa, 1990, pág.48 e ss.; RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág.392

<sup>141</sup> Circunstância substancialmente diferente no caso das SA, que em matéria de gestão societária, os accionistas apenas podem deliberar a pedido do órgão da administração, nos termos do art.º373, nº3 do CSC.

<sup>142</sup> O nº1 do art.º246 do CSC consagra a *competência legal imperativa* da SQ, i.é, os actos previstos nas alíneas do preceito em causa, dependem da deliberação dos sócios, não podendo os sócios no âmbito desta competência exclusiva atribuí-la ao outro órgão, nomeadamente à gerência, por cláusula estatutária ou por deliberação. Vd. J.M.COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., “Art.246”, Vol. IV, 2017, pág.16

<sup>143</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág.380

<sup>144</sup> In ob.cit., pág.381

<sup>145</sup> JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., “Art.246”, Vol. IV, classifica as deliberações dos sócios de seguinte forma: “(1) *auto-executáveis (self-executing)* ou *auto-suficientes*: bastam-se a si próprias para produzir os efeitos jurídicos visados, sem necessidade de actuação complementar ou executiva da gerência; (2) *executáveis ou complementáveis por actuação não negocial da gerência*; (3) *executáveis por actos negociais da gerência*. ”

<sup>146</sup> Cfr., entre outros, VASCO DA GAMA LOBO XAVIER, in “*Anulação da Deliberação Social e Deliberações Conexas*”, 1999, pág.100 e ss. que entende que “ *entre a deliberação e o terceiro interpõe-se um acto de outro tipo-um acto executivo, que se destina a dar àquele sujeito conhecimento do que foi deliberado...* ”

sociedade<sup>147</sup>. A outra parte<sup>148</sup> considera que apesar de se reconhecer a necessidade de intervenção do órgão executivo para exteriorizar a vontade da Assembleia, em certos casos especiais nega a necessidade desse acto para que a deliberação produza a plenitude dos seus efeitos.

A solução que perfilhamos, é a de que apesar da competência legal absoluta<sup>149</sup> ser exclusivamente da assembleia, nos termos do art.º246, nº1 do CSC, que determina a formação da vontade da sociedade, exclui a *competência administrativa dos gerentes*, mas não a *sua competência representativo-orgânica*, entendendo que ao suprimir a competência representativa dos gerentes, se esvaziaria por completo de conteúdo a esfera de competência destes.

Destacamos neste sentido a posição tomada por JOÃO ESPIRITO SANTO, que relativamente à esta categoria de deliberações dos sócios com eficácia externa, entende que a sociedade *vincula-se directamente perante os terceiros* pelas respectivas deliberações, e que a comunicação feita pelo gerente dessa deliberação não é nada mais do que uma mera notificação a terceiros da vontade da sociedade que não foi por este formada<sup>150</sup>.

Atentos à distribuição e ao possível confronto das competências entre a gerência e a assembleia geral e principalmente a letra do art.º 246 do CSC, conclui-se que a competência da gerência é *residual*. Os gerentes administram a sociedade (arts.º252, nº1 e 259), subordinados às deliberações dos sócios, e portanto, no âmbito da sua competência daquele, não pode a assembleia geral substituir-se-lhes<sup>151</sup>.

Deve admitir-se que a Assembleia possa ordenar a sua conduta administrativa, quer através de instruções concretas, quer de instruções genéricas e de execução

---

<sup>147</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 381, considera que “os órgãos externos não formam a vontade da sociedade quanto à prática do acto, tão-somente a vontade de o notificar a terceiros”.

<sup>148</sup> JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO FURTADO, in “*Deliberações dos sócios, Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*”, pág.91, afirma “é necessário precisar, todavia que, na presença dos terceiros, a auto-suficiência da deliberação para a produção da plenitude dos efeitos visados supõe que a mesma seja entendida não apenas como formação da vontade da sociedade, mas também como declaração dessa mesma vontade”.

<sup>149</sup> A reserva legal da competência da assembleia é *absoluta* quando a realização do acto depende sempre da deliberação, cfr. art.º246, nº1 do CSC; É considerada *relativa*, quando a realização do acto depende da deliberação dos sócios, mas a lei autoriza que a sua autorização sobre o acto seja atribuída a um outro órgão, cfr. arts.12, nº2, 85, nº2 e 246, nº2 do CSC.

<sup>150</sup> In ob.cit., pág.381.

<sup>151</sup> Sendo a gerência, tal como já foi dito, o órgão necessário de administração, neste contexto de gestão corrente societária, os gerentes detêm o poder decisório, considerando-se ilícitas as cláusulas estatutárias que atribuam aos sócios o poder de decisão em matéria de gestão, fazendo da gestão simples órgão executivo. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit. “*Art.246*”, pág.21

permanente<sup>152</sup>, podendo designar e destituir gerentes, sendo considerado como um *órgão soberano*.

#### II.2.4. ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização das sociedades é feita através de mecanismos externos ou internos<sup>153</sup>, orgânicos ou inorgânicos. Porém, a sociedade por quotas não se encontra, em regra, obrigada a incluir qualquer estrutura específica de fiscalização orgânica, sendo-lhe aplicáveis simples mecanismos de fiscalização inorgânica, exercida pelos sócios no uso das prerrogativas legais e estatutárias<sup>154</sup> ou pela gerência.

A existência do órgão com funções de fiscalização neste tipo societário não é obrigatória, dada a sua natureza facultativa. A sua existência pode ser consagrada no estatuto social da sociedade e não existindo um conselho fiscal instituído, deve a sociedade designar um Revisor Oficial de Contas (ROC) para proceder à revisão legal das contas da sociedade<sup>155</sup>.

Compete assim, ao órgão de fiscalização, a *funcionalidade*: de vigiar a actuação da sociedade, nomeadamente da gerência, com respeito por uma série de deveres, tais

---

<sup>152</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in *ob.cit.*, pág.392 e ss.

<sup>153</sup> Sobre a diferença entre a fiscalização interna e externa, vd. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, in “*Manual de direito das sociedades, Das sociedades em geral*”, Vol. I, 2007 pág.44; JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in “*Governança das sociedades ...*”, 2010, pág. 176 e ss; JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO FURTADO, in “*Competência e funcionamento dos órgãos de fiscalização das sociedades comerciais*”, in “*Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais, Congresso Empresas e Sociedades*, Vol. I, Coimbra, 2007, pág.593 e ss.

<sup>154</sup> Esta regra vale plenamente e sem excepções no momento da constituição da sociedade e reflecte o carácter menos complexo das sociedades por quotas, comparativamente com as SA-cfr. GABRIELA FIGUEIREDO DIAS, in “*Código das Sociedades Comerciais...*”, (coord. Jorge Manuel Coutinho de Abreu) Vol. IV, pág. 195.

<sup>155</sup> A designação do ROC é da competência da Assembleia Geral da Sociedade, cfr. art.º262, nº4 do CSC. Nos termos do art.º262, nº3 do CSC, a nomeação de um ROC torna-se obrigatória se numa SQ se verificar a ultrapassagem de dois dos seguintes requisitos: 1) total do balanço:1.500.000 euros; 2) total de vendas líquidas e outros proveitos:3.000.000 euros e 3) número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50. Esta nomeação deixa de ser obrigatória e volta a ser facultativa, quando dois dos três requisitos não se verifiquem durante dois anos consecutivos- cfr. art.º262, nº3 do CSC. Ao ROC são aplicáveis as incompatibilidades estabelecidas no art.º414-A, para os membros do Conselho Fiscal e ao exame e relatório que lhe compete produzir são aplicáveis as regras das sociedades anónimas estabelecidas para essa actividade. Importa salientar que a designação do ROC encontra-se sujeita a registo, nos termos do art.º3, al.m) do CRCCom.



como o *dever de prevenção*<sup>156</sup>, *dever de informação* dos sócios<sup>157</sup> e *dever de cuidado*<sup>158</sup> (art.º64, nº2 do CSC).

### III. VINCULAÇÃO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS POR QUOTAS

#### III.1. ENQUADRAMENTO LEGAL DA REPRESENTAÇÃO E VINCULAÇÃO SOCIETÁRIA

A sociedade no exercício da sua actividade económica, na prática de todos os actos necessários e convenientes à prossecução do seu fim social, enquanto pessoa colectiva, emite a sua vontade por intermédio do seu órgão representativo- a *Gerência*, e ficará em princípio vinculada face a *terceiros*.

Para efeitos de definição do *conceito de vinculação*, invocamos FILIPE CASSIANO DOS SANTOS<sup>159</sup> que passamos a citar: “*A vinculação é o momento final ou conclusivo (e o resultado), do procedimento representativo em que se determina se a actuação do órgão de representação é feita em termos tais que os efeitos do acto praticado na esfera jurídica da sociedade*”.

Concluimos no capítulo anterior, relativamente à estrutura organizatória das SQ, que os gerentes são o órgão competente para representar a sociedade. A actuação desses<sup>160</sup>, na respectiva qualidade, declarando a vontade da sociedade por si formada, actua perante terceiros, em representação da sociedade, obrigando-a juridicamente.

---

<sup>156</sup> Um novo procedimento imposto aos sujeitos do Conselho Fiscal ou ao ROC, como forma de dar sequência e concretização à vigilância exercida sobre a actuação da gerência. O dever traduz-se no poder de desencadear procedimentos de alerta quando, na prossecução do interesse da sociedade, identifique dificuldades ou problemas que ponham em causa o regular exercício do objecto social e da própria sociedade. Trata-se de procedimentos de alerta meramente internos, a ter lugar dentro das próprias estruturas sociais e no âmbito das funções de fiscalização interna cometidas ao ROC ou ao Conselho Fiscal, mas que podem e devem ser entendidos como mecanismos de aviso preliminares para que sejam tomadas medidas de reequilíbrio da sociedade pela gerência da sociedade, nos termos do nº2 ou, no limite, pelos próprios sócios-nº3. GABRIELA FIGUEIREDO DIAS, in ob.cit., pág. 206.

<sup>157</sup> O *dever de informação* consiste na informação dos sócios no que respeita à prestação de contas. O incumprimento do respectivo dever de informação pode gerar uma anulabilidade com base na violação de disposições que prescrevem o fornecimento de elementos mínimos de informação aos sócios-art.º58, nº1, al. a) e c) do CSC.

<sup>158</sup> Sobre os deveres gerais de cuidado e de lealdade dos membros dos órgãos de fiscalização, vd. RICARDO COSTA/ GABRIELA FIGUEIREDO DIAS, in ob.cit., Vol.I, “Art.64”, pág.757 - 808.

<sup>159</sup> FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, in “*Direito das Sociedades Comerciais*”, Versão preliminar de apoio aos estudantes da Cadeira de Direito Comercial II, 2012/2013 cit., pág.154.

<sup>160</sup> Isto é, os gerentes actuem sempre no âmbito dos seus poderes representativos, cfr. o art.º260, nº1 do CSC.

Ora, o art.º260 do CSC, sob a influência do disposto no art.º9 da Primeira Directiva<sup>161</sup>, regula as circunstâncias em que o gerente *vincula a sociedade perante terceiros*, mais exactamente no seu número 1, consagra a vinculação da sociedade, pela actuação da gerência no âmbito da sua competência representativo-orgânico, consagrando o *princípio de ilimitação dos poderes representativos dos gerentes*<sup>162</sup>, segundo o qual os actos praticados pelos gerentes em representação da sociedade, dentro dos poderes conferidos pela lei, são *inoponíveis a terceiros*, ou seja, vinculam-na perante os respectivos, não obstante limitações decorrentes quer do pacto social, quer das deliberações dos sócios.

Trata-se de uma *norma injunctiva* na medida em que a respectiva ilimitação de poderes dos sócios, não pode ser afastada nem quando uma deliberação reuna a *unanimidade* da colectividade dos sócios, em que o objectivo pretendido é a protecção de terceiros, tendo previsto como sanção pela violação da norma a violação da deliberação<sup>163</sup>.

Salientamos que, por imposição do art.º9, nº1 da Primeira Directiva, o art.º260, nº1, reveste-se de carácter imperativo, insusceptível de ser derogado.

Concluimos, assim, que todos os actos praticados pela gerência, em nome da sociedade, vinculam a sociedade, mesmo quando contrariem os estatutos ou as deliberações, a não ser que os actos praticados excedam os poderes que a lei atribui ou permite atribuir a esses órgãos.

Assim, o preceito da directiva prevê: “1- a *sociedade vincula-se perante terceiros pelos actos realizados pelos seus órgãos, mesmo se tais actos forem alheios aos seu objecto social, a não ser que esses actos excedam os poderes que a lei atribui ou permite atribuir a esses órgãos (...)*”.

Atentos ao texto do nº1 do art.º260 do CSC, constatamos que houve um lapso aquando da transposição da directiva no nosso direito interno, no que diz respeito os

---

<sup>161</sup> O regime implementado pela Directiva é subsumível aos seguintes pontos: 1- a sociedade fica vinculada perante terceiros, mesmo a actuação do órgão ultrapasse os limites do objecto social; 2- a sociedade só pode ser vinculada por actos que se situem no leque de poderes legais desses órgãos; e 3- por opção nacional, a transposição dos limites do objecto social pode ser oponível a terceiros; as limitações estatutárias, ainda que alvo de publicação, são inoponíveis a terceiros, e a legislação nacional pode prever a oponibilidade de algumas cláusulas de representação.

<sup>162</sup> Vd. Ac. STJ, de 24.02.2015, Proc.º580/11.5TBMMN.E1.S1, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>163</sup> A sanção da violação desse preceito é de *nulidade* da respectiva deliberação, nos termos do art.º56, nº1 do CSC. Neste sentido vd. Ac. STJ, DE 23.09.2008, Proc. 08A2239; AC do TRL, de 17.03.2009, Proc.802/05.1YXLSB.L1.

poderes concedidos aos gerentes, dado que o nosso ordenamento jurídico societário nada diz acerca dos poderes que a lei “*permite atribuir a esses órgãos*”<sup>164</sup>.

Coloca-se então a questão de saber se os actos praticados pelos gerentes neste contexto, vinculam ou não a sociedade, à qual nos propomos responder.

Se atendermos a doutrina<sup>165</sup>, concluímos pela interpretação extensiva do art.º260, nº1 do CSC, no sentido de que a sociedade vincula-se perante terceiros pelos actos praticados pelos gerentes dentro dos poderes que a lei lhes permite atribuir.

Destacamos da doutrina, JOÃO ESPIRITO SANTO<sup>166</sup>, que considera que “as reservas contratuais naquilo que não sejam mera duplicação das reservas legais, *significam uma redução dos poderes que a lei atribui aos gerentes*”.

No sentido contrário, RÁUL VENTURA<sup>167</sup> reconhece ao preceito um sentido positivo-os gerentes vinculam a sociedade no âmbito dos seus poderes legais- mas não um sentido negativo-a sociedade não fica vinculada por actos praticados pelos gerentes fora do âmbito dos poderes legais, prevendo em termos de consequência o disposto no art.º268 do CC.

PEDRO DE ALBUQUERQUE<sup>168</sup> entende que a limitação resultante do art.º260 do CSC deve ser interpretada em sentido restrito, ou seja, a sociedade não fica vinculada nos casos em que os actos praticados pelos gerentes em representação da sociedade não couberam nos poderes que a lei lhes atribui ou permite atribuir, directa ou indirectamente.

No nº2 contempla-se uma *excepção* à regra da vinculação, prevendo umas *limitações à vinculação da sociedade*.

---

<sup>164</sup> V.g. se um órgão de fiscalização da sociedade surgir a vincular-se perante terceiros, a sociedade não fica vinculada, em virtude de o acto extravasar a competência legal desse órgão.

<sup>165</sup> Neste contexto, ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, socorre-se de um exemplo muito pertinente ao nosso ver, a propósito da questão em análise invoca o art.º246, nº2 do CSC (que regula o âmbito de competência relativa da Assembleia Geral). Se o preceito em causa permite conferir aos gerentes poderes para deliberar sobre matérias sujeitas à deliberação dos sócios, i.é., as matérias contempladas nas respectivas alíneas, significa que a lei permite que lhe sejam atribuídos esses poderes; in *ob.cit.*, Vol. IV, 2015, pág.156;

<sup>166</sup> In *ob.cit.* pág.388. Ele fundamenta a sua convicção no facto de o proemio do nº1 do art.º246, equiparar as reservas legais absolutas às reservas contratuais e que a respectiva redução aos poderes representativos dos gerentes no âmbito das reservas contratuais, são consideradas *limites aos poderes representativos dos gerentes*, e conjugando com o art.º260, nº1 considera as tais reservas inoponíveis a terceiros e portanto, a sua violação pelos gerentes, não obsta à vinculação da sociedade. Quanto a violação das reservas contratuais de competência da assembleia geral por parte da gerência, RÁUL VENTURA, in *ob.cit.*, Vol. II, pág.160 considera que não provocam vinculação da sociedade, apesar de, in *ob.cit.*, Vol. III, pág.145 achas que as deliberações exclusivas sobre matérias abrangidas no art.º246, nº1 não impedem que a sociedade fique vinculada pelos actos dos gerentes.

<sup>167</sup> In *ob.cit.*, Vol. III, pág. 154.

<sup>168</sup> In *ob.cit.*, pág.701 e ss.

O carácter absoluto da norma pode ser afastado, na medida em que fazendo prova que o terceiro tenha agido de má-fé, cabendo, assim, à sociedade o *ónus da prova* dessa actuação dolosa do terceiro<sup>169</sup>. Além da actuação do terceiro, deve se ter em conta também a qualidade do terceiro<sup>170</sup>, se esse é meramente um desconhecido ou cliente habitual da sociedade e as circunstâncias<sup>171</sup> do caso concreto.

RAÚL VENTURA<sup>172</sup> defende que essas limitações contratuais ou resultantes de deliberações sociais, não sendo oponíveis aos terceiros, poderiam o ser aos sócios ou gerentes ou a membros do outro órgão, uma vez que é exigível que conheçam aquelas limitações, entendimento que se afigura mais correcto.

Considera-se que as respectivas limitações *não impedem a vinculação da sociedade* em virtude de a capacidade da sociedade não ser restringida pelas respectivas limitações<sup>173</sup>.

Relativamente à essas limitações, RAUL VENTURA<sup>174</sup> afirma que “*os poderes representativos dos gerentes ficam imunes às restrições ou limitações que os sócios pretenda estabelecer, quer logo no contrato de sociedade, quer posteriormente por meio de deliberações*”.

Posto isto, cumpre-nos esclarecer o conceito de *terceiro*<sup>175</sup>.

---

<sup>169</sup> A norma determina de que recai sobre a sociedade o ónus de provar que o terceiro “*sabia ou não podia ignorar*”, por força do art.º342, nº2 do cc, sob pena de incorrer em *non liquet*. Se a sociedade conseguir provar, que o terceiro sabia ou deveria saber que o acto praticado pelo gerente não se enquadrava no seu objecto, não ficará vinculada. Assim, a sociedade deve provar a inexistência de um nexó entre o acto praticado e o seu objecto social e o conhecimento efectivo do terceiro de que aquele acto era alheio só objecto social da sociedade. Ora, nos termos do nº 3 do art.º 260 do CSC, a cognoscibilidade de terceiro não pode ser provada pela publicidade dos estatutos, pese embora, impende sobre os terceiros a obrigatoriedade de verificar a qualidade de quem age em nome da sociedade e qual o objecto da sociedade, questão facilmente de concretizar nos dias de hoje, visto que o acesso à certidão permanente da sociedade é a distância irrisória de um click no site [www.bdeportaldaempresa](http://www.bdeportaldaempresa). PEDRO DE ALBUQUERQUE, in ob.cit., pág.709, sublinha a ideia de que os tribunais não poderão aferir do conhecimento do terceiro *ex officio*, sendo necessário que se faça a prova desse conhecimento.

<sup>170</sup> Vd. Ac. do STJ, de 12.03.2015, Proc. 5595/03.0TVPR-T-C.P1.S1, que entende: “*o que releva aqui é o conhecimento daquele terceiro em concreto e já não o conhecimento que teria o homem médio colocado na posição de quem contratou com a sociedade*”.

<sup>171</sup> PAULO TARSO DOMINGUES, in “A vinculação das sociedades comerciais por quotas no Código das Sociedades Comerciais” in Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, pág. 289, nota 59 afirma “*Nestes casos exige-se a boa-fé do terceiro. Essa boa-fé é ética e não psicológica: é esse o sentido das palavras “sabia ou não podia ignorar, tendo em conta as circunstâncias”*”.

<sup>172</sup> In ob.cit., Vol. III, pág. 173. No mesmo sentido, vd. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in “*Os poderes de representação*”, pág.191

<sup>173</sup> As respectivas limitações terão relevância apenas no plano interno, no que tange a responsabilidade dos gerentes perante a sociedade (cfr. arts.º72 e 77 do CSC), uma vez que impende sobre eles o dever de não exceder tais limitações, cfr. art.º6, nº4, *in fine*, do CSC, de respeitar as respectivas deliberações, cfr. art.º259, agindo com a bitola de um gestor criterioso e ordenado, ponderando os interesses em causa (da sociedade e dos sócios ao longo praxe, nos termos do art.º64, nº1 do CSC).

<sup>174</sup> In ob.cit., Vol. III, pág.172 e ss.

<sup>175</sup> Neste contexto o conceito de terceiro diverge do conceito de terceiro para efeitos de registo predial.

Numa primeira análise, no contexto da vinculação societária, apuramos que são considerados *terceiros*, todos aqueles que com a sociedade contratam e quem não tiver com esta uma relação especial que imponha um processo de formação de deliberação e representação, conceito defendido por FILIPE CASSIANO DOS SANTOS<sup>176</sup>, que também acolhemos.

Uma parte da doutrina entende que o terceiro, para o efeito de obrigar juridicamente a sociedade não pode ser gerente, sócio ou membro do outro órgão da sociedade por quotas<sup>177</sup>.

ALEXANDRE SOVERAL MARTINS<sup>178</sup> defende também que os sócios e os gerentes, não podem ser considerados terceiros, porquanto *conhecem ou deviam conhecer as limitações estatutárias*<sup>179</sup> e, por isso, não são merecedores de protecção dispensada à generalidade dos terceiros que se relaciona com a sociedade.

Em sentido contrário, PAULO TARSO DOMINGUES<sup>180</sup>, escreve que “*o disposto no artigo 260, nº1 do CSC é válido e aplicável para todos os que contratem com a SQ (independente de serem quotistas ou gerentes*”, posição da qual discordamos face ao acima exposto.

Ora, no que respeita a representação da sociedade, o art.º252, nº1 do CSC admite a gerência plural. Destacamos, assim, o *modo de exercício dos poderes representativos*.

Neste âmbito, da representação orgânica da sociedade, o nº3 da Primeira Directiva, prevê que as legislações nacionais podem permitir que os estatutos estabeleçam um regime especial de representação da sociedade diverso do sistema legal geral e admite a possibilidade de esse regime estatutário específico possa ser, pela lei nacional, oponível a terceiros, desde que seja referente ao poder geral de representação, apresentando-se como uma excepção à regra do nº2.

---

<sup>176</sup> In ob.cit., pág.183

<sup>177</sup> Trata-se de uma interpretação restritiva do art.º260, nº1 do CSC defendida pela doutrina. Vd. RAÚL VENTURA, in ob.cit., pág.174

<sup>178</sup> In ob.cit. “Art.º260”, Vol. IV, pág.153 e ss.

<sup>179</sup> Os terceiros, quando em contacto com quem age em nome da sociedade, devem averiguar se realmente a pessoa que age com o *animus* de gerente é realmente quem diz que é. Este não se encontra desonerado de conhecer a lei, através da publicidade dos actos sociais, com observância do art.º168 do CSC quanto à oponibilidade dos actos sociais a esses mesmos terceiros. Vd. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, In “*Capacidade e Representação...*”, pág.478

<sup>180</sup> Considera o autor que para a qualificação da qualidade de terceiro deve lançar-se mão de uma apreciação casuística, pautada de critérios objectivos, visto que os sócios poderiam por mais diversas razões não estarem a par das limitações que tenham sido objecto das deliberações estatutárias. Vd. PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit., pág.294, nota 87. O Autor entende que o objecto da primeira directiva comunitária foi fomentar a segurança jurídica e a celeridade dos negócios celebrados com a sociedade, pelo que se dispensou quem com ela contrate, seja ele sócio ou gerente, de indagar sobre qualquer limitação contratual ou deliberativa à prática do acto.

O nosso Código das Sociedades Comerciais, na consagração da norma relativa à representação e o modo de exercícios dos poderes representativos destaca dois tipos de representação: *activa e passiva*<sup>181</sup>.

A *representação activa* consiste na exteriorização da vontade da sociedade formada no seio do grémio societário por parte da gerência, no âmbito da sua competência representativo-orgânica<sup>182</sup>.

RAÚL VENTURA<sup>183</sup> define a representação activa como uma emissão da vontade social, realizada em nome da sociedade dirigida a terceiros.

Quanto ao modo de exercício dos poderes representativos, no que respeita à representação activa, o legislador consagrou o método supletivo, de *conjunção maioritária* (art.º261, nº1, *in fine* do CSC<sup>184</sup>).

Quanto à *representação passiva*, consagrada no art.º261, nº3 do CSC, traduz-se nas *notificações e declarações* que um sócio ou um terceiro ou um terceiro queria direccionar à sociedade e que pode fazer a qualquer um dos administradores. Trata-se de uma norma imperativa, que visa a protecção de terceiros. O método aplicável neste tipo de representação é o *método disjuncto*, i.é., qualquer gerente recebe as notificações ou declarações. Esta regra é *imperativa*, visto que não pode ser alvo de derrogação por estipulação estatutária<sup>185</sup>.

Em suma, resulta dos regimes previstos nos arts.º 260, nº1 e 261, nº1 do CSC, em termos de vinculação da sociedade perante terceiros, que a vontade da sociedade é exteriorizada pelo gerentes, não podendo a sociedade opor a terceiros as limitações constante do pacto social ou de deliberações (cfr. art.260, nº1 do CSC). Em relação ao modo como se opera esta exteriorização estabelece-se supletivamente o método de *conjunção maioritário*<sup>186</sup>, que pressupõe uma gerência plural e, desta forma, a vontade da sociedade sendo formada quando a maioria dos votos dos gerentes for manifestada.

---

<sup>181</sup> Vd. JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 397; FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, in ob.cit. pág.153

<sup>182</sup> Vd. Ac. STJ, de 23.09.2008, Proc. 08A2239, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>183</sup> In ob.cit., Vol. III, pág. 191

<sup>184</sup> Sem prejuízo da possibilidade de os gerentes dotados de poderes administrativos delegados, para efeitos de celebração de negócios, serem investidos num correspondente poder representativo, se a delegação lhes atribuir expressamente tal poder, cfr. art.º261, nº2 do CSC. Vd. JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 398 e ss.

<sup>185</sup> A consequência prevista neste caso é de nulidade, nos termos do art.º294 do CC.

<sup>186</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 471, ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., Vol. IV, pág.163, DIOGO PEREIRA DUARTE, in “Código...” (coord. de António Menezes Cordeiro), pág. 755 e ss.

Relativamente a este método da conjunção maioritária, coloca-se a questão de se saber qual a consequência se a actuação dos gerentes é feita em número inferior á maioria, em violação da norma supletiva estabelecida no art.º261, nº1 do CSC.

Concluimos que, em matéria de representação orgânica, se o pacto nada consagrar cláusula estatutária que contemple um modo de exercício diverso, aplica-se o método supletivo- *conjunção maioritária*, sendo a solução prevista a ineficácia.

### III.2. A QUALIDADE DE GERENTE: A INDICAÇÃO DESSA QUALIDADE

Um outro critério ao qual se deveria atender pelos gerentes nos actos celebrados em representação com a sociedade perante terceiros é a *aposição da assinatura com a indicação da respectiva qualidade* (nº4 do artº260 do CSC).

Sendo a actuação do gerente em nome da sociedade um *requisito específico* para que a sociedade se vincule de forma *eficaz e validamente*, é necessário que, quem age em sua representação, deve indicar essa qualidade (o art.º260, nº1 do CSC), com o objectivo de deixar bem claro e de forma inequívoca perante os terceiros, que o gerente não age em nome próprio, mas sim em nome da sociedade.

DIOGO PEREIRA DUARTE<sup>187</sup> defende que a menção da qualidade desempenha a função da *contemplatio domini* em sede de representação, i.é., a menção da actuação em nome de outrem, no qual se repercutem directamente os efeitos resultantes da actuação do representante<sup>188</sup>.

Ora, esta questão da aposição da assinatura não tem sido muito pacífica, quer a nível de jurisprudência, quer doutrinário, sendo emitida várias posições doutrinárias divergentes e decisões judiciais contraditórias.

Na doutrina discutiu-se se essa menção referida nas normas 260, nº4 do CSC terá de ser uma menção expressa ou bastará, para que a sociedade se vincule valida e eficazmente, que resulte de uma interpretação do texto do documento que se agiu nessa qualidade, ou ainda, se bastará apenas a menção da palavra “gerente”<sup>189</sup>.

---

<sup>187</sup> In ob.cit., 2014, pág. 752.

<sup>188</sup> A solução contida nos arts.29º e 30 da LSQ era diferente, por força da distinção que operava naqueles tempo, entre sociedades com firma e sociedades com denominação particular. As sociedades “com firma” ficavam vinculadas pela assinatura com “*firma social*” por um dos gerentes (art.º29, §1º), enquanto as sociedades com “denominação particular” ficavam obrigadas pelos *actos assinados pela maioria dos gerentes em seu nome*, cfr. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., Vol. IV, 2017, pág. 168 e ss.

<sup>189</sup> Segundo ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., pág.168 e ss., da letra da lei não resulta que esta menção tem de ser expressa. Para o Autor, o terceiro quando age com a sociedade, tem de averiguar realmente a pessoa que actua com *animus de* gerente o é efectivamente, facto cuja publicidade é obrigatória

A nível jurisprudencial, o significado a atribuir a esta menção de actuação na qualidade era entendido de diversas formas, desde de se exigir que se fizesse a menção de forma expressa pela utilização de formas sacramentais “o gerente” ou “a gerência” seguidas de assinatura<sup>190</sup>.

Por outro lado, entendia-se que bastará que resulte do documento a actuação na qualidade, sendo suficiente a assinatura do gerente e por baixo o carimbo da sociedade<sup>191</sup> para que aquela indicação se considerasse feita<sup>192</sup>.

Relativamente aos *actos não escritos*, a respectiva qualidade deveria deduzir-se das circunstâncias em que o acto foi praticado. Porém surgiram dúvidas quanto à imputação à sociedade de uma actuação do gerente sem indicação expressa da qualidade em que intervém<sup>193</sup>.

Relativamente a estes *actos orais*, RAUL VENTURA<sup>194</sup> admitia que na manifestação oral da sociedade, é indispensável que o gerente estabeleça, de alguma forma uma ligação entre o acto e a sociedade, de maneira que a outra parte conheça com quem contrata.

Ora, na falta dessa ligação, expressa ou tácita, perante terceiro, considera-se que o gerente actua em nome próprio, sem prejuízo de, ao nível interno, o negócio puder ser imputado à sociedade.

A dedução da qualidade de gerente perante as circunstâncias em que o acto foi praticado, a que se referia o acórdão uniformizador do STJ, apenas seria admissível e aceitável para os actos orais.<sup>195</sup>

---

nos termos do art.º3, nº1, al. m) e art.º15CRCom; RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág. 170 e ss., considera indispensável para a vinculação da sociedade a reunião de dois elementos: *a assinatura do gerente e a menção da qualidade dos gerentes*, elementos que aparecem reunidos no fim do documento, sendo que quando estes dois elementos –a assinatura e a menção – aparecem juntamente, não é necessário dizer “em nome da sociedade” ou “pela sociedade”. Neste sentido, o autor, remete-nos para os instrumentos notariais lavrados pelo notário, onde a regra aplicável é fazer-se a menção da qualidade de gerente na actuação “*em nome da sociedade*” e apenas no fim figura de forma isolada e juntamente com os outros intervenientes a assinatura deste.

<sup>190</sup> Este problema colocou-se principalmente no que tange a vinculação das sociedades pela assinatura dos gerentes em títulos de créditos, relativamente a obrigações cambiárias. Por ex. figurar como sacado a SQ, se o gerente ao assiná-la não indicasse essa qualidade, nomeadamente, através do carimbo da gerência, a sociedade não estaria vinculada.

<sup>191</sup> Vd. Ac. TRL, de 20.11.1997 (Relator: Sousa Grandão), disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>192</sup> Vd. DIOGO PEREIRA DUARTE, in ob.cit., “Art.º260”, pág. 753.

<sup>193</sup> Cfr. Ac. STJ, DE 03.03.1998, Proc. 99B998, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>194</sup> In ob.cit., Vol. III, pág.171.

<sup>195</sup> Vd. PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit., pág.297; RÁUL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág.171, que escreveu que é indispensável para a vinculação da sociedade a reunião de dois elementos, a assinatura pessoal do gerente e a menção da qualidade do gerente. Afirmou igualmente que o §36 GmbHm admite além da menção expressa da actuação de um gerente em nome da sociedade na celebração de um negócio, que das circunstâncias se deduza ser vontade dos interessados que o negócio é celebrado para a



Ora, este entendimento levou os tribunais a considerar que a sociedade não se encontrava vinculada, apesar de resultar de forma notória e de os terceiros disso terem conhecimento que o gerente quis actuar em representação da sociedade, vinculando-a<sup>196</sup>.

### **III.3. LIMITAÇÕES LEGAIS E NÃO LEGAIS AOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO E VINCULAÇÃO**

Face ao exposto nos capítulos anteriores, os gerentes da sociedade por quotas devem exercer os seus poderes dentro dos *poderes que a lei lhes atribui*.

O ponto de partida para análise do regime de vinculação é o art.º260, trave mestra que fixa o regime da vinculação societária, estabelecendo que a sociedade vincula-se perante terceiros pelos actos praticados pelos gerentes em sua representação, dentro dos poderes da lei, deixando assim de fora da tutela da protecção os actos praticados fora dos poderes legais atribuídos.

Nesta ordem de ideias, mesmo que os gerentes no exercício das suas funções pratiquem actos que excedam o objecto social da sociedade, mas são enquadrados dentro dos poderes legais que lhes foram conferidos, *a sociedade ficará vinculada perante terceiros*.

O invocado preceito permite-nos, se atendermos a sua parte final, concluir que existem dois tipos de limites impostos à actuação dos gerentes na sua actividade quotidiana, limitações relevantes em sede de vinculação da sociedade perante terceiros.

Trata-se de *limitações* impostas pela lei, também conhecidas por *limitações legais* e resultantes do pacto social ou de deliberações dos sócios, conhecidas por *limitações não legais*. Em regra, os limites legais são oponíveis a terceiros, não podendo estes invocar o desconhecimento da lei e os limites estatutários e resultantes de deliberações sociais são sempre inoponíveis aos terceiros.

O objecto da nossa análise em sede deste capítulo são limitações que dizem respeito aos *poderes dos gerentes e a sua extensão e não ao modo de exercício dos poderes de representação*.

---

sociedade. Considera que em actos escritos, o artigo 260, nº4, não permite essa extensão, mas ela é aceitável em actos não escritos.

<sup>196</sup> Um exemplo muito recorrente é o caso das assinaturas das letras de câmbio, tendo-se decidido que, apesar de na letra, por exemplo figurar como sacado a SQ, se o gerente ao assiná-la não indicasse essa qualidade, através do carimbo da gerência, a sociedade não estaria vinculada. Vd. PAULO TARSO DOMINGUES, in *ob.cit*, pág.298.

Como antes referido, aos gerentes lhes são atribuídos duas esferas de competência: *representativa e administrativa*.

Tendo presente que a distinção não é absolutamente estanque<sup>197</sup>, impõe-se também procedermos à distinção<sup>198</sup> entre a *extensão dos poderes dos gerentes* e os *poderes de representação*.

Ora, no entendimento de JOÃO ESPIRITO SANTO, uma actuação representativo-orgânica dos gerentes, geradora de efeitos para a sociedade, supõe que a mesma se exerça dentro dos poderes que a lei lhes confere, i.é, a imputação da respectiva actuação à sociedade é dependente do respeito pelos limites legais impostos aos poderes representativos daquele órgão<sup>199</sup>.

### **III.3.1. A ACTUAÇÃO DOS GERENTES EM NOME DA SOCIEDADE E DENTRO DOS PODERES QUE A LEI LHES CONFERE**

Ora, nesta linha de pensamento, o autor acima invocado, entende que os *limites legais ao poder representativo* dos órgãos que legalmente o detêm *podem sofrer privações ou condicionamentos*<sup>200</sup>.

Os limites que privam os gerentes dos seus poderes são contemplados no art.º 246 do CSC<sup>201</sup>, que abrange um leque de actos<sup>202</sup> que só podem ser praticados pelos gerentes, após prévia deliberação dos sócios.

Traduzem-se, nas palavras do JOÃO ESPIRITO SANTO<sup>203</sup>, numa *privação* conferida pela lei, da competência representativo-orgânica da sociedade para prática de

---

<sup>197</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 427, afirma que a distinção entre o *poder administrativo* e o *representativo* não é absolutamente estanque, (o poder de representação manifestará, normalmente, o exercício de um poder administrativo), não pode havendo qualquer dúvidas que o preceito se refere aos poderes de representação. Porém, o Autor considera que neste âmbito, suscita-se uma questão bastante complexa, no sentido de considerar ou não o poder representativo em abstracto como subjacente do poder decisório ou de administração *stricto sensu*.

<sup>198</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 427.

<sup>199</sup> Idem nota referência anterior.

<sup>200</sup> Segundo JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit, Vol. II, pág.554, “as limitações legais traduzem-se em privação ou em condicionamento dos poderes desses poderes”. Neste sentido, vd. também JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit, pág. 427.

<sup>201</sup> A lei no art.º246 do CSC, procede a uma distinção entre matéria de competência injunctiva dos sócios (nº1) e supletivamente a cargo dos sócios (nº2).

<sup>202</sup> Essas indicações legais não são taxativas, pois ao longo do Código das Sociedades Comerciais, encontramos espalhadas várias normas, em que a lei confere aos sócios, competência para outros actos, diversos dos previstos no art.º246.

<sup>203</sup> In ob.cit., pág.427.

certos actos, ou seja, a própria competência intersubjectiva da sociedade é lhes retirada directamente<sup>204</sup>, sendo atribuída ao outro órgão<sup>205</sup>.

A questão mais complexa é suscitada quanto ao *condicionamento legal dos poderes de vinculação dos gerentes*. A lei prevê, por vezes, que certos actos dependem da deliberação dos sócios, sem a qual não será legítima a intervenção dos administradores<sup>206</sup>.

Se os membros da gerência praticarem estes actos, sem a observância da regra imperativa - deliberação prévia dos sócios sobre os mesmos, a sociedade não ficará vinculada<sup>207</sup> nos negócios celebrados entre os gerentes e terceiros, e apesar de válidos, serão ineficazes<sup>208</sup>.

Assim, a questão que se coloca neste âmbito, é se os gerentes actuarem sem a respectiva deliberação dos sócios que suporte a sua intervenção, reserva absoluta da Assembleia Geral, vinculam ou não a sociedade.

A resposta apontaria para um resultado negativo, face ao exposto atrás.

O acto praticado pelos gerentes, que não faz parte da esfera de competência atribuída por lei, será ineficaz. Porém, apesar de a lei não lhe atribuir directamente o respectivo poder, por força do art.º9, nº1 da Primeira Directiva e do nº2 que permite confiar poderes de reserva absoluta nas mãos da gerência (nº2 do art.º246 do CSC), a solução aponta em sentido diverso,

ou seja, desde que *a lei permite atribuir esses poderes aos gerentes*, a sociedade ficará vinculada<sup>209</sup>.

---

<sup>204</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 427

<sup>205</sup> Com outras palavras, estamos perante situações em que os poderes de representação não são atribuídos ao órgão com competência representativa geral mas sim à um outro órgão.

<sup>206</sup> Por ex., a alienação e a oneração de quotas próprias a favor de sócio ou terceiro, dependem da deliberação dos sócios, cfr.art.º246, nº1, al. b) do CSC. A lei não confere aos gerentes o poder de, *sem a deliberação dos sócios*, venderem quotas da sociedade.

<sup>207</sup> A sociedade não ficará vinculada, ainda que o terceiro desconhecesse tal condicionalismo, em virtude de a ignorância não lhe aproveitar.

<sup>208</sup> Perante a violação da norma legal pelos gerentes, consubstanciada no exercício de um poder que não lhe foi conferido por lei ou que a lei expressamente lhe retirou, a primeira consequência seria de *nulidade do acto*, por força do art.º294 do CC. Porém, se atendermos aos interesses em causa, e que por vezes apesar de os gerentes terem actuado com *falta de poderes*, a sociedade poderá ter interesse em ver o negócio realizado (ter interesse na eficácia do acto) e, por isso, querer ratificá-lo, qualificando a actuação dos gerentes como *representação sem poderes*, fundada na aplicação analógica do art.º168 do CC.

<sup>209</sup> O art.º9, nº1 da Primeira Directiva, que acabou por influenciar o nosso ordenamento societário interno, no art.º 260 do CSC, tal como já foi dito, diverge ligeiramente do art.º 260, na medida em que refere que a sociedade fica vinculada perante terceiros pelos actos dos seus órgãos, a menos que esses actos “*excedam os poderes a que a lei atribuir ou permite atribuir a esses órgãos*”.

Um parte da doutrina<sup>210</sup> preconiza que deve proceder-se a uma interpretação extensiva do art.º260, nº1 do CSC, de acordo com o nº1 do art.º9 da Primeira Directiva, passando abranger extensivamente<sup>211</sup> “*os poderes que a lei permite atribuir*”, pleiteando, assim, pela vinculação da sociedade pelos actos praticados pelos gerentes dentro dos poderes que a lei lhe permite atribuir, independentemente da deliberação dos sócios, e mesmo que não haja cláusula contratual a deferir tal competência à gerência, por se tratar de actos cuja competência a lei não atribui mas permite atribuir aos gerentes<sup>212</sup>.

Outra parte da doutrina<sup>213</sup>, contraria a posição acima exposta fundamentando basicamente a sua posição no afastamento que o art.º260, nº1 e respectivamente no caso das SA o art.º409, nº1 do CSC não adoptaram a formulação equivalente no que diz respeito aos poderes que a “lei lhes permite atribuir”. No entendimento da doutrina, ao adoptar essa parte do preceito comunitário nas normas internas referenciadas, impõe-se

---

<sup>210</sup> Posição defendida por ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., Vol. IV, pág.493 e ss., PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit., pág. 296, que aponta para uma interpretação extensiva do art.º260, nº1 do CSC, por força do elemento literal do art.º9, nº1 da Primeira Directiva, i.é., quando os gerentes pratiquem actos, em nome da sociedade, dentro dos poderes que a lei lhes confere ou permite atribuir, ficam as SQ vinculadas face a terceiros;

<sup>211</sup> Cfr. art.º 9, nº1 do CC.

<sup>212</sup> V.g. Se um gerente der uma ordem de compra e venda de acções de uma sociedade, sem que tal acto fosse decidido previamente pelos sócios, cfr. art.º242, nº1, al. d) do CSC, este acto será considerado válido e eficaz para a sociedade, pese embora não tenha sido atribuída à gerência a competência para a prática daquele acto em concreto. In PAULO TARSO DOMINGUES, ob.cit., pág.297.

<sup>213</sup> **Contra** esta posição temos, RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág 163. O Autor entende que “para esse efeito, apenas se deverá averiguar, conforme a parte final do nº1, se o acto excede ou não os poderes que a lei atribui ou permite atribuir a esses órgãos. Não se trata de usurpação de poderes representativos por um órgão dotado apenas de poderes administrativos *stricto sensu*; se tal acontecer a sociedade não é vinculada por esse órgão, mas não por força desse preceito - apenas por que o órgão dotado de poderes representativos, que, na prática de certo acto, excede esses poderes. Quando se trata de um órgão dotado de poderes representativos gerais, o excesso de poderes só será possível se a lei estabelecer alguma restrição a tais poderes e uma dessas restrições deixar de ser respeitada. Com a expressão «*poderes que a lei atribui ou permite atribuir*», a directiva abrange todos os poderes representativos de que a órgão seja dotado por lei, quer directamente, quer indirectamente, por uma autorização de os atribuir. No caso em concreto, trata-se dos poderes representativos de que o órgão *é efectivamente* dotado por força da lei, directa ou indirectamente. Portanto, a sociedade não é vinculada por acto que não seja compreendido nos poderes que a lei atribui ao órgão, embora esteja compreendido em poderes que a lei permitia atribuir ao órgão mas que nessa sociedade não lhe foram atribuídos”. No mesmo sentido do RAÚL VENTURA, vd. também FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, in “*Direito das Sociedades ...*”, pág. 160 e ss., (in Neuza Margarida de Oliveira Dinis, “*Representação e Vinculação nas Sociedades por Quotas: Estrutura Organizatória e Interesse social*” Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, pág.50 e ss.) que se afastou da doutrina que defende o art.º260, nº1 e respectivamente para as SA o art. 409, nº1, defendendo uma interpretação extensiva de modo a harmonizar a norma do direito interno à primeira directiva. Fundamenta a sua posição no facto de o legislador deixou ao critério da sociedade a faculdade de atribuir ou não os tais poderes aos gerentes e para o autor o ordenamento interno societário ao rejeitar a vinculação da sociedade pelos actos praticados em nome da sociedade e fora dos poderes que lhe foram atribuídos ou que potencialmente poderia ter mas quem não lhe foram atribuídos, afastou-se da Directiva comunitária; e JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 284, que afirma que que a sociedade não se vincula, por actos praticados pelos seus órgãos representativos no âmbito de poderes que a lei lhes permite atribuir, que, em concreto, lhes não tenham sido atribuídos.

que a sociedade fique vinculada também pelos actos que, apesar de não estarem dentro dos poderes que a lei confere aos administradores, estarão dentro daqueles que a lei lhes poderá conferir.

Para estes autores, a divergência entre o enunciado do Código das Sociedades Comerciais e a Primeira Directiva é de uma certa forma propositada e tem a sua lógica, pois numa sociedade, os sócios tem o poder de dispor e atribuir à gerência os poderes que entenderem dentro do elenco que a lhes permite, por isso se a colectividade dos sócios não lhes quiserem atribuir os tais poderes e os gerentes actuassem sem os respectivos poderes, não seria legítimo atribuir-lhes o mesmo efeito como se fossem praticados dentro dos poderes conferidos por lei. Assim, consideram estes autores que os actos praticados nessas circunstâncias, ou seja, sem a prévia deliberação da Assembleia, não vinculam a sociedade, posição que também acolhemos.

### **III.3.2. LIMITAÇÕES ESTATUTÁRIAS OU RESULTANTES DE DELIBERAÇÕES DE SÓCIOS E DE OUTROS ÓRGÃOS**

Dispõe o art.º260, nº1 *in fine* do CSC, que as limitações resultantes quer do pacto social, quer das deliberações da colectividade dos sócios, são sempre inoponíveis a terceiros, ou seja, não impedem a vinculação da sociedade<sup>214</sup>.

Atendendo ao art.º9, nº2 da Primeira Directiva e ao art.º260, nº 1 do CSC, por comparação com o regime previsto no art.º409, nº1, *in fine* do CSC relativamente às SA, deduzimos que as limitações constantes do pacto ou de deliberações dos sócios relativamente a actos praticados pelos gerentes vinculam a sociedade, ou seja, são sempre inoponíveis aos terceiros, mesmo que sejam publicadas<sup>215 216</sup>.

Estas restrições, ao nível interno, se não forem respeitadas, sujeitam os gerentes à responsabilidade, nos termos do art.º72 do CSC e a sua destituição com justa causa<sup>217</sup>.

---

<sup>214</sup> Solução similar está prevista nos casos das SA, cfr. art.º409, nº1 do CSC, a única diferença residir na publicação da respectivas limitações, em virtude de o art.º260, nº1 não fazer qualquer distinção entre limitações publicadas e não publicadas.

<sup>215</sup> Esta solução visa a tutela dos terceiros nos negócios celebrados com a sociedade, sendo dispensados de verificar qualquer restrição contratual ou deliberatória dos sócios, relativamente àquele acto praticado.

<sup>216</sup> Por força da harmonização da Primeira Directiva com o nosso direito interno, só se pode concluir que o preceito aplica-se mesmo que as limitações estejam publicadas. Cfr. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS in ob.cit, Vol. IV, “art.º260”, pág.158. Neste sentido, vd. também JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob. cit., pág. 430, que considera que a oponibilidade dessas limitações, por força da publicação, violaria o disposto no art.9, nº2 da Primeira Directiva, a qual o art.º260, nº1 do CSC também pretende dar cumprimento.

<sup>217</sup> Podemos afirmar que essas limitações têm meramente eficácia interna. Vd. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in “Vinculação das Sociedades Comerciais”, pág. 1232 e ss.

As limitações em causa não podem implicar o esvaziamento completo dos poderes representativos dos gerentes<sup>218</sup>, levando assim à existência de gerentes sem poderes de representação.

As limitações, em análise, dizem respeito à extensão dos poderes dos gerentes, mais exacto relativas aos actos que podem ou não praticar, atendendo a natureza desses actos, pois o modo de exercício desses poderes está regulado no art.º 261 do CSC.

Existem, assim, cláusulas estatutárias que proíbem aos administradores a prática de certos actos<sup>219</sup>, outras que os condicionam, fazendo no tipo societário em análise, depender da deliberação dos sócios a prática de certos actos<sup>220</sup>.

Quanto às limitações resultantes das deliberações, o mesmo preceito invocado estabelece que, desde que os gerentes actuem dentro da esfera de competências legais atribuídas, vinculam a sociedade perante terceiros, mesmo que este não respeitem as respectivas deliberações. Impõe-se sublinhar que as deliberações previstas no âmbito do art.º260, nº1 do CSC respeitam às deliberações dos sócios e não as deliberações de outros órgãos<sup>221</sup>.

---

<sup>218</sup> Cfr. RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág. 172 e ss. que afirma que a actuação dos gerentes não tem projecção externa, ou seja, enquanto não entrarem em conflito com interesses de terceiros, os sócios, na qualidade de donos e senhores da sociedade, podem dispor no contrato ou por deliberações sociais sobre a esfera de competência dos gerentes. Quanto aos poderes de representação vigora o princípio de ilimitação dos poderes representativos, pelo que evitam-se as restrições de representação por parte destes, criadas no seu próprio interesse e cujo conhecimento pelos terceiros não é seguro.

<sup>219</sup> V.g. subscrição de letras de favor ou a concessão de fiança

<sup>220</sup> Cfr. art.º241, nº1 do CSC.

<sup>221</sup> ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., Vol IV. “Art.º260”, pág. 163, considera que a solução prevista no art.º260, nº1 para as deliberações dos sócios, devia ser aplicável às deliberações de outros órgãos para efeitos de limitação, por interpretação extensiva. O autor considera que esta solução se impunha devido ao nº 2 do art.º9 da Directiva sobre o direito das sociedades, estabelecendo que são sempre inoponíveis a terceiros as limitações aos poderes dos órgãos representativos que resultem de resoluções dos órgãos competentes.

### III.4. LIMITAÇÕES RESULTANTES DO OBJECTO SOCIAL

Ora, a inserção do objecto social nos estatutos da sociedade reveste carácter obrigatório, pelo que a sua redacção incorrecta leva a nulidade do pacto, nos termos do arts.º9, nº1, al. d), 11, nº2 e 42, nº1, al.b) todos do CSC.

A determinação do objecto social, pela fixação das actividades que a sociedade venha a exercer, é de extrema importância, quer em plano externo, como no interno<sup>222</sup>. A sua determinabilidade<sup>223</sup> é alvo de discussão doutrinal.

A indicação da actividade concreta que preenche o objecto social no contrato social, com observância do *princípio da firma*<sup>224</sup> espelhando eficácia externa<sup>225</sup>.

Ao afirmarmos que o objecto social pela sua determinação tem relevância, tanto a nível interno como externo, pretende-se concluir que o desrespeito pelo objecto social, como sabemos não desvincula a sociedade (a não ser que sejam excedidos os poderes legais de actuação dos gerentes). Esse inadimplemento não lhes retira o poder de representar a sociedade e não constitui um limite com eficácia externa, sendo que ao nível interno, pode lançar-se mão do regime de responsabilidade civil (art.º72 do CSC) e da destituição com justa causa (art.º257 do CSC<sup>226</sup>).

O dever que impende sobre os gerentes de não praticarem actos alheios ao objecto social da sociedade (arts.º6,nº 4 e 259 do CSC), advém dessa necessidade de determinação do objecto, que nada mais é do que a fixação de um elenco de actividades que a sociedade pretende vir a exercer.

---

<sup>222</sup> JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO FURTADO, in ob.cit., pág. 328, refere que a designação do objecto social não é um desígnio nem caprichoso nem arbitrário. A respectiva designação funda-se numa necessidade de tutelar interesses, especialmente dos sócios, quer em plano externo como interno. Além disso, pela determinação do objecto, tutela-se os interesses do Estado, pois desta forma se consegue exercer um controlo sobre os requisitos especiais das actividades económicas exercidas efectivamente pelas sociedades

<sup>223</sup> A determinação do objecto, por vezes decorre de forma directa, outras vezes de forma indirecta, da conjugação de várias normas, cfr.arts.1, nº2, 4 e 4; 6º, nº4; 9º,nº1, al. d); 10º,nº1; 11, nº3,4 e 5; 42, nº1, al. b); 142, nº2 al. b), c) e d); 192, nº2; 200, nº2 e 3; 240, nº1, al. a); 254, nº1 e 2; 259; 260, nº2; 275, nº2 e 3; 398, nº3; 406, al. h); 409, nº2 todos do CSC. Vd. RAÚL VENTURA, in “*Objecto da Sociedade e Actos Ultra Vires*”, ROA, 1980, pág.8 e ss.

<sup>224</sup> Cfr. arts.º 11, n2; 10, nº1 do CSC.

<sup>225</sup> A preocupação do legislador ao pretender determinar o objecto social de uma sociedade foi tutelar vários interesses, nomeadamente dos sócios e credores sociais.

<sup>226</sup> Tem relevância interna, porquanto constitui um limite á actuação dos gerentes que nos termos do art.º6, nº4 do CSCS, ficam com a obrigação de não praticar actos alheios ao objecto social.

Ao objecto das sociedades por quotas é associado uma *função limitativa* que resulta do art.º260, n.º2 do CSC<sup>227</sup>, ou seja, a actuação dos gerentes, desconforme ao objecto social<sup>228</sup>, resultará numa vinculação da sociedade.

Porém, poderá esta, em certos casos, invocar perante terceiros a ineficácia de tais actos celebrados, provando que, pese embora a publicidade dos estatutos não é relevante em sede de prova da cognoscibilidade de terceiro, *este sabia ou não podia ignorar de facto*<sup>229 230</sup> que os gerentes estavam a actuar fora do objecto social da sociedade, tendo em conta as circunstâncias<sup>231</sup>.

No que tange às limitações resultantes do objecto, trata-se de *limitações aos poderes representativos dos órgãos*, neste caso, da gerência e não a capacidade de direito das sociedades (art.º6, n.º4 do CSC).

Salienta-se, assim, que o primeiro limite que se impõe à actuação dos gerentes é actuarem em conformidade com o objecto social.<sup>232</sup>

Extraímos da norma 260, n.º2 do CSC, que a sociedade fica vinculada pelos actos praticados pelos gerentes, alheios ao objecto social, se estes forem praticados dentro dos poderes legais conferidos. O mesmo preceito consagra a excepção à vinculação. Se a sociedade conseguir provar que o terceiro sabia ou não podia ignorar o objecto da sociedade, tendo em conta as circunstâncias, e desde que a sociedade não o tenha assumido por deliberação tácita ou expressa dos sócios.

Face ao preceito do art.º260, n.º2 do CSC e o n.º1 do art.º9 da Primeira Directiva, concluímos que o art.º260 prevê uma válvula de escape ao regime de vinculação societário, dando oportunidade aos sócios de assumir de forma tácita ou expressa<sup>233</sup> os tais actos *ultra vires*.

---

<sup>227</sup> No caso das sociedades anónimas vd. art.º409 CSC.

<sup>228</sup> Nos termos do art.º72 do CSC, os gerentes respondem perante a sociedade pelos danos que causarem com preterição dos deveres legais, porém, a sociedade não deixa de se responsabilizar perante terceiros.

<sup>229</sup> Neste caso, a sociedade não tem de fazer a prova da actuação dolosa do terceiro, nem do efectivo conhecimento deste relativamente ao facto de o acto respeitar ou não os limites estabelecido pelo objecto social. Basta que o terceiro não pudesse ignorar aquele facto tendo em conta a sociedade. Segundo JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit. pág.453, a “*sociedade deve demonstrar, para efeitos do disposto nos arts.260, n.º2 e 409, n.º2, que o terceiro sabia, ou não podia ignorar, que o acto em causa não respeitava a cláusula do objecto*”

<sup>230</sup> Neste sentido vd. AC.STJ de 27/01/1993 (Relator Mário Araújo Ribeiro), disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>231</sup> Relembremos que a publicidade do contrato de sociedade, não permite que o terceiro afirme que não sabia qual era o objecto da sociedade, pois este é lhe oponível nos termos do art.º168 do CSC. Mas uma coisa é o conhecimento do objecto social e outra, é ter conhecimento ou não poder ignorar que um acto não respeitava a tal objecto. Cfr. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., “Art.º260”, pág. 165.

<sup>232</sup> JOSÉ OLIVEIRA DE ASCENSÃO, in ob.cit., Vol. IV., 1993, pág.313 refere “*... os órgãos da sociedade ficam constituídos, no dever de não excederem esse objecto ou de não praticarem esses actos*”.

<sup>233</sup> PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit., pág. 290, afirma “*a deliberação tácita será aquela que se retira implicitamente do conteúdo de uma deliberação expressamente adoptada pelos sócios*”.



No que diz respeito às *deliberações tácitas ou expressas*, a doutrina diverge também, pois há quem entenda que a deliberação de ratificação do acto *ultra vires* é uma deliberação anulável, nos termos do art.º58, nº1, al. a) do CSC por violação da cláusula contratual<sup>234</sup>, e há quem por outro lado entenda que faz todo o sentido que os sócios possam assumir um *acto ultra vires*, que até se pode revelar importante e útil para sociedade se é da sua competência a definição do objecto social mediante a ratificação.<sup>235</sup>

PAULO TARSO DOMINGUES<sup>236</sup> defende que não sobressai qualquer margem de duvida que o art.º260, nº2 pela sua previsão “*e, se entretanto, a sociedade o não assumiu, por deliberação expressa ou tácita dos sócios*” tem como objectivo permitir aos sócios sanar a irregularidade de um acto. Detém assim, a sociedade a faculdade de invocar ou não a ineficácia em relação a ela dos actos que extravasem os limites do objecto social<sup>237</sup>, entendimento que também perfilhamos.

Suscitam-se, neste contexto, questões sobre como qualificar os *actos ultra vires*, ou seja, quando é que se pode afirmar que o acto praticado excede o objecto social.

JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU<sup>238</sup> define um acto que respeite o objecto social se é directa ou indirectamente instrumental em relação à actividade prevista no contrato de sociedade como seu objecto.

Concluímos, face ao exposto, que para que a sociedade não fique vinculada por um acto *ultra vires* é necessário atender-se a um critério que permite determinar se o terceiro podia ou não ignorar que o respectivo acto não respeitava o objecto social.

A solução preferível, adoptada pela doutrina, é da instrumentalidade dos actos face ao objecto social, i.é, o terceiro pode ignorar que o acto não respeita ao objecto social

---

<sup>234</sup> Vd, JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in *ob.cit.*, Vol. II, pág.190, nota 74; RÁUL VENTURA, in *ob.cit.*, vol. III, pág. 175; in “*Objecto da Sociedade e Actos Ultra Vires*”, ROA, 1980, pag.51 e ss.; ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in *ob.cit.*, “*Art. 260*”, Vol.IV, pág. 157; JOÃO ESPIRITO SANTO, in *ob.cit.*, pág. 327, FILIPE CASSIANDO DOS SANTOS, in *ob.cit.*, pág. 154 e ss.

<sup>235</sup> Vd. PAULO TARSO DOMINGUES, in *ob.cit.*, pág. 290

<sup>236</sup> In *ob.cit.*, pág.290

<sup>237</sup> A ineficácia pode ser produzida se forem verificadas duas condições: - a prova feita por esta que o terceiro sabia ou não podia ignorar que o acto excedeu o objecto, tendo em conta as circunstâncias e, - a não assunção pelos sócios por meio de deliberação. In JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, *ob. cit.*, Vol. II, 2015, pág.184.

<sup>238</sup> JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in *ob.cit.*, Vol. II, 2015, pág. 182. O autor define o acto alheio ou que excede o objecto como aquele “*inservível para a realização da(s) actividade(s) que a sociedade pode, nos termos do estatuto (cfr. art.º11, nº2), exercer*”.

se o acto praticado, tendo em conta as circunstâncias, lhe surgia como potencialmente instrumental em relação ao objecto.<sup>239 240</sup>

### III.5. CAPACIDADE JURÍDICA DA SOCIEDADE, OBJECTO E O FIM SOCIAL

A Primeira Directiva no art.º9, n.º1, primeira parte, transposta no nosso ordenamento interno no art.º260, n.º1 do CSC, consagra a obrigatoriedade da vinculação societária, prevendo-se ao mesmo tempo limitações<sup>241</sup> a esse regime pela prática de actos que extravasem o objecto social. Tal como referido, a solução acolhida no seio do nosso ordenamento societário é uma solução mitigada entre a *Teoria da Ilimitação da capacidade* e *Teoria Ultra vires*.

Ora, de acordo com o princípio da especialidade, hoje plasmado no art.6, do CSC, é o fim social e não o objecto que balizam os limites da capacidade jurídica ou de gozo de direitos da sociedade.

Assim, o art.º 6 do CSC regula a capacidade societário, que abrange “*os direitos e obrigações necessárias ou convenientes à prossecução do seu fim (...)*”.<sup>242</sup>

Resulta assim, do preceito n.º1 do artigo em análise que, *o fim social*<sup>243</sup> constitui uma *limitação a capacidade da sociedade*, enquanto no n.º4, contempla que o *objecto* não limita à *capacidade da sociedade*, mas obriga os órgãos da sociedade a actuar em conformidade com este.

Quanto às *limitações da capacidade pelo fim social*, todos os actos praticados pelos gerentes, contrários ao fim social da sociedade serão considerados nulos, por violarem uma norma legal imperativa (art.º 294 do CC<sup>244</sup>). Assim, os terceiros ao

---

<sup>239</sup> Se a sociedade conseguir provar que o terceiro sabia ou não podia ignorar face as circunstâncias que aquele acto não poderia considerar-se como potencialmente instrumental em relação ao objecto da sociedade, prova nada facial de realizar, o acto ultra vires não será nulo (cfr. art.º6, n.º1 do CSC), mas ineficaz, em relação à sociedade.

<sup>240</sup> No mesmo sentido vd. PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit., pág. 289, FILIPE CASSIANO DOS SANTOS, in ob.cit, pág.336

<sup>241</sup> Contempladas no mesmo preceito comunitário – art.º9, n.º1 in fine.

<sup>242</sup> Ora, o princípio da especialidade do fim, presente neste preceito-art.º6 do CSC, prevê justamente esta solução intermédia entre a teoria da ilimitação da capacidade e teoria ultra vires. Segundo a Teoria da ilimitação da capacidade, a sociedade pode praticar todos e quaisquer actos ainda que contrários ao objecto e fim social. De acordo com a *teoria ultra vires*, os actos praticados pela sociedade além do seu objecto são actos nulos, não podendo ser ratificados pelos sócios.

<sup>243</sup> Nos termos do art.º980 do CC, o fim social de qualquer sociedade é a obtenção de lucro e sua repartição pelos sócios (fim mediato). Vd. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit, Vol. II, pág. 29 e ss.

<sup>244</sup>Cfr. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., Vol. II, pág.186 e RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág. 169

contratar com a sociedade, deverão indagar sobre se o negócio jurídico celebrado está conforme ao *telos social*.

Sublinhamos que se situam fora do âmbito da capacidade das sociedades, por serem contrários ao fim social – *o escopo lucrativo*, inserem-se *actos gratuitos e liberalidades* (nºs 2 e 3 do art.º6 do CSC<sup>245</sup>).

A capacidade de gozo das pessoas colectivas, diferente das pessoas singulares, sofre várias limitações legais. Excluem-se do âmbito da capacidade das sociedades, os direitos e obrigações vedados por lei<sup>246</sup>, v.g. os direitos de uso e de habitação que a nossa lei reserva para os humanos, (art.º1484 do CC), e as limitações derivadas da natureza das coisas, ou seja, direitos inseparáveis da personalidade singular, v.g. situações sucessórias, situações de personalidade que lhes sejam vedados por lei, tais como direito de uso e habitação ou o inseparáveis da personalidade singular, tal como a capacidade de testar. Por força deste preceito, resulta que são igualmente nulas as doações que as sociedades possam fazer, por se tratar de liberalidades que se traduzem numa diminuição do património social sem haver qualquer contrapartida.

No que tange às *liberalidades*, o legislador teve o cuidado de mencionar que as liberalidades consideradas usuais, atendendo as circunstâncias da época e das condições da própria sociedade não são tidas como contrárias à sociedade<sup>247 248</sup>.

Acrescem aos actos contrários ao fim societário, *as prestações de garantias gratuitas* (reais ou pessoais) a terceiros, por força do nº3, cuja violação acarreta nulidade dos mesmos<sup>249</sup>.

---

<sup>245</sup> Vd. AC. STJ, de 27.10.2010, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>246</sup> A este respeito, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, in “*Manual....*”, Vol. I, pág. 343, defende que não há neste caso um verdadeiro problema de incapacidade mas antes uma situação de proibição legal, sendo que a inobservância das respectivas limitações legais conduz á nulidade do acto por violação da lei expressa 8 art.º294) ou por ilicitude (art.º280, nº1) e não por incapacidade.

<sup>247</sup> Enquadram-se aqui os brindes publicitários, prémios aos trabalhadores em determinadas épocas do ano. Assim, as doações que visam por exemplo um potencial melhoramento da imagem da sociedade e indirectamente proporcionando o aumento do lucro, são consideradas válidas. Relativamente às doações feitas pela sociedade a um terceiro menor, destacamos um Parecer do Instituto de Registos e Notariado Pº R.P.122/2007 DSJ-CT.

<sup>248</sup> Enquanto para uns autores, vd. OSÓRIO CASTRO, in ROA, 1998, pág. 579, falta a estas liberalidades o espírito de liberalidades pelo que justamente não são doações, sendo doações altruístas válidas apenas se se verificar o requisito do justificado interesse próprio da sociedade, previsto no nº3 do art.º6, para outros, entre os quais JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., pág. 195, que, considera que toda a disposição contida no nº 2 do art.º6 é uma norma dirigida às doações, porém, toda a doação requer além do espírito de liberalidade, uma atribuição patrimonial ao donatário, sem correspondente, de que resulta uma diminuição do património do doador-art.º940, nº1 CC. Ora, é o caso das doações feitas habitualmente por sociedades com finalidade interesseira de promover as vendas dos seus produtos, aumentar a produtividade, melhorar o nome e a imagem, e quando a situação da sociedade o permita, são consideradas como usuais.

<sup>249</sup> Escapam ao regime da nulidade, as prestações de garantias onerosas, consideradas válidas ao abrigo do disposto no nº1 do art.º6 do CSC. Neste sentido vd. JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit.,

PAULO TARSO DOMINGUES<sup>250</sup> defende que as prestações de garantias a terceiros com carácter gratuito por sua vez podem ser excluídas do regime de nulidade se verificadas uma das duas situações: a) caso exista um justificado interesse da sociedade garante, cabendo ao credor que queira beneficiar da validade do acto que faça a prova daquele justificado interesse por parte da sociedade garante e b) quando se trate de sociedade em relação de domínio ou de grupo, considerando-se que a prestação gratuita de garantia só será válida quando efectuada pela sociedade dominante ou directora e já não quando efectuada pela sociedade dominada ou subordinada.

Por fim, o objecto social não limita a capacidade da sociedade, por força do nº4 do preceito em análise. Como analisado no capítulo anterior, a determinabilidade do objecto social tem relevância tanto em plano interno em termos de responsabilização dos gerentes ( art.º72 do CSC) e até a sua destituição por justa causa (art.º257 do CSC), pela actuação fora do objecto social e externo, por várias razões, entre as quais apontamos para a não vinculação da sociedade, pelos actos alheios ao objecto social praticados pelos gerentes, desde que se consiga fazer a prova que o terceiro sabia ou não podia ignorar face as circunstâncias do caso que o respectivo acto extravasava o objecto, questões de interesse público, que visam um controlo rigoroso por parte do Estado das actividades económicas efectivamente desenvolvidas pelas sociedades.

Face ao exposto, concluímos que, apesar de o objecto social não constituir uma limitação à capacidade da sociedade, pode ser um limite à sua vinculação perante terceiros, pelas razões explanadas acima. Os actos praticados fora do objecto social com o conluio dos terceiros e desde que se faça a prova da má-fé destes, têm como consequência negativa a sua ineficácia<sup>251</sup>.

Quanto ao fim social, observamos que se o acto praticado for contrário ao seu interesse, que é a obtenção e repartição do lucro, afiguram-se duas soluções possíveis: a primeira, estando o terceiro de boa-fé, a solução apontaria para a vinculação societária perante terceiros e o gerente responsabilizado pela sua actuação; a segunda será no caso em que o terceiro conhece a desconformidade com o fim social e age em conluio com o gerente, pelo que não merece a tutela do regime da vinculação.

---

Vol. II, pág. 195; OSÓRIO DE CASTRO, in ob.cit., pág. 579 e ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob. cit., pág. 475.

<sup>250</sup> In ob.cit., pág.287

<sup>251</sup> PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit., pág.289.

### III.6. MODO DE EXERCÍCIO DO PODER REPRESENTATIVO-ORGÂNICO: REPRESENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA GERÊNCIA PLURAL

#### III.6.1. CONJUNÇÃO SUPLETIVA E RATIFICAÇÃO

O art.º261 do CSC<sup>252</sup> regula o *modo de funcionamento plural da gerência*,<sup>253</sup> procedendo igualmente a uma distinção entre dois tipos de representação: *activa* e *passiva*.

Impõe-se aqui igualmente a distinção entre os *poderes de administração* da gerência e os *poderes de representação*.

Quanto aos *poderes de gestão*, se o contrato de sociedade nada estipular, os respectivos poderes serão exercidos conjuntamente e as decisões tomadas por deliberações que reúnam os votos da maioria.

O *modo de exercício dos poderes de representação* é muito relevante, na medida em que poderá a sociedade ficar vinculada ou não pelos negócios celebrados com terceiros.

No que tange a *representação passiva*, o nº3 do preceito em análise estabelece um modo de funcionamento disjuncto, i.é., a representação ficando a cargo de qualquer um dos gerentes, pelo que qualquer terceiro poderá dirigir as notificações ou declarações tendo como destinatário a sociedade a qualquer um dos seus gerentes. A representação passiva traduz-se no facto de que no momento em que o gerente recebe a notificação ou a declaração destinada a sociedade, esta considera-se automaticamente notificada.

Trata-se de uma norma imperativa, tendo como sanção prevista a *nulidade*.

Relativamente a *representação activa*, o mesmo número 1 vem consagrar o *regime regra do funcionamento da gerência plural*, ou seja, quando o pacto social em nada disponha sobre o modo de exercício dos poderes de representação, a regra aplicável é da *conjunção maioritária*. Neste caso, a sociedade fica vinculada pelos actos concluídos pela maioria dos gerentes ou por eles *ratificados*<sup>254</sup>.

---

<sup>252</sup> No caso das SA, cfr.art.º408, nº1 e 431, nº3 do CSC.

<sup>253</sup> Os métodos de funcionamento da gerência plural são em número de três: disjuncto, conjunto e colegial; Método disjuncto: cada gerente actua individual; Método conjunto: a sociedade vincula-se com a actuação de pelo menos 2 gerentes, sendo que ambos têm de manifestar a sua vontade conjunta e colegial: a sociedade fica vinculada com a actuação dos gerentes em grupo, mediante formação e tomada de deliberações em reunião, cabendo a cada um o direito a voto.

<sup>254</sup> Neste sentido, vd. JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit, pág. 469.

Entende-se do art.º261, nº1 do CSC *contrario sensu*, que, se no acto intervierem gerentes em número inferior, a sociedade não ficará vinculada.<sup>255</sup>

Ora, a norma em análise alude à *ratificação* dos negócios concluídos pela maioria dos gerentes ou por ela<sup>256</sup> ratificada<sup>257</sup>.

Para que a sociedade fique vinculada perante terceiros, é necessário que a maioria dos gerentes tenham intervindo e concluído o negócio, ou se faltar gerente para preencher a maioria na conclusão do negócio que seja ratificado pela maioria.

A este propósito, JOÃO ESPIRITO SANTO procede à distinção entre conclusão e ratificação, esclarecendo que ratificação consiste *num assentimento a posteriori, relativamente a um negócio concluído sem legitimação representativa, dado pelo(s) detentor(es) dessa legitimação*” ou assentimento dado *“relativamente a um negócio concluído com legitimação representativo, mas com abuso dela”*<sup>258</sup>.

Refere ainda o mencionado Autor que, quer quanto à conclusão, como à ratificação, que o momento de realização da convergência das vontades manifestadas pelos gerentes, não deve ser necessariamente simultâneo, admitindo-se a hipótese de ser sucessivo, ou seja, de os gerentes actuarem em momentos e locais diferentes, solução defendida pela doutrina.<sup>259</sup>

---

<sup>255</sup> ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., Vol. IV, “Art.º261”, pág. 177. No mesmo sentido, vd. JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág.471 que passamos a citar *“não resulta expressamente dos arts.º261, nº1 e 408, nº1 do CSC, que a violação da conjunção supletiva não produz a vinculação da sociedade, e que, portanto o acto é perante ela ineficaz. Contudo esse facto não pode ser revelador da inoponibilidade da conjunção maioritária a terceiros, procurando sustentar a tutela destes (...). Uma tal solução legitimaria a tutela só terceiro mesmo contra a lei, pois teria de admitir que concluíram o negócio e, portanto, a suficiência, para o efeito considerado, da disjunção ou da conjunção inframaioritária, numa clara ultrapassagem da regra legal. A ineficácia perante a sociedade, do negócio assim concluído, não resultando expressamente daqueles preceitos, contém-se cremos, no seu espírito, o que conduz o intérprete a um resultado de interpretação extensiva dos mesmos”*.

<sup>256</sup> Relativamente ao pronome “ela” usado no corpo da norma, surgiu na doutrina dúvidas acerca da interpretação do pronome *ela*. Se haveria de ser entendida como a maioria dos gerentes, pretendendo que sejam eles a sanar a irregularidade ou haveria de ser entendida como a sociedade e neste caso caberiam aos sócios ratificar os negócios que não tenham sido concluídos pela maioria dos gerentes. Vd. PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit. pág.299, num paralelismo com o art.º408 das CSC relativamente às SA, que estabelece *“ a sociedade fica vinculada pelos negócios jurídicos concluídos pela maioria dos administradores ou por ele ratificados”*, prevê uma solução idêntica para SQ, *a uma ratificação pela maioria dos gerentes*, in ob.cit., pág.300.

<sup>257</sup> Segundo JOÃO ESPIRITO SANTO, a ratificação representa um assentimento posterior.

<sup>258</sup> In ob.cit., pág.472

<sup>259</sup> Neste sentido, vd. PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit., pág. 300, que defende que a actuação dos gerentes seja na conclusão do acto, quer na ratificação, tenha que ser simultânea, uma vez que nada impede que os gerentes actuem em momentos e locais separados. O autor considera que nada impede, de facto, que sendo cinco os gerentes, um contrato seja hoje assinado por dois deles e, amanhã por um terceiro. Não pode é o contrato ser assinado por dois gerentes e depois o terceiro vir e ratificar, pis neste caso, a intervenção da maioria dos gerentes, não será cumprida nem na prática do acto nem na ratificação. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in *“Os poderes de representação...”*, pág. 126, considera que a maioria que ratifica o acto, pode ser composta por gerentes que preencheram a minoria que praticou o acto. Contra esse

JOÃO ESPIRITO SANTO defende uma solução de *conjunção mista*, em que a maioria necessária para produzir a vinculação da sociedade seja composta por gerentes, administradores ou directores que apenas concluíram o negócio, somados a gerentes que apenas ratificaram o negócio<sup>260</sup>.

Quanto aos *requisitos de forma da ratificação*, sublinhamos que esta deve seguir a forma que revestiu a conclusão o negócio. Ora, se a conclusão do negócio foi voluntariamente realizada por escrito, as declarações de ratificação devem sê-lo também.

RAÚL VENTURA<sup>261</sup>, preconiza que deverá aplicar-se à ratificação o disposto no art.º268, n.º2 CC, i.é, a ratificação está sujeita a forma exigida para a procuração.

Ora, a procuração deve revestir a forma exigida para o negócio que o procurador deva realizar, salvo disposição legal em contrário (n.º2 do art.º262), ou seja, com respeito pelo conteúdo do art.º116 do CN.

Em suma, para produzirem os efeitos externos pretendidos, devem ser feitas por instrumento público perante o notário, por documento escrito e assinado pelo representado com reconhecimento presencial de letra e assinatura ou por documento autenticado.

### III.6.2. DERROGAÇÕES ESTATUTÁRIAS À CONJUNÇÃO SUPLETIVA

Ora, o n.º 3 da Primeira Directiva Comunitária prevê que as legislações nacionais podem permitir que os estatutos estabeleçam *um regime especial de representação* da sociedade - *o modo de exercício dos poderes representativos*, diverso do sistema legal geral<sup>262</sup> quando centrado em órgãos de composição plural, admitindo-se que o respectivo regime estatutário específico possa ser, pela lei nacional, *oponível a terceiros*, desde que

---

entendimento, temos RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág.191. que considera aceitável que o acto seja ratificado pelo gerente que somado aos que concluíram o acto, perfaçam a maioria.

<sup>260</sup> In ob.cit., pág. 474 e ss. e 483. No mesmo sentido RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág.191. que considera aceitável que o acto seja ratificado pelo gerente que somado aos que concluíram o acto, perfaçam a maioria, ou seja, não existe a necessidade de uma maioria específica maioria da ratificação. Para um melhor entendimento, vejamos o seguinte exemplos: uma sociedade por quotas cuja gerência é composta por A, B, C, D e E. Não havendo disposição derogatória, aplica-se a regra supletiva de conjunção maioritária, i.é, para que a sociedade se vincule perante um terceiro perante um negocio concluído é necessária que a maioria concluem ou ratifiquem o acto, ora na conclusão participou apenas A e B. para produzir efeitos de eficácia externa e se vincule, o acto deve ser ratificado por um terceiro gerente que pode o C, D ou E.

<sup>261</sup> In ob.cit., Vol. III, Pág.191

<sup>262</sup> Por exemplo, o ordenamento jurídico de um Estado-membro pode atribuir a representação á maioria dos gerentes, mas permitir que o estatuto afaste a regra geral e atribua tal poder a um número inferior à maioria.

seja referente ao poder geral de representação, apresentando-se como uma excepção à regra do nº2.

O legislador português, como antes referido, na falta de cláusula contratual que estipule de forma diversa, consagrou para ambos os tipos societários (por quotas e anónimas) uma *regra supletiva* quanto ao modo de funcionamento do poder representativo. A conjunção maioritária prevista no art.º26, nº1 pode ser afastada mediante *disposições estatutária*, diferentes que poderão ser mais ou menos restritivas que o da disposição legal.

Neste contexto, coloca-se a questão de saber se caso o contrato de sociedade exija a intervenção de um número de gerentes superior ou inferior à maioria, se a respectiva cláusula estatutária que estipula de forma diferente é oponível a terceiros e quem são esses terceiros perante os quais a sociedade poderá ficar ou não vinculada.

Ora, a Primeira Directiva visou facultar aos Estados-membros uma possibilidade de derrogação da regra legal sobre o modo de exercício do poder de representar a sociedade mediante cláusula estatutária e que estabeleça a oponibilidade a terceiros, desde que a mesma se refira ao *poder geral de representação*.

Com efeito, o art.º261, nº1 do CSC permite que a conjunção maioritária seja afastada por cláusula contratual que disponha de forma diversa, restringindo a de tal forma, podendo prever a representação da sociedade *por uma só pessoa*<sup>263</sup>.

Constata-se que, na jurisprudência, encontram-se decisões no sentido de inoponibilidade a terceiros de cláusulas do contrato de sociedade que exijam a actuação de um certo número de gerentes para que a sociedade fique vinculada <sup>264</sup>.

---

<sup>263</sup> Método de representação disjuncto, que determina que cada um dos gerentes, tem poderes isolados de representação podendo vinculá-la. Relativamente ao método disjuntivo, RAÚL VENTURA, in ob.cit, Vol. III, pág.197 e ss., entende que no âmbito das sociedades por quotas e uma vez que a disjunção só pode resultar de cláusula estatutária é natural que os sócios, não previsão de uma actuação contraditória dos gerentes, pretendam desde logo, no próprio contrato, criar e regular o exercício do direito de oposição, o que nos afigura perfeitamente legítimo, desde que essa regulação “*não contenda com princípios básicos de tal direito*”.

<sup>264</sup> Vd. Ac. TRP, de 28.02.1992, in BMJ, N°404, pág.518; AC.TRP, de 09.07.1992, que considerou qe o art.º260, nº1 e 2 era interpretativo das soluções contidas na LSQ, só tendo relevo no plano interno; Ac. TRL, de 22.01.2002, que defendeu que a cláusula do contrato de sociedade que exigia a intervenção de pelo menos dois gerentes fora dos actos de mero expediente, não impedia a vinculação da sociedade por quotas por actos praticados por um só gerente, fundando-se a decisão no art.º260, nº1, Ac. STJ, de 12.07.2007 (Relator Azevedo Ramos), onde relativamente a ma sociedade por quotas, representada pelos sócios A e B, cabendo aos dois, segundo os estatutos da sociedade a gerência plural, a sociedade obrigando-se pela intervenção e assinatura conjunta desses dois sócios e gerentes, discutia-se a regularidade da representação da sociedade em juízo, (visto que a procuração passada ao mandatário apenas era assinada por um dos gerentes) aquando da propositura de uma acção judicial. Considerando o STJ que o pacto estava omissio quanto o modo de exercício dos poderes representativos da gerência em juízo, e considerando a Instancia que a propositura da acção não é mais do que um acto de mero expediente da administração, pois através dele não se procura vincular a sociedade, mas apenas a cobrança de uma divida, que é um acto de gestão



Ora, esta cláusula pode ser oponível a terceiros, desde que sujeita a registo e publicada (arts.º3, nº1, al.m), 15 e 70 do CRCCom).

Chamamos a atenção sobre o facto de que esta cláusula estatutária refere-se expressamente ao modo de exercício dos poderes de representação pelo que não está abrangida pelo regime de inoponibilidade a terceiros previsto no art.º260, nº1 do CSC, que regula as limitações à extensão dos poderes dos gerentes (actos que podem praticar ou não).

Referimos ainda que a conjunção maioritária estabelecida por cláusula contratual, pode ser *supramaioritaria* ou *inframaioritaria*, sendo ambas permitidas pela Primeira Directiva, no seu nº3 do art.º9.

A grande relevância deste art.º261, nº1 é o facto de permitir aos sócios que optem por vários modelos de representação e não apenas por um, como por exemplo, sistemas de representação determinativos de uma disjunção em termos nominativos e uma conjunção indiferenciada<sup>265</sup> ou conjunções de composição diversa<sup>266</sup>.

Admite-se ainda cláusulas contratuais que estipulem que exijam para a vinculação de uma sociedade que a conclusão do negócio seja feita com um numero *inframaioritário* de gerentes e ratificado pela maioria, ou seja por um numero de gerentes *supramaioritário*, ou por gerentes determinados, caso não tenham sido eles ao concluí-lo<sup>267</sup>, solução perfeitamente aceitável.

Quanto a cláusula estatutária que permita a intervenção de gerentes delegados, deve se ter atenção ao facto de não ser permitido a exclusão dos gerentes não delegados da representação societária.<sup>268</sup>

Por último, importa mencionar que as legitimações estatutariamente criadas, mais exigentes do que a geral, legal ou estatutárias devem ter-se por ineficazes.

---

corrente, para o qual qualquer gerente tem poderes, a exigência de assinatura conjunta de ambos não abrangeria a tal procuração; Ac. STJ, de 08.09.2015 (Relator Salreta Pereira), todos disponíveis em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>265</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 481 exemplo dado pelo autor: Uma sociedade com cinco gerentes (A, B, C, D e E). Ora, a sociedade obriga-se pela intervenção isolada de dois gerentes A ou B ou pela intervenção de quaisquer outros dois gerentes

<sup>266</sup> Idem. Neste caso os exemplos dados pelo autor são: 1) a sociedade vincula-se pela intervenção dos gerentes A ou B e de qualquer outro gerente (o que permite conjunções *inframaioritaria*); não intervindo os gerentes A ou B, a sociedade vincula-se pela maioria isto é por C, D e E). 2) A sociedade vincula-se pela intervenção de, pelo menos, dois gerentes, devendo um deles ser necessariamente o gerente A ou o gerente B.

<sup>267</sup> JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 483.

<sup>268</sup> Vd. RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol .III, pág. 193.

### III.6.3. EMISSÃO DE DECLARAÇÕES CONTRADITÓRIAS E VICIOS DE VONTADE

Neste contexto de gerência plural, e particularmente, quando se aplica o método disjuncto ou conjunto minoritário, a hipótese de declarações de vontade, imputadas à sociedade, realizada por dois ou mais gerentes, em termos sucessivos, de conteúdo oposto, são possíveis.

Questionamo-nos se prevalece a primeira que se torne eficaz perante o terceiro, ou a segunda, emitida em momento cronológico ulterior que pode destinar-se a revogar a primeira, nos termos do art.º230 CC, e levar à extinção dos efeitos dos negócios jurídicos formados pela primeira declaração.

Ora, se ambas as declarações chegam ao mesmo tempo ao destinatário ou são emitidas simultaneamente, sendo que um dos gerentes declara ao terceiro querer celebrar o negócio e outro não querer fazê-lo ou celebrá-lo em termos diferentes, a sociedade não fica vinculada por qualquer uma delas, anulam-se ambas, por não ser possível escolher entre uma e outra<sup>269</sup>.

Se as declarações forem emitidas em momentos sucessivos, a sociedade ficará vinculada por aquela que primeiro se tornar eficaz para com terceiro, ou seja, aquela que for em primeiro lugar recebida pelo destinatário, porém o conteúdo da segunda declaração deverá ser igualmente apreciado. Assim, deduz-se que não vale como oposição ao acto praticado pelo primeiro gerente; se tiver um conteúdo completamente ou parcialmente oposto ao da primeira declaração. Pode haver casos em que segunda declaração apenas pretende resolver o negócio formado pela primeira.<sup>270</sup>

Quanto aos *vícios da vontade*<sup>271</sup>, a imputação à sociedade só pode existir se o vício tiver ocorrido na vontade de gerente que tenha participado no negócio e aí tiver emitido vontade.

Assim, basta que apenas uma das vontades emitidas pelos gerentes seja viciada, para que todo o acto seja afectado, pois uma só das vontades, embora desprovida de vícios não basta para vincular a sociedade.

Em suma, face ao exposto e atendendo a vários entendimentos na doutrina<sup>272</sup>, sobre a inoponibilidade a terceiros e insuficiência dessas cláusulas estatutárias,

---

<sup>269</sup> In ob.cit., Vol. III, Pág.198 e ss.

<sup>270</sup> Idem nota referência 269.

<sup>271</sup> Idem nota referência 269.

<sup>272</sup> ILIDIO DUARTE RODRIGUES, in ob.cit., pág. 69,

acolhemos a posição defendida pelo JOÃO ESPIRITO SANTO, no sentido de que as cláusulas estatutárias previstas no art.º261, nº1 referem-se apenas ao modo de exercício dos poderes representativos dos gerentes e não ao modo de funcionamento da gerência plural ou seja, a extensão dos poderes de gestão, previstas no art.º260, nº1 para as quais se consagra o regime de inoponibilidade a terceiros.

Ora, o art.º261, nº1 surge por influência da Primeira Directiva. O próprio número 3 do art.º9 prevê a oponibilidade a terceiros desde que reúna os requisitos do art.º3 daquela mesma directiva, i.é, a mesma seja sujeita a registo e publicação.

Ora, concluímos que as respectivas cláusulas estatutárias são oponíveis a terceiros, nos termos do art.º14, nº1 CRCom.

Os terceiros que pretendam efectivamente celebrar negócios com a sociedade deverão indagar se os gerentes estão a exercer os poderes de representação que legalmente lhes são conferidos pelo modo previsto no pacto social. Ora, o pacto social está sujeito a registo, (art.º3 nº1, al.m) do CRCom e o art. 14 do CRCom) determina que os factos sujeitos a registo só produzem efeitos contra terceiros depois da data do respectivo registo, pelo que entendemos que esses factos são oponíveis a terceiros (publicidade positiva).

Se os negócios jurídicos celebrados entre a sociedade e o terceiros, forem concretizados por meio de escritura pública, impede sobre o notário verificar a regularidade da “representação”, mediante a observância da forma de obrigar a sociedade por consulta da respectiva certidão comercial, mais exacto a qualidade e poderes para o acto, (art.º46, nº1, al. e) *in fine* do CN), sendo para tal advertidas as partes da eventual anulabilidade ou ineficácia, constando tal circunstância do documento escrito. Sendo um acto anulável não podem os notários recusar a sua prática, nos termos do art.º174 CN, sendo a recusa fundamentada apenas em nulidade.

### **III.7. NEGÓCIOS PRATICADOS PELOS GERENTES EM CONLUÍO COM TERCEIROS COM O INTUITO DE PREJUDICAR A SOCIEDADE**

Sendo a gerência o órgão de representação geral da sociedade, tendemos a afirmar que todos os actos por eles praticados pelos gerentes, serão em princípio, válidos e eficazes.

Ora, a actuação dolosa do gerente em conluio com os terceiros, em desrespeito pelas limitações resultantes das deliberações sociais ou estatutos, em detrimento da

sociedade, quando a tutela a conferir a esse tipo de actos é a não vinculação. Quanto ao tratamento a dar aos actos de conluio, a doutrina não diverge. Porém, quanto a consequência negativa correspondente ao desrespeito pelas limitações, há várias soluções a acolher.

Ora, um acto praticado dentro dos limites contratuais e deliberativos, mas em que actuação do gerente foi em conluio com os terceiros com o intuito de prejudicar a sociedade, não afasta a possibilidade de ser considerado nulo o negócio jurídico celebrado nessas circunstâncias, sendo esse conluio considerado contrário aos bons costumes.<sup>273</sup>

Quando não se possa chegar a essa conclusão, haverá possibilidade de ser enquadrado como um acto praticado em abuso de poderes de representação, por força do art.º269 do CC. Assim, verificado um abuso de poderes quando o gerente actua dentro dos limites formais do seu poder de representação, mas contrário ao fim da representação, essa actuação produzira efeitos de ineficácia em relação a sociedade, claro se a outra parte conhecia ou devia conhecer o abuso, aplicando-se-lhes as regras de representação sem poderes (art.º268 CC *ex vi* art.º269 CC)<sup>274</sup>, podendo optar a sociedade por ratificar o acto.

### **III.8. NEGÓCIOS DOS GERENTES CONSIGO MESMOS**

Na actividade económica da sociedade surgem, por vezes negócios celebrados entre a sociedade com parte com ela relacionada, e, neste âmbito, deve haver uma ponderação sobre o eventual conflito de interesses.

No que diz respeito aos negócios dos gerentes, administradores e directores na invocada qualidade com eles próprios, o legislador português consagrou no art.º397, nº2 do CSC, uma norma muito rigorosa relativamente aos negócios entre a sociedade e estes.

Dado que o legislador nada estabeleceu acerca deste tipo de negócios em conluio, segundo PAULO TARSO DOMINGUES<sup>275</sup>, afigura-se plausível a aplicação a este negócios do regime geral previsto no art.º261 CC, cfr. art.º2 do CSC<sup>276</sup>. O negócio só devera ser realizado sob pena de anulabilidade, quando o representado tenha

---

<sup>273</sup> Vd. ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., Vol.IV, pág. 163.

<sup>274</sup> HELENA MOTA, in “*Do abuso de representação...*” pág. 168, considera que face uma situação de abuso de representação, o negocio será ineficaz para o representado se o terceiro conhecia esse abuso enquanto tal, ou seja, sabia da preterição dos interesses sociais da sociedade representada, não bastando o conhecimento do desvio a meras instruções internas e que o terceiro devia conhecer o abuso no sentido em que este era notório e evidente, impendendo sobre ele o dever de não celebrar o negocio representativo.

<sup>275</sup> In ob. cit., pág. 303.

<sup>276</sup> RAÚL VENTURA, in ob.cit. Vol. III, pág. 176 e ss.

especificamente consentido na sua celebração, (art.º261, nº1 CC). O consentimento da sociedade representada, neste caso, será prestado pela assembleia geral dos sócios.<sup>277</sup>

#### IV. O INTERESSE DA SOCIEDADE E AS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Para MIGUEL PUPO CORREIA<sup>278</sup>, a palavra sociedade é juridicamente utilizada em três sentidos diferentes: como *negócio jurídico*, qualificado pela lei de contrato no art.º980 do CC, e consiste num acto gerador da *relação jurídica* societária ou seja, o nexo constituído por direitos e obrigações entre os sujeitos da relação jurídicas –os sócios, e também como *instituição* na medida em que se traduz numa organização de elementos humanos, materiais e jurídicos dirigida à prossecução da actividade social (art.º1 do CSC).

A sociedade nasce de um negócio jurídico celebrado entre os seus fundadores, os sócios, e uma vez constituída e atribuída a personalidade jurídica<sup>279</sup>. As relações jurídicas estabelecem-se de forma directa entre os seus sócios e a sociedade, entre a sociedade e terceiros, e não entre os sócios e terceiros<sup>280</sup>.

Existem, assim, em torno da sociedade, uma multiplicidade de interesses pertencentes a diversos entes sociais (sócios, gerentes, terceiros, trabalhadores), estando subjacente ao conceito do interesse social os respectivos interesses sociais.

Ora, esses interesses, revelam-se na maioria das vezes, diversos do interesse social da sociedade que prossegue actividades e fins específicos<sup>281</sup>.

Na vida societária corrente, além das deliberações dos sócios, assumem uma relevante importância, as decisões do órgão social de administração, a quem incumbe a gestão corrente da sociedade.

Sublinhamos que o interesse social da sociedade constitui um marco de orientação para a gestão societária, pelos que a competência dos gerentes é aferida pela prática de

---

<sup>277</sup> Idem nota referência 276.

<sup>278</sup> MIGUEL JOSÉ DE ALMEIDA PUPO CORREIA in “*Direito Comercial*”, 2ª Edição, Revista, Lisboa, 1992, pág.368

<sup>279</sup> Através do registo definitivo, cfr. art. 5º do CSC.

<sup>280</sup> Vd. JOSÉ NUNO MARQUES ESTACA, in “*O interesse da sociedade nas deliberações sociais*”, 2003, pág. 74

<sup>281</sup> “*O interesse social corresponde ao interesse para cuja realização foi celebrado o contrato de sociedade, para que a sociedade existe e para cuja satisfação devam orienta-se os actos dos seus órgãos*”, cfr. JOSÉ NUNO MARQUES ESTACA, in ob.cit. pag.159

todos os actos necessários e convenientes à realização do objecto social, com a observância das deliberações dos sócios (art.º259 do CSC).

Os poderes de administração e representação da sociedade dos gerentes estão limitados à prática dos actos necessários ou convenientes para a prossecução do objecto social, pelo que os actos praticados por esses para servir os seus próprios interesses, serão considerados abusivos, por força do art.º334 do CC e art.58, al. b) do CSC.

Nos termos do art.º 64 do CSC, os gerentes de uma sociedade devem actuar no interesse da sociedade com a diligência de um gestor criterioso e ordenado e tendo em conta os interesses dos sócios e dos trabalhadores.

O art.º6, n.º4 do CSC, por sua vez, obriga igualmente os gerentes a não praticarem actos que extravasem o objecto social ou os limites de actuação impostos no pacto ou por deliberações sociais.

Impendem sobre os gerentes, por força do art.º64 do CSC, no âmbito do dever de lealdade a que estes se encontram vinculados, absterem-se de executar deliberações consideradas abusivas, ou seja, passíveis de ser anuladas por violação do interesse da sociedade.

Citando o JOSÉ NUNO MARQUES ESTACA, a prossecução do objecto social, que baliza a actividade da empresa, quem como o seu escopo ou finalidade “*pressupõe necessariamente a presença do interesse da sociedade como elemento abstractamente integrador daquelas, e único susceptível de presidir à concatenação dos vários interesses em presença, sejam eles de carácter exclusivamente lucrativo ou mais latamente, de conservação patrimonial de estrutura laboral, de desempenho de uma função socialmente útil, entre outros, apto à “plena” satisfação destes na dinâmica da vida societária*”<sup>282</sup>

Por vezes, os gestores da sociedade podem vestir a dupla qualidade de sócio e de gerente, e exactamente nesta dupla qualidade, podem reunir interesses específicos da sua qualidade de titular de participações com a qualidade de gestor da sociedade. Ao longo da sua actividade poderá existir situações de conflito de interesses com a sociedade, em que mediante o exercício do seu direito de voto servir interesses extra-sociais, seus ou de terceiros, alheios aos da sociedade.

---

<sup>282</sup> JOSÉ NUNO MARQUES ESTACA, in ob.cit. pág.96 e ss.

Neste contexto de conflitos de interesses, impõe o legislador português o *impedimento de voto*<sup>283</sup> por parte do gerente que se encontra nessa situação conflituante. Assim, o gerente é impedido de votar na respectiva matéria. Porém, o direito de assistência à reunião não lhe deverá ser retirado. Caso não cumpram com as proibições impostas pela lei, às quais se encontram vinculados, os gerentes incorrem em responsabilidade civil perante a sociedade, terceiros. As deliberações tomadas em situação de conflitos de interesses dos gestores com a sociedade são anuláveis nos termos do art.º58, nº1 al. a).

Os sócios, por sua vez, devem agir de acordo com a lei, estatutos, atendendo ao fim social a prosseguir, pois ao subordinarem os interesses da sociedade aos seus interesses particulares, podem acarretar graves prejuízos para sociedade, ou para os restantes sócios.

Segundo NOIREL “*os poderes amplos da Assembleia Geral justificam-se pela prossecução de um interesse social- razão de ser do poder da Assembleia Geral. A esta presume-se procurar o interesse geral da sociedade, face ao qual se devem inclinar os interesses particulares dos accionistas. Mas, quando a maioria esquece os interesses sociais para procurar os seus próprios, o poder de decisão soberano da assembleia torna-se injustiça*”<sup>284</sup>.

Portanto, para as situações que levam os sócios a afastarem-se do âmbito do interesse social e incorrer em abuso, o legislador português previu um mecanismo contra as deliberações abusivas dos sócios, nas quais o interesse social seja preterido em benefício dos interesses extra-sociais. Esse mecanismo está contemplado no art.º58, nº1, al. b) do CSC e prevê a *anulabilidade* das deliberações sociais que sejam apropriadas para certos sócios conseguirem vantagens para si ou terceiros, em prejuízo da sociedade e em detrimento do interesse social, impendendo sobre os gerentes o dever de abster-se da execução das respectivas deliberações sociais.

---

<sup>283</sup> O voto deve ser entendido como um poder jurídico concebido para prossecução de um interesse comum a todos os detentores de participações sociais. Admitindo-se que a sociedade é constituída para satisfazer um interesse próprio e determinado, eventualmente distinto do interesse dos sócios, é compreensível a existência de situações de conflito de interesses quando um sócio tenha um interesse pessoal contraposto ao interesse social., surgindo a suspeição de que o sócio possa exercer o seu voto em benefício próprio, sacrificando o interesse da sociedade A doutrina propende para excluir o direito de voto apenas quando existe conflito entre o interesse dos sócios e a sociedade, e não entre os interesses dos sócios entre eles. Cfr. JOSE NUNO MARQUES ESTACA, in *ob.cit*, pag.128 e ss.

<sup>284</sup> Citado por ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, “Sociedades Comerciais”, *Miscelâneas*” 2ª Edição, AAFDL, 1992, pág.59, in JOSÉ NUNO MARQUES ESTACA, *ob.cit.*, pág. 126.

## V. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

Efectuada uma análise doutrinal adequada em sede dos capítulos anteriores, impõe-se uma análise crítica das posições jurisprudenciais.

Apesar da *doutrina maioritária*, cuja posição perfilhamos, relativamente ao *modo de funcionamento da gerência plural* prevista no art.º261, nº1 do CSC, entender que as *sociedades por quotas não ficam vinculadas pela actuação dos gerentes em número inferior àquele que era previsto pelos estatutos ou à regra supletiva da conjunção maioritária se nada for estabelecido no pacto*, esta posição doutrinária não tem vindo a ser acolhida também pela jurisprudência ao longo dos anos.

As instâncias judiciais depararam-se com situações em que as sociedades recusam o cumprimento dos contratos celebrados por estas, fundamentando a respectiva recusa de cumprimento na não vinculação em razão de ter intervindo um número de gerentes inferior àquele que era exigido pelos estatutos ou à maioria e por vezes, os próprios terceiros invocarem a recusa do cumprimento da obrigação alegando o facto de a sociedade não ter ficado vinculada por não ter sido o negócio assinado pelo número suficientes de gerentes, como forma de fugir ao cumprimento da obrigação assumida.

Ao analisarmos as doudas decisões proferidas relativamente à matéria de vinculação das sociedades por quotas, constata-se uma ampla tendência em interpretar o art.º260 conjuntamente com o art.º261, sobrepondo o regime aplicável no art.º260 ao art.º261, defendendo a vinculação das sociedades comerciais por quotas, por actos praticados em nome dela, ainda que não tenha sido cumprido o estipulado no pacto social.

As respectivas instâncias judiciais, na fundamentação das suas decisões, afirmaram que o art.º260, nº1 consagrava o regime da vinculação societária pelos actos praticados pelos gerentes em sua representação, *dentro dos poderes que a lei lhes confere*, não obstante as limitações constantes dos estatutos social ou que resultam das deliberações dos sócios.

As respectivas limitações em termos de *funcionamento da gerência plural*, ou seja, o *modo de exercício dos poderes representativos da sociedade* diferentes da regra supletiva de conjunção maioritária, previstas no art.º261 do CSC, quer no pacto, quer por deliberações, são encarradas como *questões de foro interno*, que não relevam no exterior, considerando as instâncias judiciais que apesar do art.º261 do CSC permitir aos sócios estipularem formas diferentes de exercício dos poderes representativos da sociedade



diferentes da regra supletiva de conjunção, por força do art.º260, nº1, a sociedade vincula-se pelos actos praticados em sua representação, ainda que não tenha sido cumprido o clausulado do pacto social, que regulava o modo de exercício da gerência, dando-se primazia aos interesses de terceiros de boa-fé.

Nesta senda de entendimento, chamamos à colação os seguintes acórdãos:

**Ac. TRL, de 17 de Janeiro de 2008<sup>285</sup>**

Em causa, estava a entrega de dois cheques para pagamento de valores em dívida, propositadamente assinados por um dos gerentes e aceites por uma sociedade anónima, operadora turística. A gerência da respectiva sociedade por quotas era composta por dois gerentes, sendo a forma de obrigar da sociedade preenchida pela assinatura dos dois gerentes em conjunto.

Foi instaurada uma execução com base nesses cheques e a sociedade por quotas deduziu oposição à execução, alegando que nos respectivos cheques apenas estaria uma assinatura das duas que são absolutamente necessárias para movimentação bancária das suas contas.

Neste acórdão decidiu-se que a sociedade se devia considerar vinculada com a assinatura de somente um gerente. Um dos argumentos invocados para fundamentar a decisão, era de que a intervenção de um único gerente quando a gerência é plural não se traduz em violação dos poderes conferidos à gerência pela lei, pois uma das funções essenciais dos gerentes é a da representação da sociedade, por força do art.º252 do CSC.

Refere ainda o douto acórdão que na composição dos conflitos de interesses que podem derivar do exercício ilegítimo de funções de representação, o legislador inclinou-se para a protecção de terceiros, fundamentando a sua posição no regime de tutela dos terceiros previsto no art.º9 da Primeira Directiva. Considerou ainda que, o legislador português na sequência da directriz comunitária, ao precluir de forma expressa a doutrina dos *actos ultra vires*, consagrando a orientação alemã *da tutela da aparência* em matéria de vinculação das sociedades por actos dos seus órgãos (artigo 6º, nº1, 260, nº1 e 409, nº1), pretendeu afastar definitivamente o perigo de paralisação ou de afectação dos negócios concluídos pelas sociedades, dando assim, primazia aos interesses de terceiros. Concluiu-se que apesar da existência da respectiva previsão no que diz respeito a exigência de intervenção de dois gerentes para que esta se vincule perante terceiros,

---

<sup>285</sup> Proc. Nº 8721/2007-2 (Relator Maria José Mouro), disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

poderia a respectiva ficar vinculada com a assinatura de somente um daqueles, em sua representação<sup>286</sup>.

De reparar neste acórdão, é a posição discordante da Relação face a posição assumida pelo tribunal da primeira instância. Quanto à exigência das assinaturas de ambos os gerentes da executada, o tribunal da primeira instância considerou desvinculada a respectiva sociedade executada, por se tratar de uma sociedade comercial por quotas que se obriga com a assinatura de dois gerentes, sendo que os cheques exequendos em questão continham apenas a assinatura de um dos gerentes da executada e por isso não constituíam título executivo.

**Ac. TRE, de 20.11.2014, Proc. Nº 474/12.7TBTVR.E1<sup>287</sup>**

No caso em concreto, trata-se de uma relação jurídica controvertida entre uma sociedade anónima, que tem por objecto a concepção, a construção, a gestão e a exploração de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas, a prestação de serviços de comunicações electrónicas, dos serviços de transporte e difusão de sinal de telecomunicações e actividade de televisão e uma sociedade por quotas que tem por objecto a compra, a venda, a construção, o arrendamento e a gestão de propriedades.

A sociedade anónima de comunicações interpôs uma acção declarativa de condenação contra a sociedade por quotas, gestora de imóveis, peticionando a sua condenação no pagamento da quantia de 22.736,14 euros, a título de prestações de serviços, acrescidos de juros de mora comerciais, vencidos até à data da propositura da acção, bem como os vincendos a partir dessa data e até integral pagamento.

Citada, a ré contestou, declinando a responsabilidade pelo pagamento dos serviços aludidos pela autora, invocando a ineficácia do negócio jurídico celebrado com a operadora de comunicações, por falta de assinatura por parte de um gerente.

Ora, mais uma vez o tribunal da primeira instância atendendo a forma de obrigar da sociedade ré, que é uma sociedade por quotas na qual a gerência é exercida por dois gerentes (gerência plural), considerou, apelando à norma prevista no art.º261, nº1 do CSC, que a respectiva obrigação assumida pela sociedade ré não é vinculativa, pelo que

---

<sup>286</sup> No mesmo sentido, vd. Ac. TRL, de 22/01/2002, in Col. Jur., 1992 1 80 (Relator Abrantes Geraldês), muito intenso na sua fundamentação e com uma argumentação semelhante; AC.STJ, de 23/09/2008, Proc. Nº08A2239 (Relator Azevedo Ramos); Ac. TRL, de 17703/2009, Proc. Nº802/05.1YXLSB.L1 (Relator Rosário Gonçalves), todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>287</sup> Proc. Nº 474/12.7TBTVR.E1, (Relator Mata Ribeiro), disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

os actos praticados pelo gerente se têm por ineficazes e como tal, não pode ser responsabilizada pelo pagamento da quantia peticionada.

Inconformada com a decisão tomada pelo Julgador a quo, a sociedade anónima prestadora dos serviços recorreu.

Ora, a questão essencial a apreciar neste acórdão, cinge-se ao facto de se saber se a falta de assinatura de um dos sócios gerentes da sociedade ré, determinava ou não a vinculação da sociedade, sendo um acto ineficaz em relação a si e na concreta conjugação e aplicação das duas normas nucleares, o art.º260 e art.º261, ambas do CSC.

O douto acórdão na apreciação da decisão, entendeu que em regra, por força do art.º260, n.º1 do CSC, as sociedades ficam vinculadas pelos negócios jurídicos celebrados pelos seus gerentes, dentro dos poderes que a lei lhes confere, não obstante as limitações resultantes do pacto social. Porém, se tiver de dar prevalência ao disposto no art.º261 do CSC, o negócio celebrado pela sociedade irregular representada, seria ineficaz para com ela, basicamente sendo este o entendimento da doutrina maioritária<sup>288</sup>. Ora, se se considerar como relevante o regime de vinculação no art.º260, a previsão consagrada no art.º261, transfere-se para o segundo plano, passando a ser vista como uma norma interna de governação societária, subordinado ao art.º260<sup>289</sup>.

Ora, o douto acórdão decidiu que a sociedade por quotas se devia considerar vinculada, não obstante a previsão dos estatutos sociais da mesma da intervenção de dois gerentes para vinculá-la perante terceiros, pelo que conclui que a intervenção do gerente na assinatura da letra, apesar do número inferior previsto no pacto, vincula esta perante o sacador.

O douto acórdão considerou que a solução apurada é a solução que melhor defendia os interesses de terceiros, socorrendo-se na fundamentação da decisão do Ac. TRL de 22/01/2002<sup>290</sup>, relatado pelo Mm. Juiz Conselheiro Abrantes Geraldês, que afirmava o seguinte: *“a dinâmica da vida económica não se compatibiliza com a transferência para terceiros de um ónus, que em primeira via, deve impender sobre o colectivo de sócios, através do controlo do funcionamento dos órgãos sociais, assegurando a persistência de uma relação de confiança, que deve existir entre os titulares do capital social e aqueles que formalmente estão incumbidos das funções de representação da sociedade (...)”*.

---

<sup>288</sup> Entendimento adoptado na doutrina por ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, in “*Sociedades Comerciais*”, 3ª Edição, pág.273; MIGUEL JOSÉ DE ALMEIDA PUPO CORREIA, in ob.cit., pág.249; ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in ob.cit., Vol. IV, pág.163.

<sup>289</sup> Vd. PAULO OLAVO CUNHA, in ob.cit., pág.685.

<sup>290</sup> Ac. TRL, de 22/01/2002, (Relator Abrantes Geraldês), in Col. Jur., Tomo I, pág.80 e ss.

Sustenta o douto acórdão que, o que interessa de facto aos terceiros é a qualidade em que intervém o representante da sociedade, não tendo este que indagar sobre a forma pelo qual se obriga a sociedade. Hoje em dia, os terceiros não têm de conhecer o conteúdo da certidão do registo comercial, nem o conteúdo do contrato de sociedade, e por isso não faz qualquer sentido que os terceiros devam conhecer a forma concreta da sociedade se obrigar. Ao exigir-se o conhecimento do número de gerentes existentes numa determinada sociedade para saber como ela se obriga, não seria legítimo dispensar os terceiros de conhecer também as limitações decorrentes dos contratos que constam da certidão do registo comercial. Ora, como na prática, a sociedade por quotas pode funcionar em geral com um gerente, não se pode dizer que ele tenha a obrigação de conhecer aquela sociedade e portanto dificilmente se pode impor ao terceiro que conheça o conteúdo daquele contrato social. Considerou efectivamente, que a desprotecção dos terceiros face ao específico do clausulado no pacto social, impõe a tutela da aparência, sob pena de as sociedades inadimplentes virem a usar este artifício para não cumprirem as suas obrigações e desta forma bloquear o bom funcionamento da economia.

Conclui assim o douto acórdão pela procedência da apelação, considerando que tendo a sociedade ré apostado a assinatura sob o carimbo da firma, no local indicado, a sociedade vinculou-se para com a sociedade autora, enquanto terceiro ao nível das relações comerciais que estabeleceram, devendo por isso ser responsabilizada pelas obrigações assumidas.

**Ac. STJ, de 08.09.2015, Proc. N° 963/10.8TVPRT.P1.S1<sup>291</sup>**

Neste acórdão, encontrou-se em apreciação, o litígio entre uma sociedade por quotas “A” que interpôs uma acção declarativa de condenação contra uma sociedade anónima “B”, invocando a falta de pagamento por parte desta pela prestação de serviços feita a outra sociedade “C”, sociedade incorporada pela “B”, na sequência de uma fusão. Mais uma vez, a questão a apreciar, consiste na representação irregular de uma sociedade aquando da celebração dos negócios jurídicos com terceiros. O negócio celebrado pela sociedade “A” apenas foi concluído por um gerente, não sendo ratificado posteriormente pelos restantes gerentes, uma vez que o pacto social da sociedade por quotas exigia um certo número de gerentes para vincular a sociedade. Ora, a data da transmissão das acções de “C” para “B”, entre a “C” e a autora “A” foi celebrado um acordo, pelo qual a

---

<sup>291</sup> Proc. N° 963/10.8TVPRT.P1.S1, (Relator Salreta Pereira), disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

respectiva sociedade anónima “C” se confessava devedora à autora da quantia peticionada e transmitiu o débito para uma outra sociedade “E” que aceitou, sendo que a “A” ratificou essa transmissão da dívida e exonerou expressamente a “C”.

Em sede da primeira instância, a acção foi julgada improcedente, absolvendo a ré do pedido.

A Relação do Porto julgou como provado que na sequência de uma fusão, ocorreu a transformação global do património da sociedade “C” para “B”, assinando esta todos os direitos e obrigações que impendiam sobre ela à data da referida fusão. Efectivamente, na sequência de várias transacções, a “B” adquiriu da autora “A”, produtos no valor de 140.000, 00 euros. A “B” não pagou os serviços prestados e à data da fusão, “B” assumiu as obrigações do “C”, sendo que a autora, não ratificou nem reconheceu o valor da dívida e por conseguinte não exonerou a ré do valor em dívida de 140.000, 00 euros.

O STJ negou a revista e confirmou o acórdão recorrido. Salienta-se, que a Relação do Porto focou a sua atenção em duas questões fulcrais: - se a cláusula contratual que exigia a assinatura de dois gerentes para vincular a sociedade é ou não oponível à terceiros e, - se o acto praticado pelo gerente da autora excede ou não o objecto social da autora. Ora, perante essas duas questões em apreciação, a Relação do Porto, entende que apesar de o pacto social prever a assinatura de dois gerentes como forma de obrigar a sociedade por quotas, essa previsão não é oponível a terceiros que com ela contratem (art.º260, n.º1 do CSC), sendo a respectiva limitação à representação considerada um abuso de direito na modalidade de *venire contra factum proprium*. Conclui ainda, a Relação do Porto que, caso não existisse tal norma que julgasse a tal limitação inoponível a terceiros que com a sociedade contratassem, o exercício de invocação da ineficácia do contrato por parte da sociedade constituiria um abuso de direito (art.º334 do CC)<sup>292</sup>. Relativamente ao objecto, o duto acórdão apreciou que o consentimento dado pela autora, a sociedade “A” na posição de credora, para que a devedora cedesse a dívida à um terceiro, é considerada instrumental ao objecto social pelo que a sociedade ao abrigo do art.º260, n.º1 do CSC, se considera vinculada, cabendo a sociedade por quotas fazer a prova, atentos as circunstâncias que, o terceiro sabia ou não podia ignorar que aquele acto era potencialmente instrumental ao objecto da sociedade.

---

<sup>292</sup> Entendimento perfilhado também pelo Ac. STJ de 24.02.2002, proferido na Revista n.º3216/01 (Relator Fernando Araújo de Barros).

**Ac.do TRE, de 09.02.2017, Proc. N° 334/12.1.T2STC-A.E1<sup>293</sup>**

Ora, em causa, está uma associação desportiva, aquando da assinatura de um documento, que consiste num acordo de pagamento, onde apenas intervém o presidente da associação, e cujos estatutos prevê a assinatura conjunta do presidente ou do vice-presidente e da do directo financeiro. O respectivo clube na oposição à execução deduzida pela sociedade exequente, alegou a inexistência do título executivo porquanto o acordo que está a base do título apenas se encontrava assinado pelo presidente.

Ora, o tribunal da primeira instância julgou procedente a oposição à execução da respectiva associação, com o fundamento em que o documento apresentado como título executivo, não se encontrava preenchida a forma de obrigar da associação. A Relação de Évora, vem julgar procedente o recurso da recorrente exequente, invocando o seguinte fundamento:-apesar de se tratar de uma associação, a *ratio legis* do art.º260 do CSC, aplica-se igualmente, em virtude de estarmos na presença de uma pessoa colectiva, pois a única coisa que distingue afinal de contas uma associação de uma sociedade comercial é o fim lucrativo presente nesta última, assim que, na ausência de norma semelhante ao art.º260 do CSC, por força do art.º10, nº2 do CC, aplica-se por analogia às associações, concluindo que vale como título executivo o documento particular assinado por um dirigente da pessoa colectiva com a expressa qualidade, mesmo que os respectivos estatutos exigiam a assinatura de dois titulares.

Perante a panóplia de acórdãos já exemplificados, podemos deduzir que a tendência dos tribunais continua não acolher a doutrina maioritária, no sentido de não vinculação societária face a representação irregular.

Como observamos, todas essas decisões têm subjacente uma relação jurídica controvertida, onde ambas as partes, quer a sociedade, quer os terceiros invocam a falta de actuação de um número suficientes de gerentes, actuação necessária para que a sociedade fique vinculada. Porém, todos esses arestos apresentam um denominador comum, a *primazia dos interesses de terceiros em detrimento dos interesses da sociedade*<sup>294</sup>, derivados do exercício ilegítimo de funções de representação em caso de gerência plural, pelo que qualquer gerente tem poderes para vincular a sociedade, tornando os seus actos inoponíveis a terceiros e a representação irregular irrelevante face

---

<sup>293</sup> Proc. N° 334/12.1.T2STC-A.E1, (Relator Paulo Amaral), disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

<sup>294</sup> Cfr. o entendimento perfilhado pelo Acórdão do TRL de 02.01.22 in Col. Jur., 1992 1 80, (Relator Abrantes Geraldés) verifica-se um forte corrente jurisprudencial no sentido de se atribuir primazia aos interesses de terceiros. Neste sentido, vd. Ac. TRL, de 20.05.2010, Proc.nº2012/07.1YXLSB.L1-8 8 (Relator Carlos Marinho), ambos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

a vinculação perante terceiros<sup>295</sup>, observando uma aplicação deficitária do art.º260 por não se articular de forma adequada com o art.º261 do CSC, impondo-se uma verdadeira distinção entre a extensão dos poderes dos gerentes, como já foi explicado, daquilo que podem ou não fazer e o modo de exercício desses poderes.

A ideia subjacente no entendimento dos tribunais é de que o legislador considerou que são os terceiros que se defrontam com maiores dificuldades no conhecimento em concreto das regras de vinculação da sociedade.

Na sustentação das respectivas decisões, as invocadas instâncias judiciais invocaram a prevalência da tutela de protecção dos interesses dos terceiros nos negócios jurídicos celebrados com a sociedade, relegando-se para as relações internas as consequências inerentes ao desrespeito das regras do exercício dos poderes representativos constantes do pacto social, sujeitando o gerente ao regime de responsabilidade civil<sup>296</sup>.

Um fundamento invocado pelas mencionadas instâncias é o facto de que os gerentes ao se apresentarem perante terceiros como representantes da sociedade, evita-se por força do *princípio da ilimitação dos poderes representativos*<sup>297</sup> que os terceiros fiquem sujeitos a restrições da representação criados pelos sócios no seu próprio interesse e cujo conhecimento pelos terceiros não é seguro.

Todos estes acórdãos acolhem o entendimento do douto acórdão da Relação de Lisboa, datado de 22/01/2002 relatado pelo Meritíssimo Juiz Abrantes Geraldês consideram que os interesses visados pela estatuição do art.º260, n.º1 do CSC são fundamentalmente de terceiros, tratando-se de uma norma com carácter imperativo de interesse e ordem pública. O referido acórdão reforça a ideia de que a tutela de protecção concedida a terceiros, com o objectivo de compatibilizar a vida negocial e económica, salvaguardando assim, incertezas sobre a correcta representação da sociedade, pois uma

---

<sup>295</sup> Entre autores da doutrina apoiantes da solução de inoponibilidade a terceiro, destacamos: PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, in ob.cit., pág. 93, que encarava a divergência entre o estipulado como mínimo de intervenção de gestores na prática do acto e o número inferior que nele tenha intervindo como uma questão de foro interno, que não deverá ser oposta a terceiros, salvo situações em que este conhecia ou deveria conhecer o número de gerentes a intervir, pelo que os problemas de foro interno deverão afectar apenas a sociedade e não os terceiros. RAÚL VENTURA, in ob.cit., pág. 172 e ss., afirmava” *enquanto a actuação dos gerentes não tem projecção externa, os sócios são donos e senhores da sociedade e, como tais, podem determinar o círculo dentro do qual os gerentes podem mover-se. Uma vez que os gerentes se apresentam perante terceiros, como representantes da sociedade, evita-se pela ilimitação dos poderes representativos, que aqueles fiquem sujeitos a restrições da representação criados pelos sócios no seu próprio interesse e cujo conhecimento pelos terceiros não é seguro*”.

<sup>296</sup> Vd. Ac. STJ, de 17/03/2009, Proc. N.º802/05.YXLSB.L1 (Relator Rosário Gonçalves)

<sup>297</sup> Vd. Ac. TRL. de 15/09/2011, Proc.N.º186732/08.8YIPRT.L1-2, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)

constante consulta dos elementos registrais não seria consentâneo com o ritmo célere que envolve o respectivo sector. Considera o douto acórdão que, o conhecimento ou não, por parte de terceiros sobre as limitações constantes do contrato social ou das deliberações dos sócios, não pode ser provado apenas pela publicidade dada ao contrato de sociedade.

É neste esteira que, o acórdão uniformizador de jurisprudência do STJ, N°1/2002<sup>298</sup> que aludiu “a vinculação de uma sociedade, nos termos do art.º260, n°4 do CSC, contenta-se com a assinatura do respectivo gerente, podendo essa qualidade ser, apenas, deduzida nos termos do art.º217 do CC, de factos que, em toda a probabilidade a revelem, não exigindo a indicação textual daquela qualidade”<sup>299</sup>.

Discordamos do facto invocado pelos acórdãos relativamente ao normal desconhecimento por parte dos terceiros do pacto social da sociedade, ou mais exacto da forma de obrigar da sociedade. Se atendermos ao facto que, o notário na sua intervenção na outorga de escrituras e demais actos em geral, verifica a qualidade e a suficiência dos poderes dos representantes orgânicos da sociedade, sendo qualificado como um funcionário publico que zela pela segurança jurídica dos negócios, não se percebe esse cuidado excessivo em proteger terceiros desinteressados em saber como a outra sociedade se obriga, principalmente hoje em dia, que o acesso ao conteúdo desta informação é de fácil acesso. Entendemos que, segundo a corrente jurisprudencial invocada, a intervenção notarial seria pur e simplesmente desnecessária<sup>300</sup>,

---

<sup>298</sup> Publicado em 24/01/2002, in DR I-A

<sup>299</sup> Vd. Ac. do STJ, de 16.12.1999, Proc. N°99B99B (Relator Simões Freire) no sentido de não vinculação da sociedade pela falta da menção expressa da qualidade de gerente: “I - Mesmo quando se trate de actos escritos, a exigência da indicação da qualidade em que se vincula o gerente de uma sociedade comercial não é uma formalidade ad substantiam, a não ser que a natureza do acto escrito o imponha como seja uma alteração do pacto ou outra para a qual a lei o exija, nomeadamente escritura pública. A exigência de forma e a medida dela, dependem do tipo de acto que se pratica e a prova de que o acto é praticado em nome da sociedade pode resultar de circunstâncias que o demonstrem à outra parte; II - Aceite uma letra de câmbio por um gerente de uma sociedade comercial sem a menção de que ele o faz nessa qualidade, a sociedade não fica vinculada”; Ac.do STJ, de 06-07-2011, Proc. N° 544/10.6T2STC.S1, (Relator Fonseca Ramos): “I- A exigência legal de “indicação da qualidade em que se assina” imposta no âmbito da vinculação das sociedades comerciais – art.º260, n°4, do Código das Sociedades Comerciais – destina-se a estabelecer, inequivocamente, que, quem age em representação de um ente societário, o faz, não a título pessoal, mas com intenção de vincular a sociedade de que é gerente ou administrador, importando, também, a protecção de terceiros de boa-fé; II. O Acórdão Uniformizador de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, n°1/2002 doutrinou que “A indicação da qualidade de gerente prescrita no n°4 do art.º 260 do Código das Sociedades Comerciais pode ser deduzida, nos termos do art.º217 do Código Civil, de factos que, com toda a probabilidade, a revelem”; III. Ao remeter para o art.º217 do Código Civil, admitiu-se a vinculação das sociedades através de forma tácita, ou seja, com recurso a factos não contemplados no documento para se fazer a prova de quem interveio em nome da sociedade, foi alguém que o fez em representação dela, não se vinculando a título pessoal”; todos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>300</sup> Vd. art.º46, n°1 do CN.



A favor da *oponibilidade a terceiros* e por consequente a *não vinculação da sociedade*, em casos em que a sociedade actua com número inferior de gerentes, acolhedoras da doutrina maioritária, destaca-se o seguinte acórdão:

**Ac. do STJ, de 24.02.2015, Proc. Nº 580/11.5TBMMN.E1.S1<sup>301</sup>**

No caso em questão, trata-se de uma sociedade por quotas AA, Lda., que propôs uma acção declarativa contra o BB, Lda., pedindo a sua condenação ao pagamento da quantia de 167.269,28 €, a título de capital em dívida e juros de moras vencidos e vincendos. Como fundamento da sua acção, a autora AA, Lda. alegou a celebração de um contrato nos termos do qual esta apoiou financeiramente a remodelação e exploração da loja de conveniência instalada no posto de abastecimento de combustíveis explorado pela ré, contrato esse que passado um ano foi renegociado verbalmente pelas partes.

Posteriormente, perante a recusa por parte da ré em cumprir o pagamento e face as alegações invocadas por ela de que a sua gerência de facto pertencia apenas ao senhor CC, já falecido, não houve renegociação verbal, nem contrato assinado, pelo que a sociedade não se encontra vinculada, nem a ré foi instada para efectuar qualquer pagamento.

Consta que, no exercício da sua actividade económica a BB, Lda., apesar do contrato social ter previsto a forma de obrigação da sociedade sendo composta por duas assinaturas, apenas um dos seus gerentes actuava de facto, de forma reiterada em representação da sociedade. Ora, chegada a hora de cumprir o respectivo contrato, a BB vem invocar a falta de poderes para concluir aquele contrato. Perante a situação de decidir se a sociedade BB, ficava vinculada a cumprir o respectivo contrato que celebrou com a AA, contrato em que interveio apenas um dos gerentes, apesar de o pacto prever a assinatura de dois gerentes.

Em sede de primeira instância, foi proferida sentença que julgou a acção improcedente, absolvendo a ré do pedido. Inconformada, a autora, interpôs recurso de apelação que foi julgado procedente, revogando a decisão recorrida e condenando a ré a pagar à autora a respectiva quantia de 167.269,28 €.

Discordando, a sociedade ré pediu a revista, sendo que o STJ negou a revista, pese embora com fundamentação diferente da Relação.

---

<sup>301</sup> Proc. Nº 580/11.5TBMMN.E1.S1, (Relator Pinto de Almeida), disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt); Vd. tb Ac. TRL, de 04.12.2007, Proc. Nº 6082/2006-1 (Relator José Gabriela Silva)

Neste douto acórdão tratou-se de se decidir se a ré face ao exposto, ficou vinculada a cumprir o contrato celebrado com a autora, contrato em que interveio, em representação daquela, apenas um dos gerentes, apesar do seu pacto social prever que a mesma apenas se obriga com a intervenção dos seus dois gerentes.

Encontramos consenso no entendimento do STJ, no que tange a interpretação do regime aplicável em caso de gerência plural, que é subsumível ao art.º261 do CSC. Apoiado na doutrina, o douto acórdão considera que, quando haja vários gerentes e salvo cláusula do contrato de sociedade que disponha de modo diverso, os respectivos poderes são exercidos conjuntamente, considerando-se válidas as deliberações que reúnam os votos da maioria e a sociedade vinculada pelos negócios jurídicos concluídos pela maioria dos gerentes ou por ela ratificados. No que tange à representação orgânica, decorre deste preceito que, salvo cláusula em sentido diferente, a sociedade só se vincula, se no negócio intervier a maioria dos gerentes ou se esta maioria o ratificar. Assim, impõe a lei, como critério supletivo, a representação conjunta maioritária dos gerentes. Ocorrendo violação da aludida regra da conjunção maioritária, o acto praticado é ineficaz em relação à sociedade representada, sendo aquela violação oponível a terceiros que contratem com a sociedade.

Ora, no caso em concreto, como acima já se referiu, o contrato de sociedade da ré tinha previsto que a gerência era exercida pelos dois sócios, obrigando-se a ré com a intervenção dos dois gerentes, sendo que a respectiva cláusula, segundo o entendimento do tribunal, repete a regra legal supletiva prevista no art.º261, nº1, de conjunção (maioritária), e nesse caso, é, pois, a própria lei que impede a vinculação da sociedade por actos em que interveio um só gerente; não está em causa qualquer limitação que conste do contrato de sociedade ou que derive de deliberação dos sócios, ou seja, qualquer limitação susceptível de ser subsumida na previsão do art.º260, nº 1, daí que se devesse concluir pela *não vinculação da ré ao contrato que serviu de fundamento ao pedido da acção, no qual interveio apenas um dos seus gerentes*.

Contudo, o douto acórdão acaba por admitir que face á factualidade provada, poderá haver abuso de direito por parte da ré ao pretender-se valer-se da ineficácia do negócio jurídico em que interveio apenas um dos gerentes, considerando que o gerente da sociedade ré foi além dos seus poderes, actuando ultra vires. Para haver abuso de direito, exige-se que haja um excesso manifesto no seu exercício, excedendo os limites impostos pela boa-fé, bons costumes ou pelo fim social desse direito.

Ora, no caso em concreto como ficou provado que, a gerência era efectivamente exercida por dois sócios, mas que a posteriormente à celebração do contrato, a gerência foi exercida apenas pelo sócio gerente CC, nessas circunstâncias, a invocação de falta de poderes por parte do CC para vincular a sociedade ré, na óptica do Supremo Tribunal constitui apenas um mero pretexto formal para se eximir ao cumprimento das obrigações que assumiu em nome da sociedade.

Neste caso, em que os estatutos sociais dispõem que a sociedade se vincula com a intervenção de dois gerentes, mas apenas um intervêm reiteradamente, sem que posteriormente se verifique a ratificação, verificando-se assim uma situação de inércia e de passividade, considerou o tribunal que a invocação de falta de poderes considera-se ilegítima, por exceder manifestamente os limites da boa-fé e dos bons costumes.

Entendeu ainda o tribunal que a passividade e o persistente alheamento do outro gerente consubstanciou um consentimento tácito do negócio celebrado e a aceitação do comportamento daquele gerente que personificava a sociedade ré, sendo ilegítimo invocar a falta de poderes para se desvincular, traduzida num autêntico *venire contra factum proprium*, não sendo legítimo que, com base na aludida violação formal do contrato de sociedade, em que anuiu, a ré pretenda agora desvincular-se das obrigações que em seu nome foram por este assumidas<sup>302</sup>.

Em suma, o aresto apoiante da solução de *oponibilidade aos terceiros*, considera que nos casos de gerência plural, a solução não passa pela referida disposição legal-art.º260 do CSC, sendo subsumível na previsão do art.º261. Assim, na esteira deste pensamento, quando haja gerência plural, os respectivos poderes representativos passam a ser exercidos conjuntamente, considerando-se válidas as deliberações que reúnam os votos da maioria e a sociedade vinculada pelos negócios jurídicos concluídos pela maioria dos gerentes ou por eles ratificados.

Os tribunais que preconizam esta tese, consideram que no nº1 do art.º260 do CSC deve proceder-se a uma distinção fundamental entre os poderes de administração ou gestão e os poderes de representação dos gerentes. Assim, quanto ao âmbito de previsão do art.º260, nº1 do CSC, esta se refere á extensão objectiva dos poderes dos gerentes, i.é, aos actos que podem ou não praticar, encontrando-se as limitações estatutárias relacionadas ao modo do exercício dos poderes dos gerentes, previsto no art.º261, nº1 do CSC. Os poderes de gestão reportam-se ao nível interno enquanto os de representação

---

<sup>302</sup> Vd. Ac. TRC, de 06.12.2005, Proc.Nº2546/05, (Relator Jorge Arcanjo), disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

societária tem projecção externa, tendo eficácia contra terceiros<sup>303</sup>. Ora, na representação orgânica, decorre do preceito 261º do CSC que a conjunção maioritária (critério supletivo) é imposta pela lei, não estando em causa qualquer limitação constante do contrato social ou decorrente de deliberação dos sócios ou seja, qualquer limitação subsumível na previsão do art.º260, nº1, pelo que a actuação inferior àquele número imposto por lei, impede a vinculação da sociedade.

Consideram ainda, que a actuação do gerente neste caso em discussão, configura um *acto ultra vires*. O acto praticado é ineficaz em relação a sociedade representada, sendo a respectiva violação oponível a terceiros que contratem com a sociedade<sup>304</sup>. Caso contrário poderíamos afirmar que se estaria tutelar terceiros contra a lei.

Contudo, esta corrente jurisprudencial<sup>305</sup> acaba por reconhecer que esta solução conduz a resultados por vezes notoriamente injustos e impõe desta forma a vinculação societária por via do abuso de direito ou da tutela da aparência.

Quanto à *vinculação da sociedade, nos termos do art.º260, nº4 do CSC*, em *actos escritos*, aponto a sua assinatura e menção na qualidade de gerente<sup>306</sup>. É comum verificar-se num cheque ou documento subscrito por quem representa uma sociedade que nem sempre é aposto o carimbo da sociedade com a respectiva expressão “o gerente” ou “a gerência”.

Quanto a esse aspecto, a doutrina e a jurisprudência também não tem sido pacífica, exigindo-se por um lado que a menção fosse feita de forma expressa pela utilização de fórmulas sacramentais, v.g. “o gerente”, ou “a gerência”, seguidas da assinatura, e por

---

<sup>303</sup> Vd. JOSÉ OLIVEIRA DE ASCENSÃO, in ob.cit., Vol. IV, pág.470

<sup>304</sup> Neste sentido, JORGE MANUEL COUTINHO DE ABREU, in ob.cit., Vol. II, pág. 599 e ss.; ALEXANDRE SOVERAL MARTINS, in “*Capacidade...*” pág. 484 e ss., in ob.cit., vol. IV, pág. 163 e ss, PAULO TARSO DOMINGUES, in ob.cit., pág. 298 e ss, JOÃO ESPIRITO SANTO, in ob.cit., pág. 469 e ss.. Neste sentido, vd. Ac.do STJ, de 05.12.2006, Proc. N º06A3870 (Relator Urbano Dias) afirma: “À luz do disposto no nº 1 do art.º261 do CSC (norma meramente supletiva), não pode uma sociedade por quotas ficar vinculada através da assinatura de apenas um seu gerente se o seu pacto exige a assinatura de dois deles para a sua vinculação, a não ser que a sociedade acabe por ratificar o acto praticado por aquele primeiro”.

<sup>305</sup> Vd. também Ac. STJ, de 07.02.2010, disponível in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), de acordo com o qual “a ineficácia em relação á sociedade de um negocio celebrado por alguém- um só gerente-sem os necessários poderes de representação é (...) uma defesa da própria sociedade ( e dos sócios) contra o destempero negocial de gerentes menos respeitadores do interesse colectivo; ou seja, é um direito da sociedade e não do terceiro, pelo que só ela pode exercitá-lo”.

<sup>306</sup> RAÚL VENTURA, in ob.cit., Vol. III, pág. 171 e ss., entende que “mencionar a qualidade de gerente implica a especificação da sociedade de que a pessoa invoca a gerência e esta especificação só está perfeita se o tipo de sociedade foi tornado claro, o que resulta da própria firma social completa”.

outro, sustentava-se que a vinculação resulta de o acto ser praticado “em nome” da sociedade, não se exigindo palavras sacramentais<sup>307</sup>.

Esta querela no que respeita à forma de vinculação da sociedade fez surgir duas correntes: uma literal exigindo aquele requisito de forma rígida e outra corrente mais transigente, adoptada pelo AUJ nº1/2002, de 06.12.2001.

Ora, esse problema foi discutido principalmente a propósito da vinculação de sociedades pela assinatura de gerentes em títulos de crédito, relativamente a obrigações cambiárias<sup>308</sup>.

Na esteira do acórdão uniformizador, mais recente, vd.:

**Ac. TRP, de 05.06.2017, Proc. Nº 1108/14.0T2OVR-A.P1<sup>309</sup>**

Este acórdão syndica sobre a qualidade de gerente na subscrição de livrança em nome da sociedade que pode ser presumida constando a assinatura da mesma pessoa singular como subscritor e como avalista. Entende-se que, quando não se indica a qualidade de gerente na assinatura da subscrição de livrança em nome da sociedade, esta pode ser presumida, havendo elementos que a demonstrem.

Constando da livrança, a assinatura da mesma pessoa singular como subscritor, com o carimbo por baixo tem de se concluir que a respectiva assinatura foi feita na presumida qualidade de gerente da sociedade e que a assinatura como avalista foi a título pessoal, pelo que a falta de inscrição da palavra gerente não se mostre suficiente para invalidar o título e desvincular a sociedade.

---

<sup>307</sup> JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO FURTADO, in ob.cit, pág.244,

<sup>308</sup> Sobre esta matéria, J JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO FURTADO, in “*Títulos de crédito*”, 4ª edição, Almedina, 2000, pág.149 e ss., afirma relativamente à vinculação da sociedade “*obriga-a, portanto, a mera assinatura, pessoal do gerente “em nome” da sociedade-nome que não tem obviamente de ser invocado de forma expressa, podendo igualmente resultar das circunstâncias em que a assinatura pessoal foi subscrita ou o acto foi praticado*”;

<sup>309</sup> Proc.Nº1108/14.0T2OVR-A.P1, (Relator Manuel Domingos Fernandes): “*I-Atenta a posição firmada pelo Acórdão do STJ para uniformização de jurisprudência nº1/2002, de 06/12/2001, a indicação de qualidade de gerente prescrita no nº4 do artigo 260º do Código das Sociedades Comerciais, para vincular a sociedade, não tem que ser feita de forma expressa, podendo ser deduzida, nos termos do artigo 217º do Código Civil, de facto que, com toda a probabilidade, a revelem; II - A vinculação da sociedade resulta de o acto ser praticado “em nome” da sociedade, não se exigindo palavras sacramentais ou, sequer, a assinatura com a própria firma da sociedade (...)*”; Vd. Ac. STJ, de 06.07.2011, Proc.Nº.544/10.6T2STC.S1 (Relator Fonseca Ramos), ambos disponíveis in [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

## VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findo o nosso estudo, constatamos que o regime jurídico a aquilatar na presente dissertação, reflecte-se em duas normas fundamentais: o art.º260 (Vinculação da sociedade) e o art.º261 (Funcionamento da gerência plural), ambos do CSC.

Nas sociedades por quotas a gestão corrente da sociedade e representação no mundo exterior, cabe à gerência, órgão que fica investido com uma dupla qualidade de gestor e de representante da sociedade (art.º252 do CSC).

O art.º260 do CSC, no seu nº1 do CSC, consagra o regime de vinculação das sociedades comerciais por quotas face aos terceiros, pelos actos praticados pelos seus gerentes em sua representação, *dentro dos poderes que a lei lhes conferem*, não obstante as limitações resultantes quer do pacto social, quer das deliberações da colectividade dos sócios tomadas em Assembleia. Decorrem, assim, desta norma, uma série de limites legais e estatutários que possam obstar à vinculação da sociedade face a terceiros.

Ao transpor para a nossa ordem societária interna a directiva comunitária, o legislador afastou-se do *Princípio de Especialidade* que vigorava até então, afirmando-se a ideia de que a sociedade fica vinculada mesmo que os seus órgãos representativos actuassem além do objecto social (art.6º nº4 CSC), por isso, só assim não sucederá, se os actos praticados pelos gerentes desrespeitarem o objecto social e se for provado que o terceiro sabia ou não podia ignorar, tendo em conta as circunstâncias e desde que o respectivo acto não tenha sido assumido por deliberação dos sócios. Neste caso, os actos praticados pelos gerentes serão ineficazes para a sociedade e oponíveis a terceiros.

Sublinhamos, assim, que por influência da Primeira Directiva a sociedade ficará vinculada perante terceiros pelos actos praticados pelos seus gerentes fora do objecto social desde que os seus poderes de actuação sejam enquadrados dentro da lei.

Salientamos que, no âmbito da competência, impõe-se uma distinção fundamental entre os *poderes de administração e de representação* que encerram o cargo da gerência, de forma a compreender a relevância de cada um no plano societário.

Relativamente à representação activa da gerência, se o pacto nada estabelecer a lei impõe a sociedade um determinado modo de actuação que é de *conjunção maioritária*. Contudo, os mesmos poderes de representação, segundo o preceito nos indica poderão ver-se afectados por elementos de ordem legal e contratual provenientes de deliberações sociais, podendo ser restringido ou ampliando o número de gerentes (art.º261, nº1 CSC).

Vimos que, quer ao nível de doutrina, quer de jurisprudência, a aplicação destes dois artigos não tem sido pacífica, observando-se uma sobreposição do regime regra de vinculação previsto no art.º260 ao regime previsto no art.º261, no sentido de atribuir primazia aos interesses de terceiros, relegando-se para as relações internas as consequências inerentes ao eventual desrespeito das regras de representatividade constantes dos pacto social.

Entendemos, assim, que toda a querela doutrinária e jurisprudencial parte dessa ideia base: o art.º260 se refere apenas à *extensão objectiva dos poderes dos gerentes*, i.é. *os actos que estes podem ou não praticar*, encontrando-se todas essas limitações estatutárias subjectivas, que têm a ver com o *modo de exercício dos poderes* previstas no art.º261, nº1, fora do plano interno.

Na actuação dos gerentes em representação da sociedade podem surgir questões problemáticas, como por exemplo, o modo de obrigar a sociedade face a terceiros, em negócios em que a sociedade intervém por intermédio dos seus representantes orgânicos.

O legislador nacional, por influência do referido art.º9 da Primeira Directiva, permitiu às sociedade, que escolhessem o modo de funcionamento da gerência em casos de gerência plural, e desta forma torná-la oponível a terceiro. Concluimos assim, que as prescrições relativas ao modo de funcionamento ou de exercício dos poderes dos gerentes não são limitações constantes do contrato social aos poderes de gestão *stricto sensu* da gerência, mas sim *verdadeiras limitações ao modo como esses poderes são efectivamente são exercidas no exterior*.

Acolhemos a doutrina maioritária, que entende que, pese embora a preocupação do legislador por influência comunitária pela primazia dos interesses de terceiros, consagrou como regra o regime de inoponibilidade a terceiros, permite, todavia, excepções à inoponibilidade perante situações de representação irregular da sociedade, não descurando os notórios caso de abuso de direito que possam ocorrer.

Nas situações em que o clausulado pactício se referir ao número de gerentes a actuar em infra ou supra maioria, em disjunção nominativa ou não, ou segundo método colegial, é de aceitar a respectiva limitação, admitindo que a respectiva cláusula se torne oponível a terceiros, sendo o acto ineficaz perante a sociedade, não a vinculando.

Contudo, a sociedade dispõe de um mecanismo jurídico de *ratificação* se estiver interessada num negócio celebrado pelo seu gerente em situação de representação irregular. Assim, um negócio celebrado por um número inferior à maioria supletiva, por exemplo, pode ser ratificado pela maioria e torná-lo eficaz perante a sociedade.

Em suma, distanciamo-nos do entendimento da doutrina minoritária, segundo a qual a sociedade se vincula pelos actos dos gerentes praticados individualmente, pese embora o contrato social mencione um número mínimo de actuação, por entendermos na nossa humilde opinião que não acompanha o verdadeiro espírito da Directiva.

As limitações previstas no art.º260, reportam-se ao *poder geral dos gerentes de gestão*, privando-os ou condicionando-os na sua actuação, na medida em que a privação se traduz no facto de a lei exigir que, em relação a certos actos a representação da sociedade pertencesse ao outro órgão. O condicionamento se verifica quando a lei exige que certos actos só sejam praticados pelo órgão da gerência após a obtenção do consentimento ou autorização de outro órgão. Veja-se o caso de aquisição e alienação de quotas próprias (art.º 246, nº1, al.b) do CSC), acto que depende de deliberação dos sócios para poder ser praticada. Ora, perante a violação destas normas pelos gerentes, que se consubstanciam no exercício de um poder representativo e que a lei lhes retira, a consequência é de nulidade do acto (art.º294 do CC).

Salienta-se ainda que a actuação de apenas um gerente quando aplicável a regra supletiva não vincula a sociedade.

Contudo se, estatutariamente se consagra um regime distinto de conjunção maioritária, ou seja, de vinculação por número superior à maioria legalmente prevista, nos termos do art.º 168 do CSC, a sociedade fica vinculada, visto ser uma limitação de modo de exercício e não da extensão dos mesmos, de harmonia com o previsto no nº 2 do art.º9 da Primeira Directiva. O mesmo regime de vinculação se aplica caso a sociedade seja representada por mais do que um gerente, mas em número inferior à maioria.

Quanto aos limites resultantes da lei, oponíveis a terceiros, o seu desrespeito pode originar nos termos do art.º260, nº e 3 do CSC a nulidade ou a ineficácia, porquanto os limites estatutários ou resultantes de deliberações sociais serão sempre inoponíveis a terceiros, excepto as situações fraudulentas ou ofensivas de bons costumes.

O legislador admite a possibilidade de serem oponíveis a terceiros mediante a prova por parte da sociedade que o terceiro conhecia ou não podia ignorar as respectivas limitações.

Quanto a questão de indicação da qualidade de gerente, nos actos escritos, vimos que a exigência destina-se a proteger os interesses daqueles que com a sociedade contratam, no sentido de poderem estar seguros de que quem contratou foi a sociedade e que será na sua esfera jurídica e não dos seus gerentes que radicam os direitos e obrigações assumidos. Reunidos os dois elementos essenciais, a assinatura e a indicação da



respectiva qualidade dificilmente se poderá questionar que o negócio jurídico celebrado não tenha sido firmado pela própria sociedade. Neste sentido, o invocado AUJ<sup>310</sup>, vem, a propósito da questão de saber se é ou não necessário mencionar a fórmula sacramental “de gerente”, o facto de que não se pode ignorar que a declaração negocial pode ser expressa ou tácita, sendo aquela a que se traduz por palavras escritas ou qualquer outro meio directo de manifestação e vontade, e a tácita a que se deduz de factos que com toda a probabilidade se revelam, cfr.art.º217 CC.

Por fim, no que tange à capacidade jurídica das sociedades por quotas, esta é limitada pelo seu fim, que se concretiza na obtenção do lucro, mas o objecto social não limita a capacidade jurídica da sociedade, mas impendem sobre os sócios a obrigação de não o extravasar, pelo que o critério de aferição de um acto ser ou não parte do objecto é atribuído pelo critério de instrumentalidade.

---

<sup>310</sup> Acórdão Uniformizador da Jurisprudência, nº1/2002 do STJ.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de

- *“Curso de Direito Comercial - Das Sociedades”*, Vol. II, 5ª Edição, Almedina, Coimbra, 2015
- *“Do abuso de direito – Ensaio de um Critério em Direito Civil e nas Deliberações Sociais”*, Almedina, 1999
- *“Vinculação das Sociedades Comerciais”*, in *Separata de Estudos em honra ao Professor Doutor José Oliveira Ascensão*, Vol. II, Almedina, 2008
- *“Deveres de cuidado e de lealdade dos administradores e interesse social”*. Reformas do Código das Sociedades, nº3 da Coleção, Almedina, Coimbra, 2007
- *“Da empresarialidade. As empresas no Direito”*; Almedina, Coimbra, 1996.
- *“Diálogos com a Jurisprudência IV, Vinculação de Sociedades”*, Direito das Sociedades em Revista, nº12, 2014
- *Diálogos com a Jurisprudência IV, Deliberações dos Sócios Abusivas e Contrárias aos bons costumes*, Direito das Sociedades em Revista, Ano I, Vol. I
- Semestral, Março de 2009
- *“Impugnação de Deliberações Sociais”*, Iº Congresso de Direito das Sociedades em Revista, Almedina, Coimbra, 2011

AA.VV.

- (Coord. COUTINHO DE ABREU), in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. I, III, IV, V e VI; Almedina, Coimbra, 2013
- *“Estruturas Jurídicas da Empresa”*, in *Curso do Centro de Estudos da Ordem dos Advogados em intercâmbio com a Faculdade de Direito da Universidade Classica de Lisboa*, Edição AAFDL

ALBUQUERQUE, Pedro de

- *“A vinculação das sociedades comerciais por garantia de dívidas de terceiro”*, ROA, Ano 55, II, Lisboa, 1995
- *“Direito de preferência dos sócios em aumento de capital nas sociedades anónimas e por quotas”*. Comentário ao Código das Sociedades Comerciais, Almedina, Coimbra, 1992
- *“A vinculação das sociedades comerciais anónimas e por quotas”*, Vol. I, Editora By the Book, 2017

ALBUQUERQUE, Rita

- *“A vinculação das sociedades comerciais e a limitação dos poderes de representação dos administradores”*, in Revista o Direito, Tomo I, 2007
- ALMEIDA, António Pereira
  - *“Anulação e Suspensão de Deliberações Sociais”*, 4ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2003
  - *“Sociedades comerciais”*, Coimbra Editora, 4º Edição Coimbra, 2006
- ALMEIDA, Luís Manuel Moreira de,
  - *“Vícios da Deliberação Social- Algumas Reflexões”*, in Revista do Notariado, Ani IV, Nºs 13/14, Trimestral, Julho/Outubro de 1983
- ANTUNES VARELA, JOÃO DE MATOS e PIRES DE LIMA
  - *“Código Civil Anotado”*, Vol. I, 4ª Edição reimpressa, Coimbra, 2010
- ASCENSÃO, José de Oliveira
  - *“Direito Comercial”*, Vol. IV, Sociedades Comerciais, Parte Geral, Lisboa, 2009
  - *“Invalidades das Deliberações dos Sócios”*, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003
  - *“Invalidades das Deliberações dos Sócios”* in *Problemas do Direito das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 2002
- CANDEIAS, Ricardo
  - *“Os gerentes e os Actos de Mero Expediente”*, ROA, Ano 60, Janeiro de 2000, Vol. I
- CORDEIRO, António Menezes
  - *“Código das Sociedades Comerciais Anotado”*, 2ª Edição, Almedina, Coimbra, 2014
  - *“Manual de Direito das Sociedades”*, Vol. I, Das Sociedades em Geral, 3ª Edição, Almedina, Coimbra, 2011
  - *“Manual de Direito das Sociedades”*, Vol. II, Das sociedades em especial, 3ª Edição, Almedina, Coimbra, 2011
  - *“Tratado de Direito Civil”*, Tomo I e IV, Almedina, 1999 e 2005
- CORREIA, António de Arruda Ferrer
  - *“Lições de Direito Comercial”*, Vol. II, Lex: Lisboa, 1994
- CORREIA, Luís Brito
  - *“Direito Comercial”*, Vol. III, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 1995

CORREIA, Miguel J.A. Pupo

- *“Direito Comercial - Direito da empresa”*, Ediforum, 13ª Edição, Lisboa, 2017

CRUZ, Branca Martins da

- *“Assembleia Gerais nas Sociedades por Quotas”*, Almedina, Coimbra, 1988

CUNHA, Carolina

- *“Vinculação cambiária de sociedades: algumas questões”*, in AAVV., in *Nos 20 Anos do Código das Sociedades Comerciais, Homenagem aos Prof. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Vol. I. Congresso empresas e sociedades*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007

CUNHA, Paulo Olavo

- *“Direito das Sociedades Comerciais”*, 6ª Edição, Almedina, 2016
- *“A Vinculação das Sociedades Comerciais”*, 3ª Edição, Almedina, 2009
- *“Impugnação de deliberações sociais”*, Almedina, 2015
- *“Designação de pessoas colectivas para os órgãos de sociedades anónimas e por quotas”*, *Direito das Sociedades em Revista*, Ano I, Nº1, 2009

DIAS, Gabriela Figueiredo

- *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. IV, Almedina, 2013

DOMINGUES, Paulo Tarso

- *“A Vinculação das Sociedades por Quotas no Código das Sociedades Comerciais”*, Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Ano I, Coimbra Editora, 2004

DUARTE, Rui Pinto

- *“Escritos sobre Direito das Sociedades”*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008

DUARTE, Diogo Pereira

- *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, sob coordenação de António Menezes Cordeiro, Almedina, 2ª Edição, 2014

ESTACA, José Nuno Marques

- *“O interesse das sociedades nas deliberações sociais”*, Almedina, 2003

ESTEVES, Tiago Miguel dos Santos

- *“Vinculação das sociedades anónimas e por quotas: notas sobre o seu regime jurídico”*, in *Revista de Direito das Sociedades*, nº1/2, 2010

FIGUEIREDO, Lopes de

- *“Contrato de Sociedade por Quotas”*, Vol. I, Almedina, Coimbra, 1990

FRADA, Manuel António de Castro Portugal Carneiro da,

- *“A bussiness judgement rule” no quadro dos deveres gerais dos administradores*. Nos 20 anos do CÓDIGO DAS Sociedades Comerciais, Vol. III, Coimbra Editora, 2007

- *“Teoria da confiança e da Responsabilidade Civil”*, Almedina, Coimbra, 2007

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto

- *Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*, Vol. I (Âmbito de aplicação personalidade e capacidade celebração do contrato e registo, art.1º a 19º) Almedina, 2009

- *“Curso de Direito das Sociedades”*, 5ª Edição (Revista e Actualizada) Almedina, 2004

- *“Deliberações dos Sócios”*, Comentário ao Código das Sociedades Comerciais, Reimpressão da Edição de 1993, Almedina, Coimbra, 1993

- *“Deliberações de Sociedades Comerciais”*, Almedina, Coimbra 2005

GOMES, José Ferreira e GONÇALVES, Diogo Costa

- *“A imputação de conhecimento às Sociedades Comerciais”*, Almedina, Coimbra, 2016

JARDIM, Mónica

- *“Efeitos substantivos do registo predial: terceiro para efeitos de registo”*, Coimbra, 2013

MAIA, Pedro

- *“Deliberações dos sócios”*, in Estudos de Direito das Sociedades, coordenados por COUTINHO DE ABREU, Coimbra, 1998

- *“Deliberações dos Sócios e Respectiva Documentação- Algumas Reflexões”*, Nos 20 Anos de Código das Sociedades Comerciais-Homenagem ao Professor Doutor Vasco da Gama Lobo, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2008

- *“Tipos de Sociedades Comerciais”*, Estudos de Direito das Sociedades, coord. J.M. Coutinho de Abreu, 12ª Edição, Almedina, Coimbra 2015

MARTINS, Alexandre Soveral

- *“Código das Sociedades Comerciais em Comentário”*, Vol. IV, coord. Jorge Coutinho de Abreu, Almedina, Coimbra, 2013

- *“Capacidade e Representação das Sociedades Comerciais - Problemas do Direito das Sociedades”*, Almedina, Coimbra, 2002

- *“Os poderes de representação dos administradores de sociedades anónimas”*, Boletim da Faculdade de Direito, Studia Iuridica nº34, Coimbra Editora, Coimbra, 1998

MATOS, Albino

- *“Constituição de Sociedades- Teoria e Prática”*, 3ª Edição, Almedina, Coimbra, 1992

MOTA, Helena

- *“Do abuso de representação: uma análise da problemática subjacente ao art.269º do Código Civil de 1966”*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001

NETO, Abílio

- *“Código das Sociedades Comerciais, Jurisprudência e Doutrina”*, 2ª Edição, Ediforum, 2003

PINTO, Carlos Alberto da Mota

- *“Teoria Geral do Direito Civil”*, Coimbra Editora, 4ª Edição, 2005

PINTO, Paulo Mota Pinto

- *Aparência de Poderes de Representação e Tutela de Terceiros*- Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1993

QUINTAS, Hélder

- *“Regime Jurídico das Sociedades por Quotas”*, Almedina, Coimbra, 2010

RANGEL, Rui

- *“A vinculação das Sociedades Anónimas e por Quotas: notas sobre o seu regime”* in Revista das Sociedades Comerciais, Ano II, 2010

RIBEIRO, Maria de Fátima

- *“A tutela dos credores da sociedade por quotas e a “ Desconsideração da personalidade jurídica”*, Almedina, Coimbra, 2012

RODRIGUES, Ilídio Duarte

- *“A administração das sociedades por Quotas e Anónimas- Organização e Estatuto dos Administradores”*, Petrony, Lisboa, 1990

RODRIGUES, Pedro Nunes

- *“Direito Notarial e Direito Registral. O novo Regime Jurídico do Notariado Privado”*, Almedina, Coimbra, 2005

SANTO, João Espírito

- *“Sociedades por Quotas e Anónima, Vinculação: Objecto Social e Representação Plural”*, Almedina, Lisboa, 2000

SANTOS, Filipe Cassiano Nunes dos

- *“Estrutura Associativa e a Participação Societária Capitalistas: contrato de sociedade, estrutura societária e participação do sócio nas sociedades capitalistas”*, Coimbra Editora, Coimbra, 2006

VASCONCELOS, Pedro Pais de

- *“A Vinculação dos Sócios às Deliberações de Assembleia Geral”*, I Congresso de Direito das Sociedades em Revista, Almedina, Coimbra, 2011
- *“Vinculação das Sociedades Comerciais”*, in *Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Anoº6, Vol. XII, 2014
- *“A participação Social nas Sociedades Comerciais”*, Almedina. Coimbra, 2006

VENTURA, Raúl

- *“Sociedades por Quotas”*, Vol. III, 2ª Reimpressão da 1ª Edição, Almedina, 1999
- *“Adaptação do Direito Português à 1ª Directiva do Conselho da Comunidade Económica Europeia sobre Direito das Sociedades”*, Lisboa, 1981
- *“Alterações ao Contrato de Sociedade”*, 2ª Edição, Reimpressão, Almedina, 1996
- *“Objecto da sociedade e actos ultra vires”*, in *ROA*, Ano 40, 1980

XAVIER, Vasco da Gama Lobo

- *“Anulação de Deliberação Social e Deliberações Conexas”*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 1998